



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MÁRCIO GREIK VIANA

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE CATALÃO(GO): as
incongruências percebidas através das ruas**

CATALÃO(GO)

2019

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

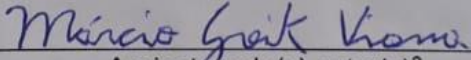
Nome completo do autor: **Márcio Greik Viana**

Título do trabalho: **O CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE CATALÃO(GO): as incongruências percebidas através das ruas**

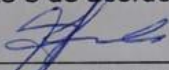
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 24 / 05 / 2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

MARCIO GREIK VIANA

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE CATALÃO(GO): as
incongruências percebidas através das ruas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, como requisito para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: **Geografia e Ordenamento do Território**

Linha de Pesquisa: **Estudos Ambientais**

Orientador: **Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando**

CATALÃO(GO)

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

VIANA, Márcio Greik
O CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE
CATALÃO(GO): [manuscrito] : as incongruências percebidas através
das ruas / Márcio Greik VIANA. - 2019.
CXIII, 113 f.: il.

Orientador: Prof. Paulo Henrique Kingma Orlando.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de Geografia, Catalão, Programa de Pós
Graduação em Geografia, Catalão, 2019.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. Etnografia das ruas. 2. Percepções. 3. Crescimento econômico. 4.
Realidade urbana. 5. Catalão(GO). I. Orlando, Paulo Henrique Kingma,
orient. II. Título.

CDU 911.375.1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UAE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
Av. Lamartine P. Avelar, 1.120. Setor Universitário - Catalão (GO) CEP - 75704-020
Fone/fax: (64) 3441-5331. E-mail: mestradogeografia@gmail.com



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE Márcio Greik Viana

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito (21/05/2019), às 14h (quatorze horas), no Laboratório de Cartografia, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 158ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado de **Márcio Greik Viana**, matrícula nº 2017101656, CPF 844+.257.681-91, sob o título "O CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DE CATALÃO (GO): as incongruências percebidas através das ruas". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 008/2019 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores, Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando (Orientador) - CPF nº 669.087.876-72, Dr. Rogério Bianchi de Araújo (Membro Externo) - CPF nº 125.311.738-11 e Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini (Membro Interno) - CPF nº 260.673.231-68. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 20 horas e 17 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo o mestrando obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. Rogério Bianchi de Araújo - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Prof. Dr. José Henrique Rodrigues Stacciarini - Ass. _____

Aprovado (x) Reprovado ()

Obs.:

ACATAR AS RECOMENDAÇÕES DA BANCA

Presidente da Banca - Prof. Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando - Ass. _____

Resultado final: APROVADO (x) REPROVADO ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: Márcio Greik Viana

Secretária do PPGGC-RC/UFG Priscila Querino de Lima

Priscila Querino de Lima
Secretária do Programa de Pós-Graduação
em Geografia | Regional Catalão | UFG

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG.

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para nomear as pessoas e grupos que fizeram parte de todo o processo que culminou com esta dissertação. Desde muito cedo aprendi que a primeira condição humana é a social, isto é, nada do que construímos pode ser atribuído unicamente aos nossos esforços individuais, mas à nossa sociedade imediata. São as relações que mantemos em sociedade que tornam possíveis as nossas conquistas, sejam elas quais forem.

Começo meus agradecimentos, propriamente, fazendo alusão coletiva aos meus colegas de trabalho. Como professor da rede pública de educação, ministrando quarenta e duas aulas semanais – o que corresponde a trinta e cinco horas efetivas em sala de aula – consegui cumprir todos os ritos do mestrado e concluir a pesquisa que ora apresento. A cada menor demonstração de cansaço ou desânimo sempre ouvia palavras de incentivo dos colegas que compartilham comigo, diariamente, a mesma realidade de lutas.

A sensação que tinha, a cada palavra de incentivo que ouvia dos meus colegas de profissão, era que a minha vitória significava, na verdade, a vitória de todos. Percebi que ao vencer este mestrado, o faria em nome de toda uma categoria. Era isso que percebia e sentia ao receber e guardar, no meu coração, cada mensagem de encorajamento. Muito obrigado aos Professores e colegas de luta do Colégio Estadual Anice Cecílio Pedreiro.

Mas não posso deixar de mencionar a Professora Gislene de Sousa Oliveira que, de uma forma muito humana, sempre me incentivava e – por tantos elogios direcionados à minha pessoa – aumentava a minha responsabilidade frente à conclusão deste mestrado. Pessoas como a Professora Gislene devem ter, por irredutível verdade, a compreensão do bem – desinteressado e espontâneo – que promovem aos seus pares.

Neste mesmo e importante contexto de encorajamento, agradeço ao Professor Dr. Paulo Henrique Kingma Orlando que, além ter sido meu orientador durante a concepção e desenvolvimento desta pesquisa, ensinou-me uma forma mais humana, integrada e responsável de fazer ciência. Minha gratidão ao Professor Paulo Kingma não se restringe ao tempo deste mestrado e, nem ao espaço destas poucas linhas, isso seria muito pouco. Na verdade, minha gratidão à orientação de vida que recebi deste grande ser humano me acompanhará por toda a vida e, ocupará todos os espaços que futuramente vier percorrer. Aprendi a fazer ciência não apenas com a mente, mas, também, com o coração.

Agradeço, com muita alegria, o Prof. Dr. José Henrique Stacciarini. Ao longo de treze anos – contados desde o ano de minha colação de grau na graduação em Geografia, até o meu reingresso à Universidade, neste mestrado – o Prof. José Henrique foi o que mais me incentivou a retornar. Por muitas vezes nos encontramos por acaso em diversos lugares da cidade. A cada encontro a mesma e carinhosa mensagem de incentivo e de apelo para que retornasse à Universidade, era formulada por ele e direcionada à minha pessoa. Graças ao incentivo deste grande professor que, de forma muito espontânea acredita no potencial de superação dos outros, não apenas retornei à Universidade, mas iniciei uma vida de pesquisa. Muito grato Prof. José Henrique Stacciarini!!

Registro, também, meus agradecimentos aos colegas da minha turma de Mestrado, dos quais preciso destacar, para fazer justiça à nobreza e companheirismo destas pessoas, as colegas Michelle Priscila de Melo e Raphaella Karla Portes Beserra. A atenção e colaboração destas meninas foi um grande incentivo prático que recebi.

No mais agradeço o apoio e a compreensão inquestionável das três mulheres mais importantes da minha vida, minha esposa Fabiana Maria Camargo e minhas filhas, Esther e Rebeca. Sem o apoio deste trio certamente não ousaria, nem nos meus melhores dias, enfrentar toda a jornada de leituras e pesquisas. Incluo nesta mesma menção, o apoio e incentivo – de toda uma vida – dos meus pais João Viana e Joana Vieira. Agradeço, ainda, com respeito e consideração, o encorajamento que recebi do meu sogro Antônio Camargo Sobrinho. Família é tudo!!

E para finalizar os meus agradecimentos, não poderia deixar de citar o nome de um amigo de verdade, de alguém que não pertence a nenhum dos grupos acima – diretamente envolvidos –, mas constantemente mostrava-se preocupado comigo e agia como agem os verdadeiros amigos. Refiro-me ao meu amigo Prof. Daniel Ferreira, Historiador e Genealogista, que tem minha amizade e admiração.

Ao originador de tudo!! Soli Deo gloria!!

Comida

Bebida é água
Comida é pasto
Você tem sede de quê?
Você tem fome de quê?

A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte

A gente não quer só comida
A gente quer bebida, diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida como a vida quer

A gente não quer só comer
A gente quer comer e quer fazer amor
A gente não quer só comer
A gente quer prazer pra aliviar a dor

A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade
A gente não quer só dinheiro
A gente quer inteiro e não pela metade

Diversão e arte
Para qualquer parte
Diversão, balé
Como a vida quer
Desejo, necessidade, vontade
Necessidade, desejo, eh
Necessidade, vontade, eh
Necessidade

Titãs

RESUMO

O destacado crescimento econômico de Catalão (GO), observado a partir da década de 1970 e, muito acentuado na primeira década deste século, acompanhado conseqüentemente por um grande incremento demográfico, produziu uma realidade urbana complexa. De cidade rica e há muito cotada entre as cinco mais importantes do Estado de Goiás, principalmente por sua pujança econômica, Catalão (GO) apresenta uma realidade que precisa ser compreendida a partir de um olhar que considere suas múltiplas e antagônicas realidades. Do sucesso, desenvolvimento e riqueza, para uma realidade de esquecimento, carências e conflitos. Este foi o foco desta pesquisa, isto é, considerar o grande crescimento econômico-demográfico ocorrido em Catalão (GO) e, por meio do método etnográfico, apresentar as percepções antípodas a esta realidade. Assim, os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa consideraram aspectos já consagrados, como a revisão bibliográfica e documental sobre a temática urbana e, especificamente sobre Catalão (GO). A inovação, na estruturação desta pesquisa e dissertação consiste na aplicação do método etnográfico, consistindo-se em uma série de incursões nas ruas de diversos bairros da cidade, com o objetivo de compreender, pela percepção do pesquisador, os diversos problemas, contradições e conflitos que contrastam com a riqueza e desenvolvimento sempre exibidos quando se discute Catalão (GO). Desta forma, o esforço desta pesquisa consiste na demonstração das incongruências que se revelam como implicações históricas presentes na construção de uma cidade e, na valorização do falar e do olhar dos moradores de bairros populares da cidade. Compõe, também, como importante objetivo desta pesquisa, reforçar a necessidade de considerar – para fins de produção de políticas públicas mais efetivas – a percepção dos moradores como fonte real e profunda dos principais conflitos e demandas. Portanto, a etnografia das ruas de Catalão (GO), experimentada nesta pesquisa, produziu nova contribuição à discussão sobre a cidade de Catalão (GO) a se somar às demais abordagens elaboradas pela geografia sobre esta importante cidade goiana.

Palavras-chaves: etnografia das ruas; crescimento econômico; percepções; realidade urbana; Catalão (GO).

ABSTRACT

The remarkable economic growth of Catalão (GO), observed from the 1970s onwards, and very pronounced in the first decade of this century, accompanied by a great increase in population, produced a complex urban reality. From a rich city and long listed among the five most important in the state of Goiás, mainly for its economic strength, Catalão (GO) presents a reality that needs to be understood from a look that considers its multiple and antagonistic realities. From success, development and wealth to a reality of forgetfulness, lack and conflict. This was the focus of this research, that is, to consider the great economic-demographic growth occurred in Catalão (GO) and, through the ethnographic method, to present the antipodal perceptions to this reality. Thus, the methodological procedures applied in this research considered aspects already consecrated, such as the bibliographical and documentary review on the urban theme and specifically on Catalão (GO). The innovation in the structuring of this research and dissertation is the application of the ethnographic method, consisting of a series of forays into the streets of various neighborhoods of the city, with the objective of understanding, through the researcher's perception, the various problems, contradictions and conflicts which contrasts with the wealth and development always displayed when discussing Catalan (GO). In this way, the effort of this research consists in demonstrating the incongruences that are revealed as historical implications present in the construction of a city and in the valorization of the speaking and the eyes of the residents of popular districts of the city. It also establishes, as an important objective of this research, the need to consider - for purposes of producing more effective public policies - the perception of the residents as a real and deep source of the main conflicts and demands. Therefore, the ethnography of the streets of Catalão (GO), tried in this research, produced a new contribution to the discussion about the city of Catalão (GO) to add to the other approaches elaborated by geography on this important city in Goiás.

Keywords : ethnography of the streets; economic growth; perceptions; urban reality; Catalão (GO).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de fotos

Foto 1 – Manifestação pela construção de um viaduto no Trevo do Bairro Pontal Norte	84
Foto 2 – Manifestação pela construção de um viaduto no Trevo do Bairro Pontal Norte	84
Foto 3 – Vista da Creche padrão PNDE do Bairro Jardim Europa – Obra inacabada	92

Lista de Figuras

Figura 1 – Catalão (GO): principais vias de acesso	36
Figura 2 – Localização da entrada principal do Bairro Pontal Norte	83
Figura 3 – Localização dos bairros de ocorrência das incursões etnográficas	87
Figura 4 – Localização da UPA e Santa Casa	90

Lista de mapas

Mapa 1 – Localização do Município de Catalão(GO) e seus municípios fronteiriços	36
Mapa 2 – Evolução da Malha Urbana de Catalão (GO) entre 1970 a 2017	61

Lista de quadros

Quadro 1 – Empresas instaladas no distrito Mínero-Industrial de Catalão(GO)	38
---	----

Lista de tabelas

Tabela 1 – Evolução da população absoluta do município de Catalão(GO) entre 1970 e 2018	28
Tabela 2 – Evolução demográfica dos municípios da microrregião de Catalão(GO)	29
Tabela 3 – Comparativo da evolução demográfica da microrregião de Catalão e da representatividade percentual da população do município de Catalão(GO)	31
Tabela 4 - População residente por situação de domicílio em Catalão(GO)	31
Tabela 5 - PIB _ Produto Interno Bruto da Região Sudeste Goiano e comparação absoluta com o PIB de Catalão(GO)	37

Tabela 6 -	Comparativo pelo IDM – Economia (Variáveis e Escores)	44
Tabela 7 -	Comparativo pelo IDM – Economia (Variáveis originais)	45

Lista de gráficos

Gráfico 1 –	Balança Comercial de Catalão(GO)	41
Gráfico 2 –	Empregos por setor econômico em Catalão(GO) – 2015	41
Gráfico 3 –	PEA e PNEA em Catalão(GO) – 2010	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

CMOC – China Molybdenum – Fosfatos e Nióbio Brasil

CODEGO – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

DIMC – Distrito Mínero-Industrial de Catalão

FIEG – Federação das Indústrias do Estado de Goiás

FOSFAGO – Fosfatos de goiás S.A.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDM – Índice de Desempenho dos Municípios

IMB – Instituto Mauro Borges

ITEGO – Instituto Tecnológico de Goiás

METAGO – Metais de Goiás S.A.

MGO – Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNEA – População Economicamente Não Ativa

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

SUS – Sistema Único de Saúde

TEM – Ministério do Trabalho e Emprego

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFCAT – Universidade Federal de Catalão

UPA – Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	FATORES HISTÓRICOS-ECONÔMICOS QUE INFLUENCIARAM A EXPANSÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DE CATALÃO(GO)	21
1.1	O propósito deste capítulo	21
1.1.1	Fatores Histórico-econômicos Influenciadores	22
1.2	Caracterização do Município de Catalão(GO)	34
1.2.1	Catalão(GO) Economia e Infraestrutura	37
1.2.1.1	A Economia Catalana	37
1.2.1.2	Análise do Desempenho da Economia de Catalão(GO)	43
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SUA LÓGICA	47
2.1	A Lógica da (re)produção do espaço urbano	47
2.1.1	Os Agentes da Produção do Espaço Urbano	51
2.1.2	A (re)produção do Espaço Urbano em Catalão(GO)	57
2.1.3	A Expansão urbana de Catalão(GO): uma análise	61
3	O ESPAÇO URBANO DE CATALÃO(GO): percepções etnográficas	69
3.1	A opção pelo método de pesquisa de campo	69
3.2	Problemas sociais percebidos	73
3.2.1	A raiz dos problemas	75
3.2.2	Crise de representação política	77
3.2.3	Iniciando no bairro Pontal Norte	82
3.2.4	Incursões etnográficas em outras áreas periféricas de expansão recente ...	86
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

O esforço em compreender as implicações relacionadas ao crescimento de uma determinada cidade, tomando como referência as dimensões econômica, espacial e demográfica – como primeiros indicadores deste crescimento – permite avaliações qualitativas do aspecto social produzido e, ainda, considerações relativas aos fatores e atores que atuaram e atuam na produção desta realidade.

Assim, é preciso acolher, já de início, a premissa de que qualquer processo de desenvolvimento/crescimento de uma tessitura social é provocado por um planejamento oficial ou não, formal ou não, mas claramente existente. Significando, portanto, que nas análises sobre o crescimento de uma determinada malha urbana não se pode considerar nenhuma de suas dinâmicas como “naturais”, uma vez que todas elas – quaisquer que sejam suas categorizações – se inscrevem dentro de uma relação social de causa e efeito.

Esta consideração, referente à inexorável existência de forças e elementos planejadores, atuando sobre as dinâmicas sociais, é importantíssima para os estudos que se desenvolverão na sequência desta pesquisa. Pensar sobre as dinâmicas que caracterizam um determinado espaço e questionar quais elementos e forças atuaram e ainda atuam na manutenção destas dinâmicas é a primeira postura a se garantir em uma pesquisa na área das ciências humanas.

Foi considerando a realidade desta premissa básica que se iniciou – nesta pesquisa – a avaliação do crescimento econômico, espacial e demográfico de Catalão(GO), o que estabeleceu condições para que se compreendesse os seus antagonismos sociais decorrentes. Uma vez que, desta mesma premissa, depende-se que – na lógica capitalista – as dinâmicas de crescimento quase sempre determinam contextos marcados pela realidade contraditória de favorecimento e desfavorecimento.

Importa registrar, também, que o presente estudo se soma às demais contribuições sobre a geografia catalana. Mas, neste em particular, contempla-se a novidade representada pelo método empregado pela pesquisa, a saber, o etnográfico. Neste esforço de elaboração de mais uma pesquisa sobre o espaço urbano de Catalão(GO), as informações da realidade concreta vivenciada pelos moradores foi acessada a partir de incursões etnográficas.

Ao optar pelo método etnográfico, que proporciona uma nova abordagem para a escrita geográfica sobre as dinâmicas da cidade, considerou-se que as diversas e importantes teorias

que conformam o pensamento e a práxis da geografia podem ser melhor empregadas, quando melhor se compreende as dinâmicas e problemáticas sociais. Considerou-se, também, que o método etnográfico permite esta melhor compreensão, ao conduzir o pesquisador para os lugares e fluxos daqueles que dão vida e dinâmica aos bairros.

No “manifesto pela etnografia” Willis e Trondman (2008) afirmam que a teoria – sem se referirem a uma específica – precisa ter utilidade diante da evidência constatada pela abordagem etnográfica. Assim, além da aplicação de uma teoria que se qualifique para compreender o objeto de estudo, faz-se necessário, primeiro, captar este objeto pela aproximação e observação. A teoria empregada continua sendo imprescindível, porque empresta tecnologia para a análise do objeto a ser estudado, mas a evidência etnográfica deste objeto torna-se imprescindível. Willis e Trondman (2008) registram que:

[...] a teoria deve ser uma teoria útil em relação à evidência etnográfica e à «energia científica», derivada da formulação efetiva de problemas, em vez de uma teoria por si mesma. Tem de servir de ajuda para compreender o fenômeno social na sua relação com a evidência etnográfica. Assim, não estamos interessados numa «teoria de fundo», numa razão acadêmica «pura» nem num empirismo «abstracto». (WILLIS e TRONDMAN, 2008, p.213 grifos do autor)

A opção pela etnografia, como método de intervenção e pesquisa, neste estudo, torna-se um elemento importante para sua diferenciação. O principal esforço e preocupação não se orientou para a definição de um elenco de aportes teóricos capazes de conduzir a presente pesquisa – uma vez que se compreende que tais aportes teóricos são selecionados e aplicados na medida e proporção em que os próprios problemas e desafios da pesquisa vão aparecendo. Mas a principal orientação e cuidado se deu sobre a aplicação e vivência da proposta etnográfica.

Os relatos etnográficos foram nascendo após cada incursão nos bairros de Catalão(GO) e, assim, um material de cunho geográfico foi sendo construído. Assim, talvez, a principal contribuição desta pesquisa seja – neste sentido – a de apontar para uma nova forma de se analisar a dinâmica urbana de Catalão(GO), dentro do contexto acadêmico da geografia e, apresentar uma contribuição sobre a qual possa, a partir da mesma, desenvolver novos olhares. Sobre isso Magnani (2002) escreve que:

Existe, por exemplo, uma modalidade que caracterizo como *de passagem*: ela consiste em percorrer a cidade e seus meandros observando espaços, equipamentos e personagens típicos com seus hábitos, conflitos e expedientes, deixando-se imbuir pela fragmentação que a sucessão de imagens e situações produz. O relato final, geralmente na forma de ensaio, termina por expressar

essa experiência por meio do uso de metáforas que serão tanto mais sugestivas quanto maior a criatividade do analista e o leque de relações que estabelecer: “hibridização”, “porosidades”, “territorialidades flexíveis”, “não-lugares”, “configurações espaço-temporais”, “paisagens disjuntivas” e outras. (MAGNANI, 2002, p.18)

Assim, conforme descreve Magnani (2002), as incursões etnográficas realizadas nesta pesquisa caracterizam-se conforme a modalidade que o autor denomina “de passagem”. A cada incursão era observado, de forma atenta e demorada, as manifestações, respostas, posicionamentos, pareceres e impressões não verbais dadas pelos moradores sobre as situações ou provocações vivenciadas. Destas incursões surge o material que revela o cerne desta pesquisa, isto é, a discrepância entre a cidade rica – caracterizada pelos números econômicos apontados por órgãos oficiais de pesquisa – e a cidade pobre e repleta de limitações.

Neste sentido, a pesquisa foi se desenvolvendo de forma a constatar que tipo de cidade a dinâmica dos bairros revelava, bem como intentando produzir uma descrição que fosse de autoria dos próprios moradores. O intuito, como já foi dito, era estabelecer um paralelo entre a realidade econômica e a realidade social, observando a hierarquização e categorização dos lugares. Assim, as incursões aconteceram, predominantemente, em bairros caracterizados pelo predomínio de trabalhadores assalariados de baixa renda.

Comparece, ao longo da pesquisa, a aplicação de conceitos importantes para a compreensão do espaço urbano e suas dinâmicas, tais como os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana e, ainda, a referência a categorias geográficas fundamentais para este tipo de estudo, como a paisagem e o lugar. Vale sublinhar que outros conceitos e categorias – que extrapolam os aqui mencionados – surgem, evocados pela própria dinâmica da pesquisa, em cada espaço e tempo de passagem etnográfica.

O lugar – categoria de análise da geografia – comparece em muitos diálogos cuidadosamente observados pelo pesquisador. Contudo, o lugar não era apreendido com os contornos atribuídos pela ciência e – em muitos casos – nem era referenciado com a aplicação da palavra lugar. Ao se referirem ao seu espaço muitos aplicavam expressões sinônimas tais como “canto”, “quebrada” ou “pedaço”, sendo esta última uma palavra que se verifica na fórmula damattiana conforme aponta Magnani (2002), como se observa a seguir:

Segundo a conhecida fórmula damattiana, têm-se dois planos, cada qual enfeixando de forma paradigmática uma série de atitudes, valores e comportamentos, uma delas referida ao público e, a outra, ao privado. O *pedaço*, porém, apontava para um terceiro domínio, intermediário entre a rua e a casa: enquanto esta última é o lugar da família, à qual têm acesso os *parentes* e a rua é dos *estranhos* (onde, em momentos de tensão e

ambiguidade, recorre-se à fórmula “você sabe com quem está falando?” para delimitar posições e marcar direitos), o *pedaço* é o lugar dos *colegas*, dos *chegados*. Aqui não é preciso nenhuma interpelação: todos sabem quem são, de onde vêm, do que gostam e o que se pode ou não fazer. (MAGNANI, 2002, p.21)

Em cada lugar onde se aplicava o método etnográfico, as falas e expressões eram mais fluidas, afinal o lugar era o pedaço em que iguais se viam e se respeitavam. Nesse contexto, as incursões revelavam muito do que poderia ser evitado ou até mesmo alterado, se a proposta de intervenção em campo fosse outra. A aproximação física e manutenção da ambiência psicológica do lugar – garantindo-se na pesquisa o registro indireto das percepções e escutas registrados pelo pesquisador – propiciou a obtenção de diagnósticos mais fiéis da realidade estudada.

Foi nessa cadência que a pesquisa tomou corpo e relevância. Da mesma forma, as incursões etnográficas, no modelo de passagens pelas ruas de vários bairros, evidenciava, para além dos relatos – mas como suporte testemunhal destes –, feições paisagísticas estáticas e dinâmicas, que comprovavam as contradições e diferenças acentuadas entre os bairros de Catalão(GO). As paisagens e dinâmicas dos bairros predominantemente ocupados por trabalhadores destoava e muito, das paisagens e dinâmicas das áreas mais centrais.

Embora esta diferença de paisagem, uso do espaço, ordenamento e dinâmica entre os bairros centrais e periféricos seja uma constatação fácil de se perceber nas cidades, a forma mais acentuada destas contradições denota muito mais do que uma simples repetição de um padrão comum nas cidades capitalistas. A intensificação das contradições – em confronto intenso e direto com os expressivos resultados econômicos do município –, explicitam a existência de uma proposta político-administrativa fortemente elitista.

Percebe-se, no desenrolar da pesquisa, que mesmo tendo consciência das demandas existentes nos bairros mais afastados – e esta consciência se observa tanto por parte dos moradores, quanto por parte dos agentes públicos – as ações, possíveis e legalmente previstas, não são realizadas. De um lado, tem-se a inércia dos moradores, por pressão, desconhecimento de canais legais e desmotivação provocada e, pelo lado dos agentes públicos, observa-se o descumprimento direto de premissas constitucionais.

Desta forma, embora exista no ordenamento jurídico brasileiro – aplicado ao espaço urbano – uma gama considerável de direitos prescritos e detalhadamente explicados, muitos

destes direitos são negados à população. Várias diretrizes que tornariam o processo de planejamento e gestão urbana mais democrático e, assim, dariam voz aos moradores, são politicamente negados pelos grupos políticos hegemônicos. Foi contemplando este tipo de cenário que Maricato (2001) escreveu que:

Um dos motivos pelo qual isso acontece é que entre a Lei e sua aplicação há um abismo que é mediado pelas relações de poder na sociedade. É por demais conhecido, inclusive popularmente, no Brasil, o fato de que a aplicação da lei depende de a quem ela (a aplicação) se refere. Essa “flexibilidade” que inspirou também o “jeitinho brasileiro” ajuda a adaptar uma legislação positivista, moldada sempre a partir de modelos estrangeiros, a uma sociedade onde o exercício do poder se adapta às circunstâncias (MARICATO, 2001, p. 42).

A pesquisa mostra que uma das explicações para o quadro de discrepância entre a realidade dos bairros mais centrais e aqueles mais afastados e, ainda, a existência de tantos conflitos e carências em uma cidade tão rica como Catalão (GO), decorre do cumprimento meramente midiático e, portanto, superficial dos estatutos legais concernentes à gestão e planejamento urbanos. Um exemplo deste cumprimento midiático e superficial de um estatuto legal foi o da revisão participativa do Plano Diretor de Catalão (GO).

A lei complementar nº 3.439, de 08 de Dezembro de 2016 instituiu o plano diretor de ordenamento do território e desenvolvimento sustentável de Catalão (GO). Este foi um expediente legal e, que segundo o Estatuto da Cidade, instituído pela lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, deve ser marcado por amplas consultas à população do município. Contudo, na pesquisa que ora se introduz, percebe-se, claramente, que o Plano Diretor foi construído de forma a aviltar a lei federal.

Assim, mesmo existindo agendas, expedientes, solenidades e órgãos específicos para a aplicação de leis importantes ao estabelecimento de um padrão mínimo de qualidade de vida urbana, estas instâncias ou contextos são regidos a partir da disputa de interesses de grupos. O resultado que se obtém, nestes contextos, se configuram como cumprimentos parciais das determinações legais, uma vez que as dinâmicas e propósitos dos esforços necessários à aplicação das leis são burladas em sua essência, para que se mantenha apenas a aparência.

Portanto, qualquer consulta que se faça demonstrará a existência de planos originados de determinações legais, contudo, a simples existência de tais planos não garante seu cumprimento legal e nem a sua efetividade. E o fato destas não garantias, está, como já afirmado, na construção meramente formal e distanciada dos moradores. Tanto na construção

destes planos, quanto na sua avaliação processual e fiscalização contínua, o distanciamento dos moradores aparece como uma condição imposta e mantida pelo poder público. Neste sentido, Souza (2002), escreve que:

A importância de planos e garantias formais foi exagerada, em detrimento de uma análise social mais ampla. **A participação popular, que deveria ser vista como o fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão, foi secundarizada**, como se nota ao comparar a pouquíssima atenção dispensada aos conselhos de desenvolvimento urbano em comparação com instrumentos como o “solo criado”, tanto nas discussões acadêmicas quanto nos planos diretores progressistas (SOUZA, 2002, p.161, grifo nosso).

O fato de que a participação popular – na elaboração de leis e planos e, também, na fiscalização e manutenção efetiva destes – se vê dificultada e desestimulada aparece como um fator direto das paisagens e dinâmicas contraditórias. Sem a consulta aos que diariamente vivenciam a cidade e seus problemas e, sem a possibilidades destes acompanharem a execução destes planos e de sinalizarem suas incongruências, pouco avanço e sentido podem ser atribuídos aos planos e garantias formais.

Neste sentido, a pesquisa indica que parte dos problemas e contradições de cunho socioeconômico revelados durante as incursões etnográficas se assentam na inexistência de planos que cumpram suas exigências democráticas de construção e, na dificuldade – dentro da lógica de relações de poder – de fiscalização popular sobre a execução de políticas públicas já consagradas.

Isto posto, a pesquisa segue apresentando o desenvolvimento econômico e demográfico de Catalão (GO) e suas principais contradições e conflitos apontados pelos próprios moradores. No primeiro capítulo denominado **Fatores histórico-econômicos que influenciaram a expansão urbana e demográfica de Catalão (GO)** o objetivo foi mostrar os principais influenciadores do crescimento econômico, demográfico e, conseqüentemente, da malha urbana de Catalão (GO).

A segundo capítulo intitulado **A produção do espaço urbano e sua lógica**, apresenta uma discussão teórica sobre os aspectos lógicos presentes na produção do espaço urbano capitalista e, tem como principal objetivo demonstrar como essa lógica do paradigma econômico vigente atua na influência e determinação da construção do espaço urbano e, ainda, na construção de entraves políticos e sociais que funcionam como barreiras aos avanços sociais idealizados pelo e no ordenamento jurídico brasileiro.

Já no terceiro e último capítulo, com o título **O espaço urbano de Catalão (GO): percepções etnográficas**, o esforço foi textualizar as diversas percepções oriundas das muitas incursões etnográficas pelas ruas de Catalão (GO). Neste capítulo, as percepções, tomadas diretamente dos espaços e das dinâmicas de vivência dos moradores, produziram reflexões capazes de apontar algumas razões para a grande distância entre a cidade marcada pelo grande crescimento e sucesso econômico e, sua outra faceta urbana, caracterizada por problemas e conflitos incompatíveis com seus resultados econômicos.

Nesta perspectiva, o estudo em questão mostra sua relevância ao discutir os elementos históricos que explicam o grande desenvolvimento econômico experimentado por Catalão (GO), ao discutir a produção do espaço urbano sob a ótica das influências paradigmáticas do capitalismo e, concluir todo este esforço, ouvindo e registrando – a partir da contribuição direta dos moradores – como a realidade desta cidade historicamente pujante se revela no cotidiano das pessoas de menor poder aquisitivo.

Será possível perceber, nas páginas que se seguem, que a lógica capitalista – de concentração de renda e privilégios – potencializada pela desfiguração dos expedientes e documentos legais, produz uma realidade social e política que qualifica o espaço urbano como sendo um espaço de desigualdades planejadas e não acidentais ou naturalizadas.

1 FATORES HISTÓRICO-ECONÔMICOS QUE INFLUENCIARAM A EXPANSÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DE CATALÃO (GO)

A cidade, como realidade geográfica, é a rua. A rua como centro e quadro da vida cotidiana, onde o homem é passante, habitante, artesão: elemento constitutivo e permanente, às vezes quase inconsciente, na visão de mundo e no desamparo o homem, realidade concreta, imediata, que faz do cidadão ‘um homem da rua’, um homem diante dos outros, sob o olhar de outrem, ‘público’ no sentido original da palavra (DARDEL, 2011, p. 20).

1.1 O PROPÓSITO DESTES CAPÍTULO

Neste capítulo vamos apresentar, de forma sucinta, os principais fatores que influenciaram no desenvolvimento urbano de Catalão (GO), bem como sua afirmação, no cenário estadual, como pertencente ao grupo das cinco cidades mais importantes do Estado de Goiás. Logo após estas breves considerações far-se-á uma caracterização da cidade hoje, com o objetivo de se estabelecer um pano de fundo para as análises que se sucederão.

O esforço narrativo aqui concentrado será direcionado em construir um tecido textual que possibilite uma mínima compreensão do desenvolvimento histórico de Catalão (GO), para que se compreenda as etapas e processos que atuaram na conformação deste espaço urbano, considerando o século 20 até chegar ao ano de 2018. Vale destacar que não se trata de uma diligência pautada pelos rigores da historiografia, mas apenas a delimitação de momentos que, na avaliação do autor-pesquisador, promoveram importantes alterações na dinâmica de (re)produção e (re)arranjo da malha urbana da cidade.

A percepção do nosso objeto de pesquisa, neste primeiro momento, oportunizada pela leitura deste capítulo enseja um melhor preparo para a leitura e compreensão das considerações a que se chegará no capítulo de análise empírica. Neste sentido a compreensão destes fatores histórico-econômicos e da caracterização mínima da feição histórica, espacial e locacional do objeto de estudo desempenha um papel de subsídio e preparativo às análises e percepções de campo.

1.1.1 FATORES HISTÓRICO-ECONÔMICOS INFLUENCIADORES

A expansão urbana em Catalão (GO) segue o ritmo, a dinâmica e os contornos observados – dentro desta mesma temática – em outras regiões do Brasil. A diferença, para o caso em análise, ocorre por conta do rápido e destacado incremento demográfico experimentado, por esta municipalidade, na última metade do século vinte e confirmado nestas primeiras e incompletas duas décadas do século vinte e um.

Perceber-se-á alguns fatos ou fatores que determinaram mudanças importantes para o crescimento de Catalão (GO) e seu contínuo protagonismo, tendo em vista que uma cidade não apenas surge, como um acontecimento pontual e histórico, mas, na dinâmica contínua de seus incrementos e remodelações as cidades estão sempre se modificando e se conformando em novos espaços e novas relações que se materializam no seus arcabouço de paisagens e fluxos. Neste contínuo processual e histórico, Catalão (GO) foi se firmando como cidade importante do Sudeste Goiano.

Para Lima (2003, p.55) a consideração desses fatores que atuam sobre as cidades e influenciam no seu desenvolvimento é expediente necessário para a compreensão de toda a sua dinâmica. Assim, a compreensão da cidade de Catalão (GO), tendo como foco sua dinâmica demográfico-espacial e econômica, aspectos que se percebem na expansão de sua malha urbana, perpassa pela compreensão dos principais fatores que atuaram e conformaram a cidade que temos hoje. Assim, Lima (2003), afirma que,

As cidades não surgem ou se desenvolvem de repente ou por acaso. O que ocorre [...] são influências de fatores exógenos que impulsionam o desenvolvimento, tais como: a implantação de uma via de transporte, a instalação de uma indústria, a exploração de recursos naturais e outros, que modificam, radicalmente, as atividades locais e, conseqüentemente, reestruturam seu espaço geográfico. (LIMA, 2003, p. 55)

Seguindo esta lógica de análise do desenvolvimento de uma cidade, conforme discutida por Lima (2003), o primeiro fato que impulsiona a dinâmica urbana de Catalão (GO) e que estabelece as bases para o crescimento experimentado mais marcadamente após a década de 1950 é a implantação da ferrovia no ano de 1913. Já no ano de 1920, conforme Censo realizado pelo IBGE, Catalão apresentava-se como o município mais populoso do Estado, com 38.574 habitantes, esta primazia no ranking populacional das cidades goianas já era um reflexo da ferrovia.

A construção da ferrovia rompe o insulamento geográfico naturalmente imposto ao município de Catalão (GO) e inaugura um importante fluxo que conecta, não apenas este município, mas o Estado de Goiás, ao restante do país. Com esta infraestrutura modal a comunicação logística entre o Estado de Goiás, o vizinho Triângulo Mineiro e o restante da Região Sudeste foi, aos poucos, se consolidando cada vez mais. Rompia-se assim, um isolamento que até então persistia, conforme se observa em Deus (2002).

Nesta primeira fase, logo após a inauguração da ferrovia que passou a cruzar o município de Catalão, o deslocamento da fronteira agrícola de Goiás para o centro do Estado, somado à transferência da capital goiana, também para a região central, deflagra um processo de estagnação e, como consequência deste processo o município perde o posto de município mais populoso do estado. Discutindo esse período Matos (2005,p.54), registra que:

Com isso, a economia do município de Catalão ficou voltada para as atividades agrícolas, que, em sua grande parte, eram destinadas ao auto-sustento, à pecuária extensiva, e também ao pequeno comércio local e à implementação de pequenas indústrias de transformação de produtos primários. Essa situação se mantém até o final dos anos de 1960. (MATOS, 2005, P.54)

Chegamos assim, ao segundo fato que influencia no crescimento urbano de Catalão(GO), a saber, a construção de Brasília, que acontece no final da década de 1950, provocando uma importante mudança no perfil socioeconômico do estado de Goiás e, por extensão, em todo o Centro-Oeste brasileiro. Com a necessidade de interligar a nova capital às demais regiões brasileiras, em especial ao Sudeste, a conclusão das obras de pavimentação da BR-050, que interliga Catalão a Brasília e São Paulo, representa a inclusão deste município goiano em um fluxo de desenvolvimento nacional. Neste raciocínio a BR-050 é considerada, na análise que se faz sobre os fatos importantes que impulsionaram o crescimento demográfico-espacial de Catalão (GO), como um aspecto resultante da construção da nova capital federal.

Sem dúvida nenhuma, é legítimo afirmar que a BR-050 representa, no início da segunda metade do século XX, um pouco mais do que a ferrovia representou no início deste mesmo século, não apenas para o município de Catalão (GO), mas para toda a macrorregião região sul do estado. Muito embora sabe-se das vantagens do modal de transporte ferroviário, a construção desta citada rodovia acabou determinando mais possibilidades de progresso, crescimento demográfico e econômico do que a ferrovia, haja visto a opção rodoviarista assumida em nosso país.

Desta forma, inclui-se a construção de Brasília e da BR-050 como um fato de um mesmo contexto histórico e de planejamento, que impacta no crescimento de Catalão (GO) e, determina mudanças na dinâmica produtiva e econômica encerrando o período de estagnação vivenciado desde a década de 1930. Essa nova ordenação do espaço brasileiro, concretizada pela construção das rodovias, no contexto do projeto de integração nacional, a partir de 1964, abre novos horizontes para o desenvolvimento do sul de Goiás, em especial, para o desenvolvimento de Catalão (GO).

Corroborando a inclusão da construção de Brasília e a conclusão da rodovia BR-050 como um único fator de influência sobre o desenvolvimento de Catalão (GO), Pires (2009) ressalta que:

Após a decadência da ferrovia em Goiás, na década de 1940, a construção de estradas de rodagem foi uma das medidas tomadas pelo governo federal para ligar Brasília ao resto do país, e, que, de forma direta, influenciou a organização do arranjo espacial de Catalão. Nesse caso, a construção de Brasília possibilitou a pavimentação da rodovia BR-050 ligando a capital federal ao Sudeste do país, passando pelo perímetro urbano de Catalão. (PIRES, 2009, P. 68)

O terceiro fato que marca e impulsiona o desenvolvimento da cidade em análise remete à década de 1970 e inaugura um novo tempo de prosperidade para o estado de Goiás. A partir dessa década tem início um promissor e sólido processo de exploração de minérios, tanto a partir de investimentos diretos do Governo Federal, como a partir da atuação de empresas privadas. Foi nessa década que as empresas, então denominadas, Fosfago S.A. (1972) e Mineração Catalão de Goiás S.A. (1976) se instalaram no município.

Contudo, foi, já no final da década de 1960, que o potencial de produção mineral de Catalão (GO) começa a compor o quadro econômico municipal. No final desta década, o que ganha projeção na década seguinte, ocorre a fundação da primeira empresa estatal de mineração mantida por uma Unidade Federativa, trata-se da Metais de Goiás S.A. Sendo o primeiro projeto de mineração de Catalão (GO) a empresa funciona como um cartão de visitas que estimula os projetos subsequentes como as duas empresas já citadas.

Ainda, o impulso que a atividade mineradora deu ao município de Catalão (GO) promove um importante incremento tecnológico que passa a compor as atividades econômicas produtivas, associadas à mineração e, à época, em franco processo de consolidação. Sobre isso, Pires (2009) assevera que:

As empresas possibilitaram, ainda, a inserção do município no chamado meio técnico-científico-informacional, devido à alta tecnologia utilizada pelas empresas no processo de mineração, bem como a ligação do município ao resto do Brasil e do mundo, com a exportação do minério retirado do subsolo catalano. (PIRES, 2009, p. 70)

Também, na década de 1980, especificamente no ano de 1981, ocorre a inauguração da Unidade Industrial da Goiasfértil, que se consagra, ao final desta mesma década, como um polo de produção de fertilizantes. Comentando sobre a importância destas empresas do setor de produção de mineração e produção de fertilizantes, Lima (2003) escreve que:

As empresas, ali instaladas, pelo seu porte e pelo número de investimentos aplicados acabaram por se tornar grandes incentivadores e responsáveis pelo crescimento da cidade de Catalão como um todo, na sua expansão, econômica, e cultural o que a diferenciara das demais cidades da região. (LIMA, 2003, p. 83)

A atuação dessas empresas do setor de exploração de minérios no município provocou mudanças em toda a economia local, além de consolidar os vínculos econômicos e políticos do município como outras localidades mais distantes. Com a movimentação da microeconomia local, outros postos de trabalho, além dos diretamente abertos pelas mineradoras, foram criados. A cidade passou a ser mais densa e complexa do que as demais existentes no sudeste goiano e, do que a imensa maioria das demais outras cidades do estado.

Para além dessas transformações locais, a cidade passou a integrar o grupo das cidades produtoras de minérios no Brasil e, com isso, ganhou notoriedade no cenário nacional, mesmo que, num primeiro momento, em círculos especializados. Lima (2003, p.66) teve importante contribuição ao analisar o crescimento econômico de Catalão, a partir do advento da exploração mineral. O referido autor afirma que:

A partir desta década, o Estado de Goiás, pela sua constituição geológica-geomorfológica com expressivo número de ocorrências minerais, e aliado às políticas de desenvolvimento do Governo Federal e Estadual, foi “descoberto” e passou a ser um dos grandes centros brasileiros na produção mineral em escala industrial. (LIMA, 2003, p. 66)

Com uma vasta riqueza mineral, caracterizada pela ocorrência de Fosfato, Titânio, Nióbio, Calcário, Estanho, Níquel, Cobre, Ouro e outros, conforme apresenta Lima (2003), a atividade mineral desempenha papel de destaque e, mais importante ainda, protagoniza o processo de diversificação econômica que mantém em marcha, o curso de incrementação da economia local que implica na conversão do município, em uma área de atração demográfica.

A referida atração demográfica não se aplica apenas em mão de obra em busca de empregos, mas, também, registra-se neste mesmo período, a chegada de agricultores sulistas e paulistas. Tais agricultores trazem para Catalão know how agrícola e capital financeiro e, com a implantação de grandes áreas sojicultoras, especialmente no Distrito de Santo Antônio do Rio Verde, deflagram o início de mais um promissor setor da economia local, a saber, a produção da cultura de soja e milho, com a aplicação de tecnologias até então inexistentes no campo local.

Tendo chegado a partir da década de 1970, o novo campo agrícola especializado tem, na década de 1980, sua consolidação. Neste período, as instalações industriais voltadas para a obtenção da riqueza mineral e a expansão das áreas de produção agrícola especializada determinam a consolidação da ciência, da técnica e da tecnologia na porção sudeste do cerrado goiano e promovem impactos significativos na diversificação econômica e de serviços e, na incrementação do PIB (Produto Interno Bruto) de Goiás.

Segundo Deus (2002, p.54) a década de 1970 estabelece Catalão (GO) em posição de destaque quando se analisa sua projeção real de crescimento demográfico; o referido autor afirma que “na década de 1970, Catalão(GO) consolidou-se como polo regional de Goiás, com crescimento populacional de 3,56% ao ano, bem acima do crescimento do estado de Goiás, que foi de 2,59% ao ano”. Fica evidente, portanto, que a partir dos desdobramentos econômicos dessa década a cidade de Catalão (GO) passa a desempenhar uma função de produção econômica que extrapola seus limites microrregionais.

Considerando, ainda, o contexto desse terceiro fator histórico-econômico que influencia a expansão da malha urbana de Catalão (GO) e, conseqüentemente a sua demografia, vale destacar que esse período coincide com a intensificação do processo de urbanização brasileira. Nesta terceira fase, portanto, inclui-se a atividade mineradora e o desenvolvimento da agricultura mecanizada e de exportação, como processos interligados e interdependentes.

O quarto fator que importa citar como favorecedor do grande desenvolvimento experimentado pelo município de Catalão (GO), refere-se à consequência direta do processo de descentralização econômica e industrial, que pauta uma nova dinâmica no Brasil e caracteriza-se pela saída de capital industrial da Região Sudeste. Ocorrendo na década de 1990, a dinâmica de descentralização industrial, que ocorre predominantemente em São Paulo, explica a migração, na década seguinte, da Mitsubishi – montadora de veículos – e da John Deere – montadora de colheitadeiras – para Catalão (GO).

A década de 2000 é marcada, desta forma, por importante incremento industrial em Catalão (GO) e, pela consolidação do Distrito Mineiro Industrial de Catalão (DIMIC) que passa a comportar boa parte das empresas que chegam ao município. A John Deere (Cameco), multinacional norte-americana e a Mitsubishi Motors Corporation do Brasil (MMC) são responsáveis pela vinda de dezenas de outras empresas ligadas às suas cadeias produtivas. Os principais impactos estão relacionados à geração de empregos diretos e indiretos, ao aumento da arrecadação de impostos e à dinamização do comércio local.

Seguindo a lógica das implicações pós consolidação do setor industrial em Catalão(GO), registra-se, o que se dá com o fortalecimento do Distrito Mineiro Industrial de Catalão (DIMIC) - por meio da vinda das montadoras de automóveis e máquinas agrícolas – um significativo aumento populacional, saltando de 64.347 habitantes no ano 2000, para 86.647 habitantes no ano de 2010. Esse crescimento demográfico, o que se aplica aos demais ciclos históricos apontados, repercute na contínua expansão da malha urbana da sede do município. Sugere, ainda, uma projeção da realidade de Catalão (GO) em outras municipalidades, estados e regiões do Brasil.

Estes foram os principais fatores que influíram no crescimento demográfico-espacial e, logicamente, econômico de Catalão (GO). Destes fatos impulsionadores outras tantas dinâmicas foram sendo geradas e passaram a imprimir mudanças na construção e apropriação do espaço urbano catalano e, também, a gerar inúmeros problemas decorrentes de um crescimento que era cadenciado, quase que exclusivamente, pela lógica da reprodução do capital.

Do ponto de vista demográfico, considerando a população registrado pelo IBGE, em Catalão (GO), na década de 1970, e a população registrada por estimativa deste mesmo instituto, no ano de 2018, o incremento demográfico foi de 289,9%. Percebe-se que o período de análise aqui considerado parte da década em que se registra o terceiro fator histórico-econômico que influencia a expansão da malha urbana da sede do município. Na tabela 01 comprova-se o extraordinário crescimento demográfico aqui ressaltado.

Tabela 01: Evolução da População Absoluta do Município de Catalão (GO) entre 1970 a 2018.

Ano	População Absoluta	Incremento Demográfico (%)
1970	27.338	
1980	39.172	43,2%
1985	46.143	17,7%
1991	54.525	17,5%
2000	64.347	18%
2003	67.370	4,6%
2010	86.647	28,6%
2018	106.618	23%

Fonte: Fonte: IBGE 1970,1980, 1991, 2000, 2010 e 2018.
Org. VIANA, M.G., 2018.

Analisando a tabela 01 é fácil compreender que o maior incremento demográfico registrado em Catalão (GO) corresponde àquele imediatamente associado à consolidação do Distrito Mínero-Industrial de Catalão (DIMIC), isto é, ao quarto fator histórico-econômico que influencia a expansão da malha urbana de Catalão (GO) e que é resultante da dinâmica de descentralização industrial, que ocorre predominantemente em São Paulo, como já mencionado. De 2003 para 2010 observou-se um incremento de 28,6% e, de 2010 para 2018 o incremento demográfico foi de 23%.

A implantação da Mitsubishi – montadora de veículos – e da John Deere – montadora de colheitadeiras – para Catalão (GO) e, o conjunto de outras empresas satélites a estas duas que atuam como fornecedoras parece explicar este mais recente “boom” demográfico ocorrido nestas primeiras e incompletas décadas do presente século. Mais intenso do que este incremento em discussão só aquele registrado no primeiro período analisado pela tabela 01, que corresponde ao período de referência 1970/1980 em que a população de Catalão (GO) experimentou um incremento de 43,2%.

Este primeiro e significativo período de incremento demográfico está relacionado diretamente às atividades das mineradoras que começam a operar no final da década de 1960 com a Metais de Goiás S.A. (Metago) e consolida-se na década de 1970 com o início das operações da Fosfago S.A. (1972) e Mineração Catalão de Goiás S.A. (1976). Vale lembrar, ainda, que a Unidade Industrial da Goiasfértil inicia suas operações em 1981. A exploração do potencial de produção mineral em Catalão (GO) aqui sinteticamente apontado, explica este primeiro e importante incremento populacional do município.

Lima (2003), relaciona o incremento demográfico com a expansão da malha urbana da sede do município de Catalão (GO). Todo esse crescimento populacional, como resposta direta

de um progresso econômico relacionado aos fatores já outrora apontados provocou um proporcional aumento da extensão territorial urbana que coloca a cidade de Catalão (GO) como cidade de destaque na região Sul goiana. Neste sentido, Lima (2003) esclarece:

Com o aumento populacional, obviamente, aumentou, também, a malha urbana da cidade [...] praticamente dobrou sua extensão territorial em menos de três décadas, o que tornou a cidade uma referência regional. A cidade de Catalão, não apenas cresceu territorialmente ou urbanizou-se, mas aumentou e muito sua população. (Lima, 2003, p. 99).

Ainda sobre a tabela 01 é importante destacar que quando consideramos todo o período analisado, isto é, de 1970 a 2018 Catalão (GO) registrou um surpreendente incremento demográfico de 289,9 %. Isso significa dizer que a população de Catalão (GO), num período de 48 anos, quase quadruplicou. Assim, todo esse incremento populacional, promove, como se considerou, uma robusta dilatação de seu espaço urbano; além disso, não se registra um crescimento demográfico como este em nenhum município da Microrregião de Catalão (GO), como se vê na tabela 02.

Tabela 02: Evolução demográfica dos municípios dos municípios da Microrregião de Catalão

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL						TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL
	1970	1980	1991	2000	2010	2018	
Anhanguera	1.081	732	869	895	1.020	1.137	5,1%
Campo Alegre de Goiás	4.457	4.386	4.536	4.528	6.060	7.437	66,8%
Catalão	27.338	39.172	54.525	64.347	86.647	106.618	289,9%
Corumbaíba	7.488	5.909	5.529	6.655	8.181	9.574	27,8%
Cumari	4.977	3.783	2.883	3.105	2.964	2.871	-42,3%
Davinópolis	3.205	2.450	2.118	2.109	2.056	2.094	-34,6%
GoianDIRA	6.033	5.711	5.368	4.967	5.265	5.574	-7,6%
Ipameri	20.518	20.384	20.794	22.628	24.735	26.792	30,5%
Nova Aurora	2.166	1.940	1.845	1.927	2.062	2.199	1,5%
Ouvidor	3.928	3.443	3.703	4.271	5.467	6.549	66,7%
Três Ranchos	3.248	2.249	2.260	2.831	2.819	2.837	-12,6%

Fonte: IBGE 1970,1980, 1991, 2000, 2010 e 2018.

Org. VIANA, M.G., 2018.

A análise da tabela 02 indica, claramente, que nenhum município da Microrregião de Catalão(GO) registrou um crescimento demográfico tão vultoso e rápido como o registrado em Catalão (GO), no período em consideração. Apenas a análise crítica das informações demográficas proporcionadas pelo quadro em pauta já suscita que influências e acontecimentos

externos participaram e determinaram esta evolução e dinâmica demográficas, o que fora apresentado nestas primeiras páginas.

O município de Ipameri (GO), que tinha, na década de 1970, um peso demográfico muito próximo ao que se observava em Catalão (GO) – 20.518 habitantes e 27.338 habitantes respectivamente – registra, neste intervalo de 48 anos 30,5% de incremento demográfico, contra 289,9% de incremento demográfico registrados em Catalão(GO), neste mesmo intervalo de análise. O concurso dos fatores histórico-econômicos que influenciaram na expansão demográfica e da malha urbana de Catalão (GO), apontados nesta pesquisa, ficam evidentes e confirmados como sendo os fatores que promoveram a diferenciação entre estas duas municipalidades.

Assim, (1º) a implantação da Ferrovia, em 1913; (2º) a construção de Brasília (DF) e a construção/pavimentação da BR-050, na década de 1960; (3º) o início da exploração mineral e o incremento tecnológico e técnico-financeiro na agricultura, na década de 1970 e, (4º) a descentralização econômica e industrial do Sudeste, com a transferência da Mitsubishi – montadora de veículos – e da John Deere – montadora de colheitadeiras – para Catalão(GO), na década de 1990 e 2000, impulsionaram, ao longo do tempo, o desenvolvimento econômico do município.

Nos demais municípios que compõem a 17ª Microrregião de Goiás, denominada simplesmente de Microrregião de Catalão, não se observou – em nenhum deles, e em nenhum momento – a ocorrência de fatores histórico-econômicos que promovesse um processo de atração demográfica como o que se observou em Catalão (GO). Apenas os municípios de Ouvidor e Campo Alegre de Goiás, o primeiro devido à atividade mineradora e, o segundo, devido à agricultura, registraram um incremento demográfico tecnicamente empatado de, arredondados 66%.

A tabela 03 evidencia o crescimento demográfico de Catalão (GO) e sua representatividade proporcional com relação ao universo populacional da Microrregião de Catalão. Na primeira década do recorte histórico estudado, 1970, a população de Catalão (GO) representava 32,37% da população da Microrregião e, em 2018, a população de Catalão (GO) passa a representar 61,38% deste universo demográfico microrregional.

Tabela 03: Comparativo da evolução demográfica da Microrregião de Catalão e da representatividade percentual da população do município de Catalão (GO)

	POPULAÇÃO TOTAL					
	1970	1980	1991	2000	2010	2018
Microrregião de Catalão (GO)	84.439	90.159	104.430	118.263	147.276	173.682
Município de Catalão (GO)	27.338	39.172	54.525	64.347	86.647	106.618
Representatividade percentual (%)	32,37	43,45	52,21	54,41	58,83	61,38

Fonte: IBGE 1970,1980, 1991, 2000, 2010 e 2018.
Org. VIANA, M.G., 2018.

Pode-se perceber, também, pela análise do aumento da representatividade percentual da população de Catalão (GO), com relação à Microrregião de Catalão, a confirmação, conforme apontam os pesquisadores Deus (2002), Silva (2002), Matos (2005) e Melo (2008) da atuação desta municipalidade como polo regional. O acentuado e singular incremento demográfico registrado por Catalão (GO), ao longo da série histórica apresentada pelo quadro 03, encontra amparo na pujança e diversidade econômica deste mesmo município.

Ainda considerando a análise demográfica do município de Catalão (GO) no período considerado por esta pesquisa, percebe-se, conforme mostra a tabela 04 que os fatores histórico-econômicos ocorridos nas décadas de 1960 e 1970 já foram suficientemente importantes para promoverem a mudança no padrão de residência domiciliar. O censo de 1970 ainda revela uma população predominantemente rural, mesmo considerando um número diferente com relação à população absoluta catalana para o ano de 1970, que segundo Ribeiro (2011) era de 27.617 – uma diferença que não compromete os cálculos – a taxa de urbanização desta primeira década de análise era de 49,36%.

Tabela 04: População residente por situação de domicílio em Catalão (GO) conforme os últimos cinco censos oficiais

População residente por situação de domicílio em Catalão (GO)					
Censo considerado	1970	1980	1991	2000	2010
População geral	27.617	39.172	54.525	64.347	86.647
População urbana	13.634	30.685	47.152	57.606	81.064
População rural	13.983	8.487	7.373	6.741	5.583
Taxa de Urbanização	49,36%	78,33%	86,47%	89,52%	93,55%

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), 2017.
Org. VIANA, M.G., 2018.

Mesmo admitindo essa divergência nos números demográficos concernentes à população absoluta de Catalão (GO) para a década de 1970 que, ao somar os números apontados para a população rural e para a população urbana resulta-se em 279 habitantes a mais do que o total oficial estabelecido pelo Censo IBGE/1970, a divergência, que está na casa de 1,02%, permite afirmar que só o Censo IBGE/1980 aponta, claramente, o município de Catalão (GO) figurando no rol de municípios urbanizados.

Assim, os impactos somados e decorrentes da implantação da ferrovia (1913); da construção de Brasília (DF), inaugurada, estando ainda incompleta, aos 21 de abril de 1960; a construção/pavimentação da BR-050, em novembro de 1960; o início da exploração da mineração e a modernização da agricultura, ambos na década de 1970, foram impulsionadores do rápido processo de urbanização experimentado por esta municipalidade.

O município já salta de 49,36% de concentração demográfica no seu espaço urbano – uma clara situação demográfica rural, em 1970 –, para um índice de 78,33% de urbanização já na década seguinte, em 1980. Na década de 2010, o índice de urbanização já corresponde a 93,55%, com uma população urbana de 81.064 habitantes e uma população rural de apenas 5.583 habitantes. A robustez e rapidez do processo de urbanização experimentado no município de Catalão (GO), conforme dados dos últimos cinco censos oficiais comprova a vocação econômica urbana do município e, o papel da indústria nessa conformação demográfica.

Comprovando a análise realizada, com o intuito de compreender fatores que participaram, positivamente, da definição deste rápido processo de urbanização do município de Catalão (GO), Ribeiro (2011), assevera que o processo de urbanização de Catalão (GO) apresenta duas causas principais, quais sejam,

A primeira é a “modernização conservadora” do campo (expulsão de força de trabalho excedente) e o conseqüente desenvolvimento de atividades urbanas verificadas, a partir do início da década de 1970, que contribuíram para que os centros de atividades urbanos passassem a abrigar uma parcela crescente da população residente em Goiás. (RIBEIRO, 2011, P. 108)

Em Catalão (GO) os processos que atuaram no fortalecimento da urbanização e, concomitantemente, no processo de atração demográfica – transformando o município em um polo de atração migratória – já foram bem elucidados e, colocam o citado município em uma posição de destaque neste cenário tendo em vista que são processos peculiares que se somam à “modernização conservadora” conforme lembra Ribeiro (2011).

A modernização conservadora da agricultura, associada ao primeiro processo de industrialização que atua no município na década de 1970, com o início da operação de algumas mineradores de capital privado, após pesquisas de comprovação de viabilidade econômica desta atividade – realizadas por órgãos estatais, tais como a estatal METAGO – respondem pelo primeiro impacto de alteração do perfil de residência demográfica de Catalão (GO).

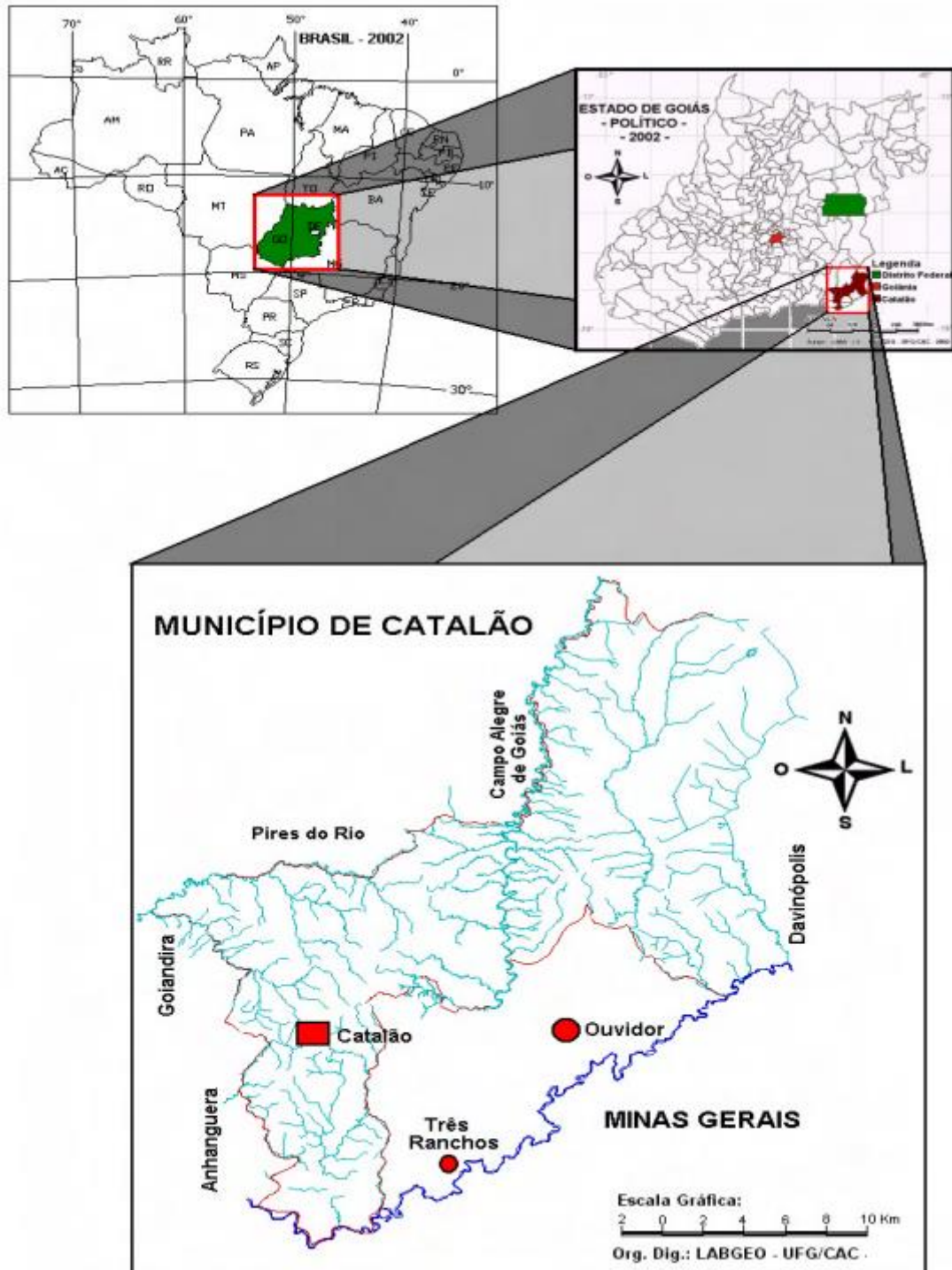
Os demais processos que representaram contribuições ou facilitações ao desenvolvimento econômico de Catalão (GO), já bem pontuados, intensificam ainda mais o perfil urbano do município, produzindo taxas de urbanização bastante elevadas, como destaque a do último censo oficial, o Censo IBGE 2010, que registra uma urbanização de 93,55%. Tal taxa de urbanização reflete, não apenas o mecanismo clássico da urbanização, determinado pelo êxodo rural, como, também, a contribuição de conexões migratórias inter-regionais.

É notório, portanto, que todo esse incremento demográfico e essa consequente alteração do perfil de residência demográfica ocorrido, de forma rápida nos últimos 48 anos, em Catalão (GO), modificou, conforma aponta Pedrosa (2001), as funções e feições da cidade. Para além de tais modificações, diversos conflitos e problemas de ordem ambiental e social foram sendo gerados no espaço urbano da sede do município e, passaram a compor a paisagem e dinâmica urbana.

Esta próxima seção ainda será dedicada à caracterização do município de Catalão (GO), com vistas à compreensão de algumas particularidades atuais. Contudo, após esta rápida caracterização e, após a análise de como será o procedimento metodológico da pesquisa, far-se-á uma discussão sobre como a população percebe e avalia a qualidade do morar em Catalão (GO), numa cidade que experimentou um tão rápido câmbio em seu perfil sociodemográfico e econômico.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO)

Mapa 01: Localização do município de Catalão e seus municípios fronteiriços



Fonte: Retirado da Dissertação Memória e Cidade: Experiência e lembranças de viveres urbanos (Catalão 1970 – 1980) de Adriana José Ciríaco

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a ocupação urbana da sede do município de Catalão (GO) perfaz uma área de aproximadamente 3.821,463 Km². A localização cartográfica de Catalão (GO) está entre os meridianos 47°17' e 48°12' de longitude W (oeste) e os paralelos 17°28' e 18°30' de latitude S (sul).

Considerando o traçado regional de Goiás, o município de Catalão (GO), está localizado na Região Sudeste Goiano, a Região da Estrada de Ferro. A referida região goiana conta com 22 municípios, sendo eles: Ananguera, Nova Aurora, Campo Alegre de Goiás, Orizona, Ouvidor, Corumbaba, Palmelo, Cristianópolis, Pires do Rios, Cumari, Santa Cruz de Goiás, Davinópolis, São Miguel do Passa Quatro, Gameleira de Goiás, Silvânia, Goiandira, Três Ranchos, Ipameri, Urutaí, Leopoldo de Bulhões e Vianópolis.

A localização de Catalão (GO), como já se apontou é benéfica ao seu desenvolvimento. Implantado no Sudeste Goiano e interligado ao restante do Estado pela GO-330, que liga Catalão (GO) à capital, Goiânia-GO em sua extensão ao norte, e conecta Catalão (GO) aos municípios de Ouvidor (GO) e Três Ranchos (GO), em sua extensão ao sul, essa rodovia estadual desempenha papel importante. Ainda neste sentido, mas interligando Catalão (GO) à capital federal, Brasília (DF) e a importantes centros urbanos, como São Paulo (SP), Uberlândia (MG), Belo Horizonte (MG) e outros, a rodovia federal BR-050 também reforça a localização estratégica deste município.

A figura cartográfica 01 abaixo evidencia as principais vias de acesso ao município de Catalão (GO) acima destacadas, além de apresentar o traçado de outras vias, também, importantes. O traçado dos principais cursos hídricos, a ferrovia e a implantação da mancha urbana constituem outras informações importantes apresentadas na figura cartográfica apresentada.

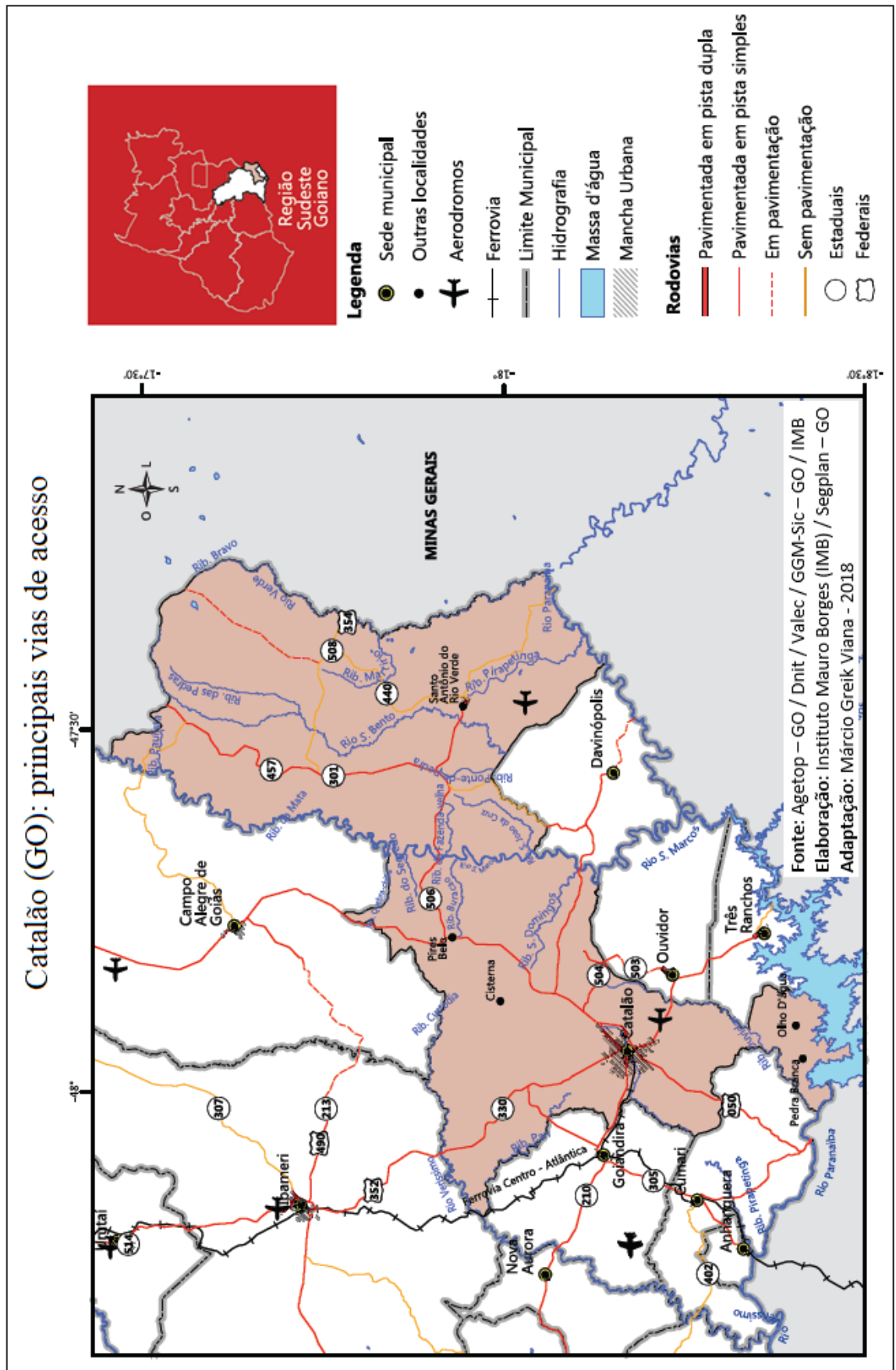


Figura 1 – Catalão(GO): Principais vias de acesso.

1.2.1 CATALÃO(GO): ECONOMIA E INFRAESTRUTURA

Segundo informações do IBGE (2018), apenas 53,1% dos domicílios em Catalão (GO) apresentam esgotamento sanitário adequado, 78,7% destes domicílios urbanos em vias públicas contam com arborização e outros 24% figuram com urbanização adequada, isto é, presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Trata-se de uma realidade que não corresponde ao volume de riqueza em circulação no município.

Nesta seção abordar-se-á um pouco sobre os dados econômicos de Catalão (GO) para servir-nos de subsídio à avaliação concernente à equidistância e coerência entre desenvolvimento econômico e aplicação de recursos – sejam públicos ou da iniciativa privada – na construção de um espaço urbano mais socialmente funcional. A rápida exposição a que se pretende nesta etapa da pesquisa objetiva diagnosticarmos as discrepâncias entre investimentos econômicos/estruturais e investimentos sociais/urbanos.

1.2.1.1 A ECONOMIA CATALANA

O Sudeste Goiano ocupa 25.186,238 Km² e ocupa 7,41% do território de Goiás. A cidade de Catalão (GO) destaca-se como principal polo desta região e, sua pujança econômica se notabiliza, podendo ser facilmente constatada na observação da tabela 05 que apresenta o tamanho do PIB de Catalão (GO) e do Sudeste Goiano, conforme divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), em 2017.

Tal volume de riqueza em circulação no município de Catalão (GO) notabiliza o município e alça a microrregião de Catalão (GO) e a Região Sudeste Goiano numa posição de destaque e, isso, em função, principalmente, do setor industrial em franco processo de expansão.

Tabela 05: PIB - Produto Interno Bruto da Região Sudeste Goiano e comparação absoluta e percentual com o PIB de Catalão (GO)

PIB - Produto Interno Bruto - a Preços Correntes (RS MIL)			
Localização	2002	2010	2014
Sudeste Goiano	2.805.124	8.205.380	10.906.937
Catalão	1.450.836	5.018.785	5.714.646
Percentual de Catalão (GO)	51,72	61,16	52,39

Fonte: Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), 2017.
Org. VIANA, M.G., 2018.

A tabela 05 que apresenta o Produto Interno Bruto da Região Sudeste Goiano e estabelece uma comparação absoluta e percentual com o PIB de Catalão (GO), realça que desde o início deste século (século XI), a participação de Catalão (GO), na produção de riquezas no Sudeste Goiano, nunca foi inferior a 51%. Trata-se de mais uma informação que comprova a influência de Catalão (GO), como uma cidade polo desta região goiana.

É preciso lembrar, também, que a influência do município de Catalão (GO), especialmente após a descentralização econômica do Sudeste, fato que culmina com a transferência de duas importantes transnacionais para o DIMIC, as relações econômicas do município extrapolam, não apenas as fronteiras regionais brasileiras, mas as fronteiras nacionais e os traçados continentais. A economia do município passa a sofrer as vicissitudes observadas nas principais bolsas de valores do mundo, de forma cada vez mais direta e automática.

O Distrito Mínero-industrial (DIMIC), administrado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO), está localizado às margens da BR-050, na porção oeste da mancha urbana de Catalão(GO), conta 44 empresas instaladas conforme mostra o quadro 01. O DIMIC deixa claro a vocação industrial do município e, representa, o fortalecimento da economia local. As empresas variam de transnacionais do setor automobilístico, fábricas de fertilizantes, transportadoras e do setor têxtil, para citar apenas algumas.

Quadro 01 - EMPRESAS INSTALADAS NO DISTRITO MÍNERO-INDUSTRIAL DE CATALÃO(GO) (DIMIC)

NÚMERO DE ORDEM	EMPRESAS INSTALADAS NO DISTRITO MÍNERO-INDUSTRIAL DE CATALÃO(GO) (DIMIC)
1	ADN 22 Indústria de Couro Ltda. - Zibbus
2	ATAPLAST Indústria de Reciclagem Ltda. - Ataplast Reciclagem
3	ATRHOL - AGÊNCIA E TRANSPORTES HORIZONTAL LTDA - ATRHOL - AGÊNCIA E TRANSPORTES HORIZONTAL LTDA
4	Bras Antonio Felix - Tecno Solda
5	BRASMIX ENGENHARIA DE CONCRETO S/A -
6	BW&P SISTEMAS DE SOLDA E PINTURA LTDA - BW&P SISTEMAS DE SOLDA E PINTURA LTDA
7	CARAMURU ALIMENTOS S/A.
8	Cerâmica Catalão - Cerâmica Catalão Ltda.
9	CLAUDINEY DE SOUZA PERES - ME - TINTAS AQUARELA
10	Concrecat Premoldados de Concretos Ltda - ME - Concrecat
11	Dicebel Beneficiamento de Cereais e Comércio Atacadista de Bebidas em Geral Ltda. - Dicebel
12	DMR - Industria Comércio e Serviços Ltda - ME - DMR - Estrutural

13	Embrasatec Indústria e Comércio Têxtil Ltda. - Embrasatec Indústria e Comércio Têxtil Ltda.
14	ENEL DISTRIBUIÇÃO GOIÁS - ENEL DISTRIBUIÇÃO GOIÁS
15	Engelektro Eletrica Ltda - ME - Engelektro Eletrica Industrial
16	Fertilizantes Fertivel Ltda - EPP - Fertilizantes Fertivel Ltda - EPP
17	Fórmula R Indústria e Comércio de Peças para Automotores Ltda. - Formular R Peças e Acessórios
18	Fundação Espirita Nova Vida - Fenoma Unidade II Marcenaria Nova Vida
19	HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA. - HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA.
20	IC TRANSPORTES LTDA. - IC TRANSPORTES LTDA.
21	INOVECAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - INOVECAR
22	Iron Mariano da Silva. - Corte e Dobra Nossa Senhora do Rosário
23	John Deere Brasil Ltda. - John Deere Brasil Ltda.
24	LAJES OLIVEIRA LTDA - ME - Lajes Oliveira
25	LC BUFFET E ORNAMENTAÇÕES LTDA - LC BUFFET
26	MAFRA IMP.IND. E COM. DE PROD. HIGIÊNICOS - LTDA - MAFRA IMPORTACAO, INDUSTRIA E COMERCIO
27	Metalúrgica Concept Ltda. - Metalúrgica Concept
28	MMC Automotores do Brasil S.A. -
29	MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA
30	Mult Pedras D & D Ltda. - Mult Pedras
31	Oliveira e Magalhães Materiais para Construção Ltda. - Casa dos Vidros e Pisos
32	PSE Equipamentos Rodoviarios Ltda - PSE Equipamentos Rodoviarios
33	Quality Indústria e Comércio de Revestimento Automotivo Ltda - ME - Quality Revestimentos Automotivo
34	RCM - Engineering & Industrial Solutions Indústria e Comércio Ltda. - RCM
35	Resiplastic Indústria e Comércio Ltda. - Resiplastic Indústria e Comércio Ltda.
36	Romano Flavio de Filippis - PRECISAO SERVICOS LTDA - ME
37	Têxtil Catalana Ltda. - Têxtil Catalana Ltda.
38	TRANSKOMPA LTDA -
39	Transporte & Comércio Quinta do Vale Ltda - ME - Quinta do Vale
40	Vasconcelos Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda - Arroz Vasconcelos
41	Vilage Premium Indústria e Comércio Ltda. - Café Catalão
42	VILMA DE FÁTIMA NETO SILVA - ME - GW MARCENARIA
43	Walter Vieira Rezende Goiasflora Empreendimentos Florestais. - Goiasflora Empreendimentos Florestais
44	Zanotti Mecânica Industrial Ltda. - Zamec

Fonte: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO) - 2018

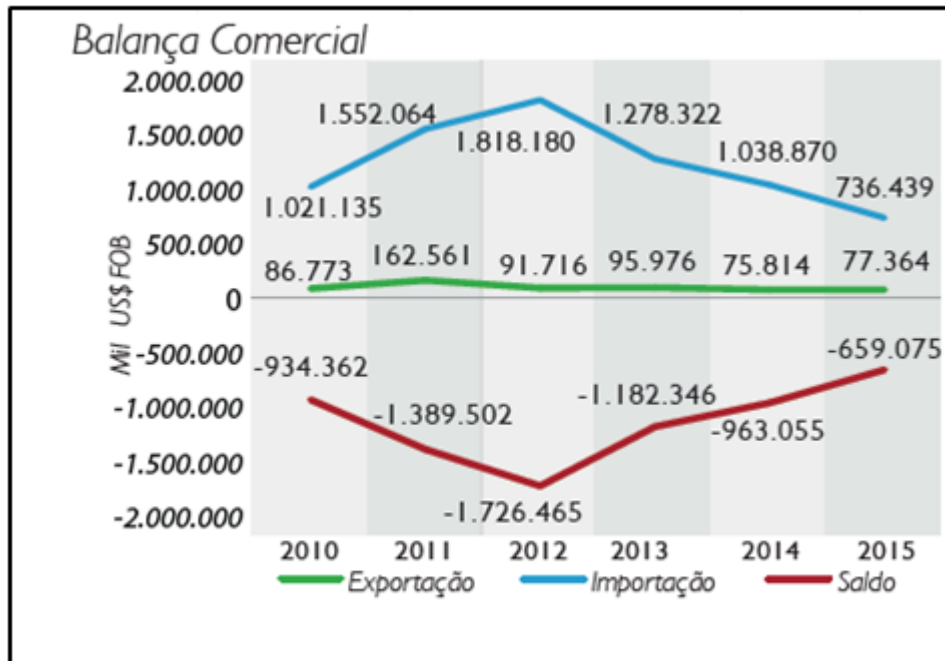
A variedade de empresas instaladas no DIMIC, salvo algumas exceções, apresenta uma atuação produtiva diretamente relacionada à principal vocação deste distrito, qual seja, o seguimento mineiro-metal-mecânico. Parte das empresas classificadas dentro deste seguimento atuam em cooperação produtiva com a MMC Automotores do Brasil S.A. e a John Deere Brasil

Ltda. Contudo, como se verifica na tabela em pauta, a composição do rol de empresas instaladas no distrito abrange outros arranjos produtivos importantes.

Outro setor que se apresenta pujante na economia local e, também notabiliza a cidade de Catalão (GO) é o da indústria do vestuário. A cidade é sede do Arranjo Produtivo Local de Confecções da região que, segundo o IMB (2016) conta com mais de 150 micro e pequenas indústrias formais e informais. Este setor contribui com o abastecimento das demandas de mercado internas e, também, externas.

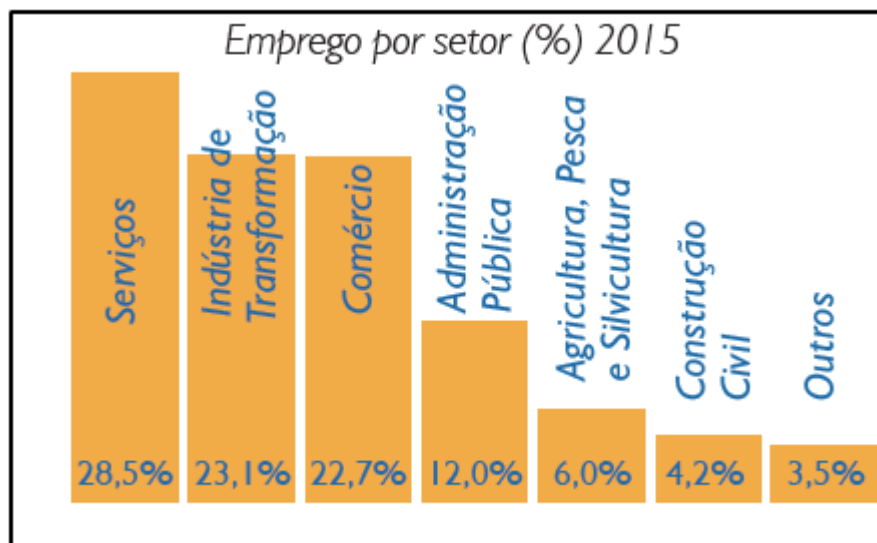
Vale destacar, ainda, que o município participa do fluxo de comércio exterior, com destaque para as importações. Segundo informações do IMB (2016), as importações direcionadas ao município de Catalão (GO) correspondem a 22% do volume das importações destinadas ao Estado de Goiás e, o setor responsável por esta cifra é aquele abrigado no polo automobilístico que importa, por exemplo, motores, acessórios, parte de automóveis, etc.

Já no que se refere às exportações, o município de Catalão (GO) participa com 1,32% do montante goiano. Os principais produtos da pauta de exportação são: soja, produtos automotivos, aparelhos mecânicos e milho; informações fornecidas, de igual modo, pelo IMB (2016). O gráfico a seguir apresenta a oscilação da balança comercial de Catalão (GO), do período compreendido pelos anos 2010 a 2015, nesta imagem é possível perceber a estabilidade das exportações neste período e, um ápice das importações no ano de 2012 com um contínuo decréscimo que, por estar relacionado à questões de ordem macroeconômica não podem atribuir, diretamente, problemas de ordem econômica no quadro de desempenho da economia local.

Gráfico 1 – Balança Comercial de Catalão (GO)

Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB) – 2016.

Outro dado importante, para compreendermos o impacto dos diversos setores econômicos na economia da Catalão(GO) consiste na visualização dos percentuais de ocupação formal no município, conforme dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), via Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os dados apresentados no gráfico 02 também foram formatados pelo IMB (2016).

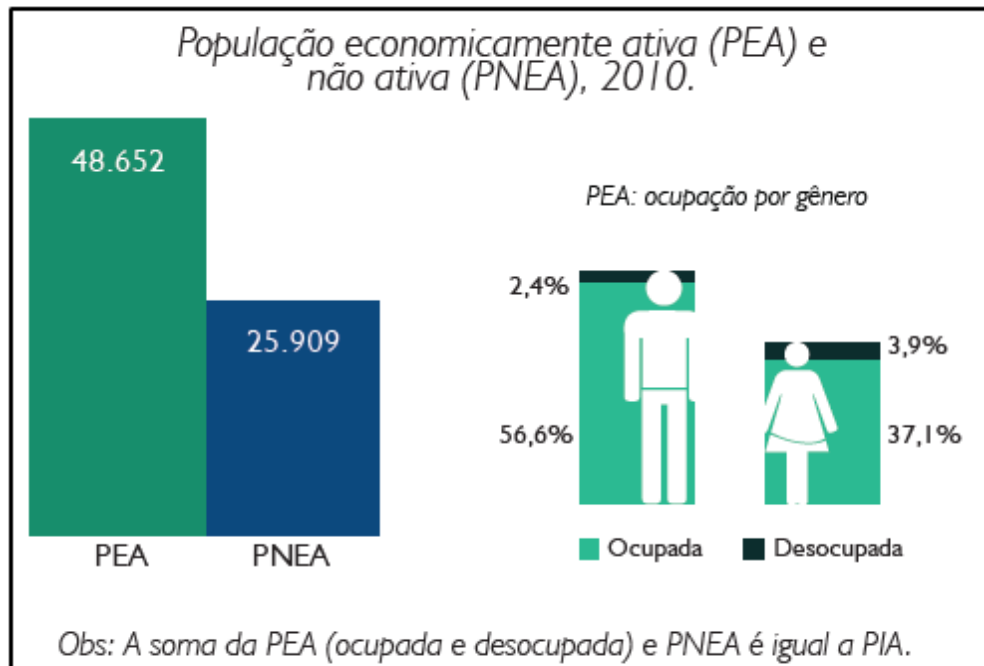
Gráfico 02: Empregos por setor econômico em Catalão (GO) - 2015

Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB) – 2016.

O gráfico 02 que retrata os empregos reais e formais por setor em Catalão (GO), no ano de 2016 deixa claro a importância dos setores de serviços, indústria e transformação e comércio que juntos concentram 74,3% do total de empregos formais registrados no ano de referência. O setor de serviços aparece na frente, empregando 28,5% e, em seguida, o setor de indústria de transformação aparece, correspondendo com 23,1% dos empregos registrados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

No ano censitário de 2010 a população economicamente ativa (PEA) de Catalão (GO) era de 48.652 pessoas e a população não economicamente ativa era de 25.909 pessoas. Outro dado importante, claramente demonstrado no gráfico 03 à população desocupada naquele ano censitário. A análise do gráfico apresentado pela figura 4 revela que 3,9% das mulheres estavam em situação de desocupação e 2,4% dos homens encontravam-se nesta mesma situação. A relação de gênero na proporcionalidade de desocupação revela que 61,9% da PEA em Catalão (GO), no ano de 2010 correspondia ao grupo feminino.

Gráfico 03: PEA e PNEA em Catalão(GO) - 2010



Fonte: Instituto Mauro Borges (IMB) – 2016.

A construção de um cenário que revele o tamanho da PEA e da PNEA em Catalão (GO) serve para que se conheça o tamanho do desafio socioeconômico do município, bem como o desafio de manter a economia local em marcha. Numa tentativa de corresponder a este desafio cada vez mais crescente, o Governo Estadual mantém unidades de ensino técnico e

profissionalizante, como, por exemplo, a Rede Itego (Instituto Tecnológico do Estado de Goiás). Só em Catalão (GO) são três unidades da Rede Itego, a saber, o Itego Agnaldo de Campos Netto, localizado no DIMIC, o Itego Labibe Faiad e o Itego Professor Antônio Salles. Na sequência apresentada os institutos são direcionados aos seguimentos administrativo e logístico, administrativo e artístico e, confecções.

A expectativa é que os institutos acima descritos implantados em Catalão (GO) para beneficiar toda a microrregião de Catalão e o Sudeste Goiano atuem na formação de mão de obra especializada e impacte positivamente a PEA convertendo o percentual desocupado em ocupado, em especial a população feminina - considerando também uma estabilidade econômica ou, na melhor das hipóteses, uma melhora no desempenho econômico do município. Para este propósito também, considerando apenas o setor público, temos a atuação da Universidade Federal de Catalão (UFCAT)

1.2.1.2 ANÁLISE DO DESEMPENHO DA ECONOMIA DE CATALÃO (GO)

Para a análise da economia de Catalão (GO) considera-se nesta seção o último Índice de Desempenho dos Municípios Goianos - IDM (2016), publicado pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). Publicado em novembro de 2016 o IDM é uma medida criada para avaliar o desempenho socioeconômico dos municípios de Goiás e apresenta-se como uma alternativa ao Índice de Desenvolvimento humano (IDH), nos anos intercensitários.

Do ponto de vista metodológico o IDM utiliza 37 variáveis de diversas fontes de informações abrangendo as dimensões: economia, trabalho, educação, segurança, infraestrutura e saúde. Com relação à leitura e interpretação dos resultados o procedimento é idêntico aos outros índices de mensuração de outros aspectos. Assim, a medida do IDM assume valores entre 0 e 10, quanto mais próximo de 10, melhor é o desempenho do referido município.

O valor atribuído a qualquer uma das realidades mensuradas pelo IDM posiciona o município em estudo com relação aos 246 municípios considerados pelo IBM, isto é, permite a avaliação da situação do município com relação a todos os demais municípios do Estado de Goiás. Quando se analisa o IDM observando as grandes dimensões tem-se, ainda, o ranqueamento do município no contexto goiano.

Para efeito da pesquisa considerar-se-á o município de Catalão (GO) a partir da dimensão economia e, mesmo obtendo o ranqueamento estadual a tabela 06 apresentará – para

compreendermos a microrregião de Catalão – os demais municípios diretamente polarizados por Catalão (GO) serão apresentados na citada tabela. A análise da tabela permite a compreensão do desempenho econômico dos municípios elencados considerando as variáveis PIB per capita, serviços, agropecuária, indústria, recursos próprios, evolução do PIB, a relação entre receita, despesa e, a relação entre receita e despesa.

Tabela 06: Comparativo pelo IDM - ECONOMIA (Variáveis e Escores)

Municípios da Microrregião de Catalão (GO): um comparativo pelo IDM - ECONOMIA (Variáveis e Escores)									
Ranking	Município	PIB/hab	Serviço	Agropecuária	Indústria	Recursos Próprios	Evolução PIB	Receita/Despesa	IDM
196	Ananguera	0,6	0	0,02	0,0003	2,06	3,65	3,35	1,38
16	Campo Alegre de Goiás	4,26	0,03	2,08	0,0401	4,558	5,27	3,29	2,79
6	Catalão	5,44	0,74	2,83	2,9891	4,301	3,37	3,95	3,38
30	Corumbaíba	3,97	0,06	0,66	0,2086	1,758	6,22	4,14	2,43
97	Cumari	1,42	0	0,33	0,0051	2,276	4,79	3,95	1,82
244	Davinópolis	2,59	0	0,14	0,049	0,695	0	3,69	1,03
26	Goianira	0,72	0,01	0,022	0,0097	2,322	4,13	10	2,49
27	Ipameri	2,26	0,1	2,88	0,2224	3,666	4,43	3,69	2,46
213	Nova Aurora	0,79	0	0,11	0,0015	0,349	3,92	4,1	1,32
38	Ouvidor	4,73	0,03	0,17	0,2749	5,789	1,99	3,5	2,35
153	Três Ranchos	0,66	0,01	0,07	0,0033	1,465	4,23	4,39	1,55

Fonte: Índice de Desempenho dos Municípios Goianos (IDM-2016) – Instituto Mauro Borges de Estudos Socioeconômicos - IMB

Como se observa na tabela 06 o IDM(2016) do município de Catalão (GO), no ranqueamento entre os 246 municípios do Estado de Goiás, aponta que o município ocupa a sexta posição. E, considerando a dimensão economia é possível concluir que o sexto melhor índice de desenvolvimento municipal – em Goiás – deve-se ao fantástico desenvolvimento do município na indústria.

A mesma dimensão apresentada na tabela 07, com variáveis originais e valores absolutos revela, como mais proximidade intelectual, o vultoso volume da produção industrial de Catalão (GO) no ano referência de 2015, que fez um total de R\$ 2.165.244.000. Já o PIB per capita foi de R\$65.235,86 – considerando as contribuições dos outros setores da economia e a relação com o número de habitantes – nos permitirá análise futuras.

Tabela 07: Comparativo pelo IDM - ECONOMIA (Variáveis originais)

Municípios da Microrregião de Catalão (GO): um comparativo pelo IDM - ECONOMIA (Variáveis originais)									
Município	PIB/hab	Serviço	Agropecuária	Indústria	Recursos Próprios	Receita	Despesa	Evolução do PIB	
Anhanguera	13.067,90	10.310	2.271	1.136	969.834	8.290.181	9.063.385	8,80%	
Campo Alegre de Goiás	52.520,33	85.548	220.229	29.922	6.263.056	25.997.088	28.629.887	21,70%	
Catalão	65.235,86	2.075.198	300.579	2.165.244	68.804.220	301.558.490	306.848.667	6,60%	
Corumbaba	49.425,05	163.463	70.172	151.944	3.195.835	31.318.393	31.217.508	29,20%	
Cumari	21.882,41	23.292	35.452	4.542	1.427.196	11.173.220	11.369.917	17,80%	
Davinópolis	34.558,51	18.881	15.995	36.383	793.364	16.097.965	16.880.457	-20,20%	
Goandira	14.354,43	44.339	23.599	7.937	3.197.308	24.593.383	14.798.027	12,60%	
Ipameri	30.965,09	287.103	305.204	161.893	13.032.687	66.256.108	69.533.720	15,00%	
Nova Aurora	15.069,41	17.359	11.843	1.941	317.670	9.882.596	9.889.257	10,90%	
Ouvidor	57.621,58	93.331	18.317	199.948	11.239.434	37.214.606	39.934.182	-4,40%	
Três Ranchos	13.731,48	26.468	8.550	3.252	1.277.602	14.603.347	14.153.822	13,40%	

Fonte: Índice de Desempenho dos Municípios Goianos (IDM-2016) – Instituto Mauro Borges de Estudos Socioeconômicos - IMB

No cômputo do IDM(2016) Catalão (GO) obteve um índice geral de 4.79 ficando na posição de número 117 do ranking. Embora na análise dos dados por dimensão o IDM/2016 de Catalão (GO), referente à economia, coloca o município na sexta posição, as dimensões educação, segurança e saúde pressionam para baixo o IDM municipal. Todas as três dimensões apontadas aqui foram avaliadas foram consideradas como sendo de primeiro nível.

Para a análise das grandes dimensões avaliadas pelo último relatório do Índice de Desempenho dos Municípios, o IDM(2016), cada realidade é avaliada considerando cinco níveis de desempenhos formados a partir do ordenamento ascendente do indicador. Assim, o primeiro nível representa o nível dos piores resultados e o quinto nível representa aquele que corresponde aos melhores resultados.

Das seis realidades mensuradas Catalão (GO) apresenta três no nível positivo extremo e outros três no exato oposto, no nível negativo extremo. Os três melhores resultados dimensionais específicos são economia (6° do ranking), trabalho (15° do ranking) e infraestrutura (43° do ranking), todos classificados como pertencentes ao quinto nível. Já os três piores resultados dimensionais específicos são saúde (213° do ranking), segurança (224° do ranking) e educação (235° do ranking).

A ponderação sobre o ranqueamento de Catalão (GO) nas dimensões avaliadas pelo IDM(2016) reflete uma realidade destoante entre os aspectos econômicos e sociais. Os três indicadores de natureza econômica estão no quinto quintil, melhor nível de desempenho que se possa atingir. E, os três indicadores de natureza social encontram-se no primeiro quintil, o pior nível de desempenho na apresentação dos resultados do IDM(2016).

Os dados apresentados até aqui permitem considerar que a dissintonia entre os aspectos econômicos e sociais expostos são indicativos – que precisam ser confirmados empiricamente – de que o considerável desenvolvimento econômico registrado ao longo das últimas décadas em Catalão (GO) e, claramente demonstrados no IDM(2016) parece não provocar uma proporcional e positiva correspondência no que tange ao desenvolvimento social e qualidade de vida justa, na abrangência de toda a sua malha urbana.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E SUA LÓGICA

Uma forma cômoda de travar conhecimento com uma cidade é procurar saber como se trabalha, como se ama e como se morre. (...) Dir-se-á sem dúvida que nada disso é peculiar à nossa cidade e que, em suma, todos os nossos contemporâneos são assim. Sem dúvida, nada há de mais natural, hoje em dia, do que ver as pessoas trabalharem da manhã à noite e optarem, em seguida, por perder nas cartas, no café e em tagarelices o tempo que lhes resta para viverem. Mas há cidades e países em que as pessoas, de vez em quando, suspeitam que exista mais alguma coisa. Isso, em geral, não lhes modifica a vida. Simplesmente houve a suspeita, o que já significa algo. (CAMUS, 2017, P.8)

2.1 A lógica da (re)produção do espaço urbano

O espaço, tal como compreendido pelas ciências humanas, é visto como o resultado de múltiplos fatores e encontros. E para a análise que se espera desenvolver neste capítulo, os fatores e encontros considerados são aqueles imbuídos dos expedientes humanos historicamente determinados pelo paradigma econômico de cada época.

Desta forma, o plano é dissertar sobre a produção do espaço urbano e sua lógica, considerando, portanto, as influências e determinações do paradigma econômico vigente, isto é, as ingerências do capitalismo sobre o modo de organizar e de dinamizar social e espacial das cidades. Neste sentido, a exposição dos elementos lógicos incidentes sobre a produção do espaço será mais incisiva do que sua evolução histórica, propriamente dita.

O espaço urbano, que desde o último censo (Censo de 2010) - conforme afirma o Governo Federal em página oficial¹ - apresenta-se como locus de mobilidade para 80% da população brasileira, firma-se como um dos mais recorrentes temas de investigação científica, não apenas da Geografia, mas, também, de outras ciências humanas e das engenharias. A razão, além de ser óbvia, dada a relação populacional circunscrita no conceito e realidade brasileira da urbanização é socialmente demandada por ser, utilitária, pragmática e sócio-política.

Pesa nesta análise, também, o fato explícito de que compreender os mecanismos de produção deste espaço é a chave para a construção de propostas voltadas para a sua readequação humana. Sendo, ainda, que a análise da reprodução do espaço urbana mostra, em sua tessitura,

¹ Informação constante no site <http://www.brasil.gov.br/governo/2010/12/ibge-pais-migrou-para-o-interior-e-urbanizacao-ja-atinge-80-da-populacao>

a lógica da alocação dos recursos de natureza público-estatal e privado – a dinâmica da economia – e, também, sua evolução social-demográfica, fatores que permitem uma compreensão do aspecto humano da expansão sentida no espaço urbano.

É fundamental não perder de vista – em um estudo de natureza geográfica – que o fator humano surge, não como um elemento a mais, mas como o principal elemento de observação. Com tal ressalva, verifica-se que o espaço urbano se apresenta como um palco, cada vez mais complexo, das somas das relações, ideações, enfrentamentos e resistências; uma imbricada junção de partes conflitantes que dão forma e densidade aos fenômenos do espaço urbano.

Este espaço, cada vez mais complexo e demograficamente adensado é o resultado, ao longo do desenvolvimento histórico, da ação humana. Constituído de reminiscências históricas de diversas gerações que nele imprimiram sua atuação, o espaço é palco da atuação contemporânea dos interesses mais diversos, dos atuais que marcam seu compasso de (re)produção e daqueles remanescentes. O espaço urbano, portanto, é produto das relações sociais que se dão sob contextos históricos, políticos, econômicos e ideológicos específicos, mas contíguos.

Pode se observar que não existem grandes rupturas na lógica da produção social do espaço; este processo é marcado por aquilo que, na análise marxista, é denominado de luta de classes. Neste processo de contínua (re)produção do espaço, os interesses da classe dominante – em cada escala que se observa – são especializados, são inscritos no espaço e, conseqüentemente, respondem pela forma como se dão os fluxos, as vivências e convivências e as violências e conflitos que passam a caracterizar esse espaço social.

Assim, a abordagem que se faz neste capítulo compreende um esforço que considera mais os problemas urbanos do que o processo produtivo do espaço urbano. Contudo é pacífico que é preciso identificar, em linhas gerais, quais são os principais elementos e processos que atuam na contínua (re)construção e re(adequação) do espaço urbano para, daí, compreendermos seus desdobramentos. Para tal abordagem, a análise da sociologia urbana elaborada por Castells (1977), citado por Gottdiener (1993) coloca a questão de como o espaço é produzido como pano de fundo e dá realce maior aos problemas urbanos.

Para Gottdiener (1993, p.123), os problemas urbanos estão associados ao consumo coletivo. Assim, a forma como se materializa e se organiza determinada sociedade urbana interfere diretamente na vida dos grupos sociais que disputam o espaço urbano e, influencia

como se processo o consumo coletivo destes no que se refere à habitação, educação, saúde, cultura, comércio, transporte, para citar alguns. A organização espacial, que historicamente obedece aos grupos dominantes cria, para os grupos dominados, uma série de entraves ao consumo coletivo acima elucidado.

A partir dessa ótica, considerando, também, que o espaço urbano se estabelece como o maior evento da modernidade (GOMES, 2003, p. 62 a 65); sendo a cidade, para Max Weber, o maior fenômeno das civilização ocidental(GOMES, 2002, p. 15), a compreensão dos seus processos e dos seus problemas traz à luz considerações e debates fundamentais – por conta do impacto humano – à análise e busca de soluções ou novos encaminhamentos no que tange à busca da qualidade de vida vista como um direito de todos.

Para Castells (1977), portanto, o papel do Estado fica evidente, já que boa parte da organização dos meios de consumo coletivo fica sob sua alçada. Neste sentido, o ente público aparece como elemento organizador e gestor de destaque, fato sobre o qual versa uma vasta biografia científica e normativa legal. Mesmo assim, as extravagâncias observadas no atual designe do espaço urbano e, seus conflitos derivados mostram o abandono político do Estado no que respeita às suas funções institucionais/sociais no contexto do espaço social urbano.

Com a ausência propositada do Estado na busca por soluções planejadas, para os problemas típicos das cidades, tais espaços se tornam condensadores das injustiças sociais, uma vez que as forças produtivas capitalistas assumem o vácuo deixado. Com isso, no processo de (re)produção contínua do espaço urbano, o tolhimento das intervenções estatais esperadas, seja pelos ritos legais constituídos – mas desrespeitados – seja pela expectativa da população – não canalizada por falta de representação política e ideológica forte – acaba por constituírem cidades profundamente marcadas pela desigualdade. Neste sentido, Gottdiener (1997, p.29), escreve que a cidade é

[...] uma aglomeração que salienta a produção de riqueza espacialmente através da concentração de força de trabalho e capital. As mudanças socioespaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual de injustiças sociais que são distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente. (GOTTDIENER, 1997, P.29)

Este espaço urbano, de múltiplos interesses e atores é, consolidado, ao longo da história, como um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento de disputa de classes. Todas as suas formas e paisagens denunciam os interesses e os conflitos experimentados neste

sentido. Portanto, a definição dos principais agentes de atuação na organização do espaço das cidades é ponto fulcral para se compreender que espaço é este.

A contribuição acima origina-se de Lefebvre (2001) que define o espaço como um local geográfico de ação e, como espaço de possibilidade de engajar-se na ação; assim, no mesmo lugar em que ocorrem os fatos há, também, a permissão social – dado à ideia de pertencimento – para a participação/inserção social nos eventos nele ocorridos. O espaço firma-se, portanto, como um meio de produção, enquanto terra e, parte das forças sociais de produção, enquanto espaço propriamente dito.

Portanto, o estudo sobre a (re)produção do espaço urbano, que nesta pesquisa tratamos como a expansão da malha urbana, se faz a partir, também, da identificação dos agentes em disputa por este espaço. E considera-se, como já pontuado, que os agentes capitalistas conformam um espaço que lhes sirva como espaço produtor de lucro, atentando contra a noção legal de função social da cidade. Esse atentado é uma violação direta à Carta Cidadã, promulgada em 05 de outubro de 1988 que estabelece no seu artigo 188 que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Outra contribuição importante vem de Kowarick que, no final da década de 1970, coloca para a sociologia brasileira o conceito de espoliação urbana que, para a geografia se alinha à discussão de segregação urbana, isto é, a espoliação urbana consiste em um arranjo de situações necessárias à manutenção e reprodução dos interesses da acumulação capitalista, reduzindo o espaço urbano em fonte geradora de lucros. Assim, os conflitos observados no espaço urbano, principalmente daquele em expansão é fruto de uma espoliação urbana que se traduz como

[...] a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente do trabalho. (KOWARICK, 2000,p.2)

Assim, mais importante que a análise técnica de como os processos de expansão urbana se deram, é a compreensão dos conflitos que caracterizam a dinâmica deste próprio processo. Tais conflitos se evidenciam, em cada etapa histórica que se queira considerar e, representam a busca de lucro, por um lado, e a busca pelos elementos do consumo coletivo, por outro lado.

Está, em proeminência, a análise da qualidade de vida dos cidadãos enquanto consumidores do espaço urbano.

É fundamental evidenciar, desde já, a importância do olhar geográfico. Para Casquilho e Azevedo (2013, p.95), “o desenvolvimento o olhar geográfico possibilita um hábito de observar, de especular, de tentar a decifração do espaço.” É este olhar, realizado por lentes múltiplas e, apropriadas para cada caso, que resultará na compreensão dos desdobramentos originados dessa expansão da malha urbana. Portanto, não se fará a opção por um único método analítico, mas far-se-á uso daquele que, a cada etapa e frente a cada situação vivenciada pela pesquisa, melhor corresponder aos esforços de investigação do real vivido.

2.1.1 Os agentes da produção do espaço urbano

Como já se descortinou, o espaço urbano é impregnado de interesses múltiplos, dentre os quais se destaca os interesses do capital. Faz-se necessário, entretanto, esclarecer que o destaque a que se refere quanto ao predomínio do interesse do capital, não consiste em outra justificativa, senão naquela que o estabelece como o elemento mais voraz e impositor. O interesse de contínua reprodução do capital explica o ritmo e a lógica de (re)produção do espaço urbano.

Os outros agentes que atuam na produção do espaço urbano desenvolvem sua atuação a partir dos ditames lógicos do modo de produção capitalista e, todos os conflitos evidenciados na relação destes agentes ao vivenciarem este mesmo espaço urbano só podem ser compreendidos se se considerar o enredo econômico que é escrito sobre este mesmo espaço. Segundo Corrêa (1989), o espaço urbano é um produto social onde se destaca cinco atores importantes.

[...] o espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes (concretos) que produzem e consomem o espaço. [...] os agentes desse processo são: (a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários, (c) os promotores imobiliários; (d) o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos. (CORRÊA, 1989, p.11)

Tais agentes produtores do espaço urbano apresentados acima buscam a afirmação social sobre este espaço. Verifica-se, porém, que os agentes da iniciativa privada e o Estado – geralmente fortemente influenciado pelos primeiros, portanto a serviço dos empresários – logram mais resultados na afirmação socioespacial do que os grupos sociais excluídos; fato que

encontra congruência na natureza de um expediente mais planejado e estratégico desenvolvido pelos agentes que concebem o espaço como meio de lucro.

Corroborando esta análise que aponta os atores mais influentes na (re)produção do espaço urbano, Arantes (2000) afirma que:

Quando se fala hoje em dia, a torto e a direita, em fazer cidade, tamanho eufemismo vale bem a pergunta: quem de fato faz a cidade? A resposta, ao menos a partir dos anos 1990, parece inequívoca: naturalmente, as grandes empresas, com suas mediações de praxe, é claro. (ARANTES, 2000, p.30)

Percebe-se que, as cidades vão tomando feições e sofrendo adequações que correspondem aos interesses dos setores econômicos que diretamente – com negócios imobiliários – ou indiretamente – com a atuação do Estado – vão se assenhorando do espaço juridicamente apontado como de natureza pública/coletiva. Esta talvez seja a característica mais evidente da expansão da malha urbana de uma cidade, isto é, a atuação do setor privado, com a cooptação do poder público.

O espaço urbano, portanto, é um espaço de conflitos e desigualdades. Todo o arranjo urbano, em suas paisagens, dinâmicas e fluxos revela a coexistência mais perversa e simbólica do próprio capitalismo, a saber, a riqueza e suas engenhosidades que garantem a contínua (re)produção do lucro e, as limitações de ordem socioeconômica que atingem o grosso da população, também com as engenhosidades que lhe são impostas para sua manutenção.

No espaço urbano ou em qualquer outro espaço e escala que se analise, essa coexistência não representa o sucesso capitalista de um lado e o insucesso do mesmo sistema do outro lado, na verdade as duas realidades são crias de uma mesma lógica, resultando de um mesmo planejamento. Assim, as desigualdades do espaço urbano não são, tecnicamente, o insucesso do ordenamento ou planejamento capitalista, mas refletem a característica mais primitiva deste modo de produção, ou seja, a organização do espaço em função da organização material e objetiva da própria sociedade que se dá entre exploradores e explorados.

Portanto, a cidade é feita de atores que se posicionam a partir destes dois lados da trincheira socioeconômica, de um lado, pobres e do outro, ricos. A produção e reprodução do espaço urbano se revela, em sua materialidade objetiva, como claramente contrastante. Versando sobre isso, Carlos (1990) afirma que:

Os contrastes e as desigualdades de renda afloram em toda a sua plenitude. O acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo de material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe. O acesso a habitação e

aos meios de consumo coletivo, serão diferenciados segundo a classe.
(CARLOS, 1990, p.41)

Toda essa desigualdade na ocupação, uso e disputa pelo espaço urbano representa, portanto, a natureza em que se converteu esse espaço que, teoricamente, se vê imbuído de direitos coletivos claramente fixados no arcabouço jurídico brasileiro. E, para além dos textos legais, até mesmo os textos científicos e filosóficos tratam acerca da anomalia de considerar a terra urbana – já que esta é o foco desta pesquisa – como uma mercadoria.

Contudo, a apropriação capitalista sobre o solo urbano trata-o como mercadoria e, atribui a este – como principal função – não o acolhimento dos munícipes, com sua lógica correta que aponta para sua função social, o seu valor de uso. O solo urbano, o espaço urbano e tudo o que este potencialmente e teoricamente representa a vida em uma cidade é submetido à lógica do capitalismo que se traduz na busca contínua e ininterrupta do lucro máximo através da exploração do homem e da natureza.

Assim submetidos a esta lógica, de uma lado temos o proprietário dos meios de produção que se beneficia desta e, do outro os trabalhadores, donos unicamente de sua força de trabalho que sofrem a imposição de uma dinâmica que amplia as distâncias sociais e transforma a cidade em um espaço não apenas de segregação espacial, mas em um espaço de segregação de direitos e oportunidades.

Contribuindo com o esclarecimento acerca da (co)existência e persistência destes dois grupos presentes no espaço urbano e, na compreensão da forma como atuam, Maricato (1997) traz considerações importantes sobre o valor de uso e o valor de troca, escrevendo que:

[...] de um lado estão os usuários da cidade, os trabalhadores, aqueles que querem da cidade condições para tocar a vida: moradia, transporte, lazer, vida comunitária, etc. Esses veem a cidade como valor de uso. Do outro lado estão aqueles para quem a cidade é fonte de lucro, mercadoria, objeto de extração de ganhos. Esses encaram a cidade como valor de troca. A luta que se trava na cidade pela apropriação da renda imobiliária é a própria expressão da luta de classes em torno do espaço construído (MARICATO, 1997, p.44).

A partir do excerto acima é possível compreender mais detalhadamente que a cidade sofre a imposição de planos que contam com o consentimento do poder público e, que são exclusivamente voltados – pelo menos na sua essência – à produção da riqueza auferida pela conversão da cidade a partir da lógica do seu valor de troca que, para o empresário ou agente capitalista, é objetivamente financeiro.

Essa visão sobre o espaço urbano tomada pelo ângulo da (re)produção de riqueza que precisa ser contínua e só se é garantida pela imposição do valor de troca, produz uma cidade cada vez mais conflituosa e cara e, isso, para os mais pobres. O estabelecimento de espaços de especulação imobiliária que aumenta as distâncias entre os bairros mais periféricos e o centro, onde geralmente se concentram os serviços públicos básico; a alocação e direcionamento de investimentos básicos de infraestrutura em alguns pontos e áreas de interesse - em desconsideração plena com respeito à real necessidade - tudo isso faz da cidade um espaço de aparente não planejamento.

Contudo, o mito da falta de planejamento é logo descartado em razão da consideração simples dos dois aspectos acima arrolados. Tanto a especulação com a determinação de espaços vazios e a construção de infraestrutura que não segue uma lógica pautada pela necessidade, revelam a existência de determinantes mercadológicos no processo de planejamento urbano.

O que se vê, na dinâmica da expansão de um dado espaço urbano é o predomínio dos interesses capitalistas. Assim, a dissintonia entre um vigoroso sucesso econômico registrado em uma cidade e suas inúmeras incoerências, conflitos e desconformidades sociais não configura um erro, mas uma característica facilmente observada na realidade das cidades brasileiras e, por extensão, na realidade das cidades de países em desenvolvimento.

Singer (1982) já pontuava sobre restrição de parte da sociedade com relação ao direito de morar e, sobre as várias possibilidades de morar, com mais ou menos qualidade, em função da renda. O referido autor denuncia que é próprio da economia capitalista não assegurar um mínimo de renda a todos, o que restringe o poder de participação e a possibilidade de uso com qualidade do espaço urbano por parte de todos. Singer (1982) esclarece que:

[...] a cidade capitalista não tem lugar para os pobres, a propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte correspondente da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano (SINGER, 1982, P.33).

O que se depreende até agora é que a expansão do espaço urbano ocorre em função do incremento demográfico, que é resultado do incremento econômico recebido. Mas, considere-se ainda, que a expansão urbana – mesmo de lugares que atraem grandes fluxos de investimento como é o caso de Catalão (GO) – não ocorre fora da lógica do capitalismo e, que por isso

mesmo, resulta na construção de espaços desiguais, conforme é a desigualdade das classes que o habitam.

Assim, a produção desse espaço urbano marcado pela desigualdade é confirmado em cada período, qualquer que seja o fator determinante da periodização. Quando se estabelece considerar as alternâncias de poder no contexto dos mandatos eletivos para prefeito, o que se percebe como uma periodização comum, é que essa alternância e/ou continuidade histórica desse modelo de gestão política da cidade raramente imprime mudanças qualitativas e justas sobre o espaço urbano.

Isso significa que o agente público estatal quase sempre se priva da função de atuar como planejador do espaço urbano e, como um planejador que atue a partir da ótica da representatividade coletiva. As atuações deste ente planejador acabam por expressar dois vícios bem perceptíveis: ou o poder público municipal atua como um mero órgão de fiscalização dos regulamentos que versam sobre a lógica do uso do solo urbano; ou atua como um planejador focado nos interesses dos poderes econômicos estabelecidos no município.

De qualquer forma, a atuação do poder público municipal acaba se submetendo aos interesses de grupos formados pelo poder econômico local. A operação destes grupos se faz presente, além dos órgãos municipais da administração direta e indireta, também na câmara de vereadores com vistas à obtenção de força legislativa para a aprovação ou alteração de leis que potencializem a orientação e ordenamento do espaço conforme suas expectativas de negócio.

Portanto, é fácil notar a atuação de duas forças que se apresentam como agentes de transformação e produção do espaço urbano, a saber, o agente político (público) e o agente privado. O primeiro, o agente público, historicamente cooptado pelo agente privado, tende a se anular e, assim, o leiaute urbano acaba por esboçar os interesses predominantes do mercado.

As forças de (re)produção do capital terminam – em cada ação que se analise – por ditar os contornos para os novos espaços criados e os retoques para os espaços já existentes. Tem-se, desta forma, a conversão de um expediente que legalmente e socialmente deveria ser construído pelo esforço e contribuição de toda a comunidade, relegado às decisões e aspirações de um pequeno seguimento social que, na ampla maioria dos casos opta por soluções estruturais e completas para as suas demandas espaciais e sociais e, por saídas paliativas e superficiais para as demandas apresentadas pela parcela mais pobre da população.

Essa, além de ser uma lógica clara de benefícios aos espaços urbanos destinados e ocupados pelos mais abastados é, também, uma lógica de cunho eleitoral e que se insere na estratégia de manutenção do status quo do poder das elites locais. Ao se impor medidas paliativas e superficiais aos problemas urbanos – estruturais e sociais – apresentados nos espaços dos mais pobres cria-se um expediente de sequestro de eleitores.

A resolução dos problemas espaciais e sociais, nos espaços ocupados e usados pelos mais pobres é sempre pauta constante nos discursos e planos de governo. É nesse contexto que observa um expediente de sequestro de eleitores, pois no afã de ver suas demandas atendidas, os populares podem apresentar – como historicamente se observa –, a tendência a apoiar o grupo que se apresenta mais forte e com uma retórica mais articulada com os problemas vividos pelas comunidades demandantes dos serviços públicos.

É verdade, também, que os desmandos em desfavor dos espaços urbanos dominados pelos mais pobres pode, similarmente, despertar o protagonismo de líderes locais e, assim, despertar esse que é um outro importante e necessário agente de (re)produção do espaço urbano. Associações de bairros, líderes religiosos, e outras lideranças e representatividades locais podem atuar na construção de uma pauta propositiva ou reivindicatória e influir no direcionamento de obras ou intervenções importantes à comunidade.

Nota-se que o espaço urbano é um espaço de disputas e confluências de interesses amplamente divergentes. Vê-se explicitamente a construção cênica de uma realidade de disputas por interesses, inserida na teoria marxista das classes e da luta de classes. O espaço urbano, destarte, é transformado em um tabuleiro de disputa de interesses sociais, políticos e de outras naturezas que, em todo o tempo, busca mobilizar uma – classe dominante - e desmobilizar a outra – dominados.

A tentativa recorrente é em transformar os expedientes de decisão sobre as ações do poder público, ou mesmo por parte de empresas privados sobre o espaço urbano, em expedientes cada vez mais técnicos e, por isso, distantes da apreciação e, c por conseguinte, da participação da comunidade. Tal postura é flagrantemente contrária aos dispostos no ordenamento jurídico brasileiro referente ao controle da expansão urbana, já que esta conta, por exemplo, com o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257 de 10 de Julho de 2001) que estatui a participação popular na formulação e acompanhamento do planejamento urbano.

O espaço do pobre nas cidades, conseqüentemente, não é um espaço que seja equivalente ao espaço do rico, em termos de justiça na aplicação dos recursos públicos, sejam estes pecuniários ou técnicos. Antes, o espaço do pobre, nas cidades, tem sido continuamente o espaço do abandono, do distanciamento e da segregação de elementos e produtos não bem vistos pela porção rica das cidades.

Assim, locais de privilégio e privilegiados, como o centro e – numa composição mais contemporânea - os condomínios verticais e horizontais veem seus gargalos infraestruturais como vias de acesso, abastecimento de água e esgotamento sanitário, por exemplo, já de imediato enfrentados pelas incursões sempre rápidas e certeiras do poder público. Nos locais do desprivilegio e dos desprivilegiados as soluções aos seus gargalos são sempre difíceis e colocadas fora das previsões orçamentárias.

Neste sentido, a expansão urbana de uma cidade, por mais recursos que esta possa produzir e, gerir, expressa uma ambigüidade espacial. Cidades ricas e comprovadamente atrativas a investimentos externos manifestam, também, a produção de espaços que contraditoriamente representam pobreza e atraso. Contudo, é preciso afirmar que se trata de uma apenas aparente contradição, já que o capitalismo se reproduz, onde quer que ocorra sua reprodução, a partir dessa lógica da formação e afirmação das ambigüidades econômicas e sociais.

Daí a necessidade de legislações, como o Estatuto das Cidades e, até mesmo o instrumento do Plano Diretor e, o protagonismo das lideranças de bairro, para que esta esperada tendência capitalista previsível na (re)produção do espaço urbano possa ser, minimamente, combatida. A junção do ordenamento jurídico aplicado ao espaço urbano e, que estipula a participação popular, somado a esta efetiva participação, configuram como expedientes quase que exclusivos para a tentativa de minimizar esta tendência de distanciamento socioespacial presente ao longo da expansão das cidades.

2.1.2 A (re)produção do espaço urbano em Catalão (GO)

O propósito da presente subseção é compreender alguns aspectos relativos à (re)produção do espaço urbano de Catalão (GO), pautando-se, principalmente na análise da sua vinculação direta e indireta com os problemas socioambientais detectados. Trata-se, portanto, do esforço em dissertar sobre os mecanismos, agentes, lógicas e forças que determinaram e

ainda, presentemente, determinam a expansão da malha urbana principal do município e, constatar quais são suas principais reverberações negativas de ordem social e ambiental.

Nota-se que a (re)produção do espaço urbano em Catalão (GO) e sua acentuada expansão, observada nestas últimas e incompletas cinco décadas (de 1970 a 1918) não se deu em desacordo à lógica que prevaleceu e, ainda prevalece nas demais municipalidades do país. Aqui, como acolá – em qualquer cidade do Brasil – a (re)produção e expansão do espaço urbano ocorreu dentro dos padrões de multiplicação das desigualdades, sendo estas mais acentuadas às margens da mancha urbana.

A despeito dos números relativos ao importante desenvolvimento econômico do município de Catalão (GO), já expostos nesta pesquisa, a expansão da malha urbana evidencia a expansão, também, de vários problemas que afetam – principalmente e mais diretamente – as camadas mais pobres da população. A ideia de um município rico, em franca expansão econômica e demográfica, associada à ideia de municípios com o pleno gozo do direito à cidade é uma falácia.

A expansão de Catalão (GO), como se pretende mostrar na pesquisa empírica – dando voz aos populares por meio do método etnográfico – provocou a construção de paisagens, dinâmicas e realidades que contrastam com a relevância que o município conquistou a nível nacional e, inclusive, a nível internacional. O município do nióbio, do fosfato, das terras raras, das transnacionais Mitsubishi e John Deere, convive com testemunhos de desrespeito e abandono político-administrativo.

Assim, a expansão da malha urbana de Catalão (GO), para efeito desta pesquisa, não será objeto de estudo detalhado de seu processo e seus principais condicionantes, dado e conhecido cada período analisado. O principal esforço da pesquisa é compreender os desencontros ou as já apontadas dissintonias entre a reputação de cidade que experimentou um franco e vultoso desenvolvimento econômico – o que já foi fartamente comprovado – e a existência de importantes problemas relacionados à gestão urbana e experimentados cotidianamente.

A forma de constatar a dissintonia acima apontada será através da constatação de problemas urbanos presentes nos bairros, vistos e apontados pelo pesquisador e, mencionados pela população em incursões etnográficas. A viabilidade da pesquisa e do método, ao serem

pela primeira vez testados, já demonstraram sua factibilidade e relevância para o conjunto de pesquisas que pensam os problemas urbanos de Catalão (GO).

As incursões etnográficas ocorrerão em alguns bairros periféricos aleatórios de Catalão (GO). Para Souza (2016) os bairros proporcionam um espaço excelente de pesquisa quando se busca compreender o espaço vivido e percebido. Assim, Souza (2016), registra que,

Um bairro é [...] uma realidade, ao mesmo tempo, objetiva e (inter)subjetiva. Um bairro não é socialmente produzido somente porque o seu substrato material (as ruas, as construções) representa natureza transformada pelo trabalho humano, mas porque cada bairro é, ao mesmo tempo e em última análise, um espaço dotado de significado, um espaço vivido e percebido; enfim, um “lugar” (SOUZA, 2016, p. 307).

Ao olhar para os bairros e escutar, atentamente as avaliações e depoimentos dos moradores, que vivem a materialidade e as subjetividades dos bairros ter-se-á material para compreender os principais problemas e falhas no planejamento e gestão urbanos em Catalão (GO) que expressam não uma realidade objetivamente produzida hoje, mas uma realidade que, processualmente, foi sendo gerada ao longo das décadas que correspondem ao grande incremento econômico, demográfico e espacial experimentado diretamente na sua malha urbana.

Com esse esforço será possível, espera-se, comprovar que a natureza da expansão da malha urbana de Catalão (GO) – não diferente das expansões que se registraram em outras municipalidades do Brasil – produziram disparidades e disfuncionalidades bem marcantes no espaço urbano, quando se compara a oposição entre espaços privilegiados e espaços desprivilegiados.

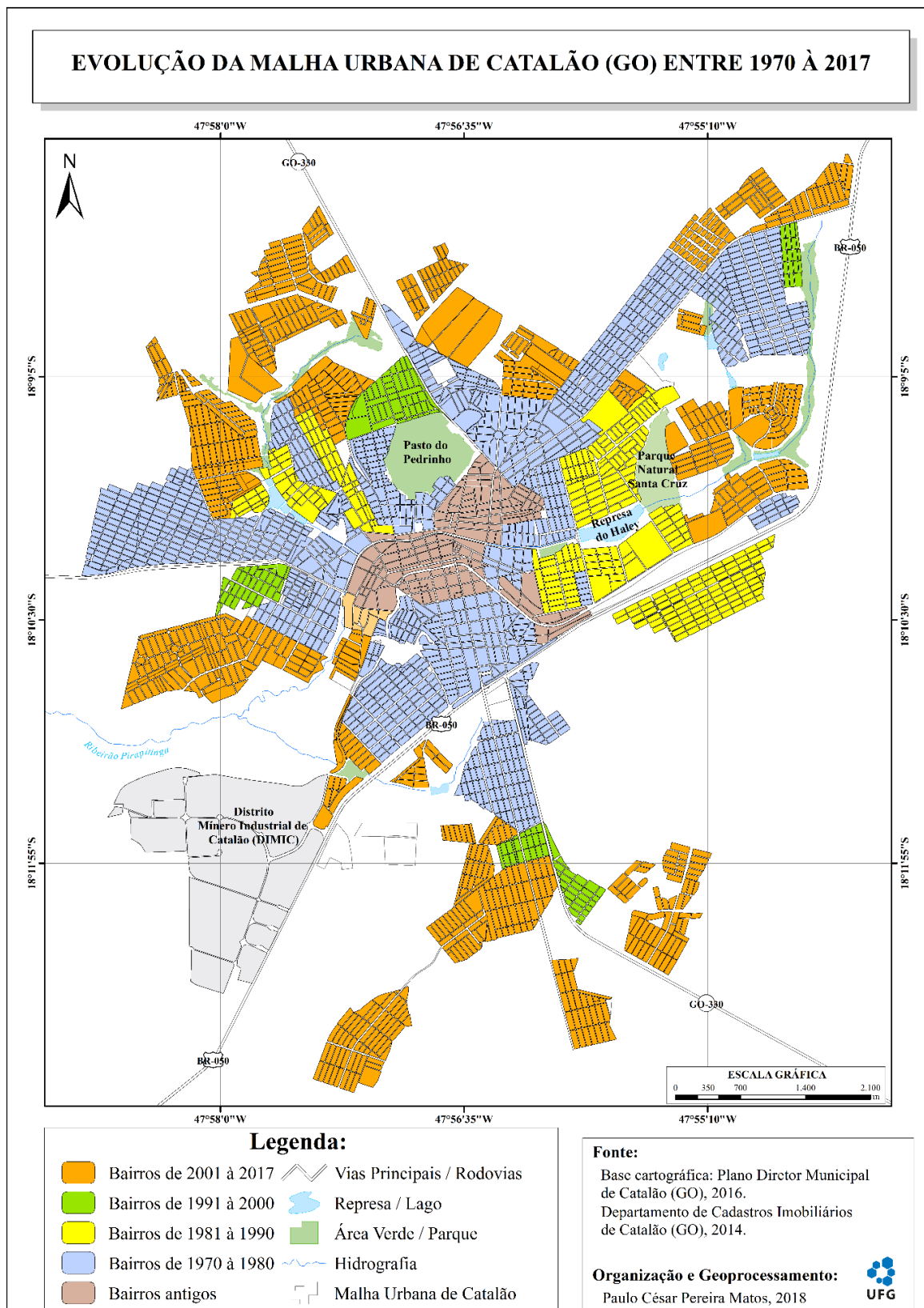
As considerações já percebidas e posteriormente apontadas pela pesquisa revelam problemas de ordem estrutural e de ordem social. Além de irregularidades infraestruturais, as irregularidades relacionadas ao universo do perceber e sentir, tais como a sensação de insegurança pública e de abandono também serão consideradas pela presente pesquisa, buscar-se-á compreender, a partir da captura consentida da percepção do outro, como tais problemas, bem como tantos outros, afetam a qualidade de vida local.

A ideia, portanto, é compreender as nuances do viver em Catalão (GO), a partir da percepção de quem se insere num contexto de uma cidade de porte médio, com forte desempenho econômico na economia estadual e, que nos últimos 48 anos considerados viu seu

território crescer de forma exorbitante. Na sequência, o mapa produzido por Matos (2018), mostra essa fantástica ampliação da malha urbana de Catalão (GO).

2.1.3 A Expansão urbana de Catalão(GO): uma análise

Mapa 02: Expansão da malha urbana de Catalão(GO) entre 1970 a 2017



Fonte: Matos, P.C.P (2018)

Vê-se, no mapa anteriormente apresentado, que a expansão da malha urbana de Catalão (GO) ocorreu de forma muito acentuada, mostrando a pujança econômica da cidade. Os bairros existentes antes da década de 1970, pertencentes, hoje, à região central da cidade, demonstram o reduzido espaço urbano desse período que antecede ao impacto da atividade de extração mineral no município.

Do período que vai de 1970 a 1980 percebe-se um incremento espacial que envolve quase que completamente o Pasto do Pedrinho, expandindo com a abertura de novos bairros, para o nordeste (com o bairro Ipanema e setor aeroporto), para o oeste e sul, chegando a ultrapassar a Rodovia BR-050, com a implantação do bairro Castelo Branco e adjacências.

Mas, neste período, bem como nos períodos subsequentes e cartografados no mapa em questão, a expansão se deu de forma especulativa, com a demarcação e legalização de lotes, sem sua imediata ocupação e destinação social conforme função prescrita em lei. Isto posto, percebe-se uma expansão física do espaço urbano que segue os ditames da lógica imobiliária baseada na ideia do lucro pela exploração do espaço urbano concebido, neste sentido, pelos agentes urbanos econômicos, como uma instância de lucro.

Contudo, é verdade, que não se pode dissociar esta significativa expansão física da malha urbana de Catalão (GO) do importante incremento demográfico que se observa em cada seguimento temporal analisado e representado no mapa. Não se pode ignorar, também, a correspondente evolução econômica experimentada pelo município, conforme já tratado anteriormente.

Nos períodos subsequentes, a expansão urbana de Catalão (GO) mantém-se em ritmo acelerado e, no período posterior aos anos 2001 registra-se a maior quantidade de novos bairros, sendo implantados em toda a margem periférica da cidade. Deste modo, além de observar a consolidação da porção urbana ao sul da Rodovia BR-050, verifica-se, também, a implantação de bairros mais nobres pensados para atender uma camada de maior poder aquisitivo ligada aos diversos setores econômicos do município, mas, principalmente, àquele ligado à indústria e ao setor terciário – comércio e prestação de serviços.

Este incremento de bairros experimentado em Catalão (GO), corresponde, ao incremento demográfico-econômico já apontado. Portanto, a lógica elucidativa exposta no próprio processo histórico de expansão da malha urbana de Catalão (GO), de forma bastante cognoscível, é aquela que aponta o espaço urbano como o reflexo direto dos processos que

levam às mudanças e à consolidação de natureza econômica e demográfica conforme os ditames do modo de produção capitalista – não raro, em flagrante conflito com as funções esperadas deste espaço – tais como a função social de proporcionar espaços de vivência e moradia.

Portanto, o crescimento de Catalão (GO), considerado em três vertentes, a saber a econômica, a demográfica e a espacial, produziu uma realidade urbana complexa. Os mecanismos historicamente determinantes desta realidade e, as suas dinâmicas e paisagens contraditórias de hoje se completam – com significado – dentro de uma lógica de manutenção de poder que se vale da realidade urbana para produzir e reproduzir desigualdades. A explicação para isto é clara, uma vez que a desigualdade é uma forma de manutenção do poder político e econômico.

Deste modo, todo este crescimento de Catalão (GO), espacialmente constatado, produziu, como em qualquer outro espaço, possibilidades e impossibilidades. De um lado observa-se a cuidadosa projeção de possibilidades urbanas com uma cidade mais organizada, mais cuidada e funcional e, de outro lado, uma projeção de impossibilidades ou limitações consolidadas pela inexistência dos mesmos cuidados e funcionalidades. A cidade do centro e dos bairros ou condomínios ricos e a cidade da periferia, polarizam e claramente se estabelecem ao longo deste período de desenvolvimento urbano considerado.

A paisagem e dinâmica denunciadoras desta desigualdade socioespacial presente no espaço urbano de Catalão (GO) mostram a lógica capitalista e o grau de ineficiência das administrações. Dissertando sobre a existência dessa realidade ambivalente, Pinheiro (2012) afirma que as cidades estão divididas social e espacialmente em duas, sendo estas:

Cidade formal, rica, regularizada, com infraestrutura completa, usufruindo do melhor que a comunidade pode ter em comércio, serviços, cultura e lazer. É a parte da cidade que concentra a população com maior renda, maior escolaridade, mais branca.

Cidade informal, ilegal, precária, eternamente inacabada, é a cidade dos mais pobres, com menos estudo, mais negra e com maior índice de mortalidade. (PINHEIRO, 2012, p. 30 grifo meu).

Observando pela lógica do modo de produção capitalista, especificamente por sua forma altamente exploradora praticada no sul geoeconômico, a existência de desigualdades como a apresentada por Pinheiro (2012) é esperada. Contudo, observando, também, a pujança econômica da Catalão (GO), as desigualdades entre as duas cidades aqui apontadas poderiam ser reduzidas. Isso, por conseguinte, aponta para questões políticas, opções de modelos, prioridades e disputas de poder locais.

Os grupos políticos à frente do poder público municipal pouco fizeram para a redução destas desigualdades. Esta realidade se vê confirmada, ao longo das últimas gestões – em especial aquelas a partir do ano de 2001 – pela condução político-administrativa de Catalão (GO) em declarado distanciamento com relação à população. Uma administração de gabinete, distante e avessa às consultas públicas já bastante incentivadas nesse início de século, marcou a política de planejamento e gestão urbana na cidade.

Contudo, a prática de planejamento e gestão pública no município nunca fora tratada com o rigor e formalidade técnica necessárias. As obras e intervenções do poder público municipal e, até mesmo as obras e intervenções do poder Estadual não geravam consultas públicas e discussões de caráter técnico e social. Áreas e setores de atenção e implementação eram escolhidos a partir de expedientes que não passavam pelo crivo da técnica e das demandas apresentadas pela própria população.

No ano de 2001, no mês de julho, após anos de discussão e contribuições de diversos seguimentos sociais, foi promulgado o Estatuto da Cidade – Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 – que representava uma nova cultura na forma de conduzir os expedientes de gestão e de planejamento urbanos. Neste documento-marco a consulta à população deixa de ser uma opção política progressista e passava à categoria de dispositivo legal. No artigo segundo do Estatuto da Cidade (2001), estabelece que

A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – **gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano**; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente; V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; (BRASIL, 2001, p. 2 grifo nosso)

Assim, desde a primeira gestão do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se inicia em 1º de janeiro de 2001 o debate sobre a necessidade de participação popular na definição, execução e acompanhamento da política urbana municipal já era importante pauta de discussão nacional. E, como se afirmou, a partir de julho deste mesmo ano esta importante pauta de discussão passa à categoria de determinação legal.

Dito isto, após este importante incremento legal no ordenamento jurídico brasileiro – no que concerne às práticas de concepção das políticas urbanas instituídas pelo Estatuto da Cidade – as obras e serviços públicos e, à alocação de verbas públicas para atendimento de demandas apresentadas na cidade de Catalão (GO), deveriam ser amplamente debatidas com a participação de representantes de diversos seguimentos populares.

Nota-se, entretanto, que embora o final do século 20 tenha sido marcado pelo debate centrado na necessidade de envolvimento populacional para definição da política urbana e, o presente século tenha começado com a institucionalização legal desta participação – via Estatuto da Cidade – a resposta cultural e política a tais avanços não ocorreu em simultaneidade a estes avanços.

Ficava claro que a principal resposta cultural a se esperar após a promulgação dos Estatuto da Cidade era o envolvimento popular, isto é, a participação popular nas discussões relativas aos principais problemas sentidos no espaço urbano. Contudo essa participação é lenta e não pode ser determinada automaticamente pela força de leis. Versando sobre isso Pinheiro (2012) também escreve que:

[...]a promulgação do Estatuto da Cidade não elimina, pelo contrário, reforça a necessidade de organização da população para a garantia do Direito à Cidade já que os direitos escritos no seu texto não estão automaticamente garantidos, sendo necessário que a sociedade organizada os conquiste no embate da política local. (PINHEIRO, 2012, p. 73)

O que se observou, ao longo destes quase 19 anos de políticas urbanas em Catalão (GO), isto é, de janeiro de 2001 a dezembro de 2012 (período em que a cidade foi administrada pelo MDB); e de janeiro de 2013 a dezembro de 2016 (período em que a cidade foi administrada pelo PSDB) e, ainda, de janeiro de 2017 até o presente (período caracterizado pelo retorno do grupo político do MDB), foi a continuidade da velha forma de se pensar e conduzir o planejamento e a gestão urbana na cidade.

Os dois grupos políticos – MDB e PSDB – optaram por uma administração política municipal centrada na lógica do gabinete. As discussões, conferências e audiências públicas eram realizadas com a presença de apoiadores do partido político instalado no poder e, quase sempre esvaziadas de participantes de seguimentos não aparelhados. Assim, havia uma aparência de cumprimento legal e mantinha-se a lógica das decisões de gabinete que, muito frequentemente, respondia a interesses exclusivistas e não coletivos.

Um exemplo desse modelo de condução da política de planejamento e gestão ambiental predominante em Catalão (GO) foi a promulgação, aos 05 de agosto de 2004, da lei 2.210² que instituiu o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão. Como lei mais importante para o ordenamento territorial de uma cidade e, para o estabelecimento de outras políticas públicas, conforme preconiza o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor foi praticamente desconsiderado e, poucas diretrizes deste foram regulamentadas e fiscalizadas pelo poder legislativo municipal.

Doze anos depois da promulgação do primeiro Plano Diretor de Catalão (GO), outro documento é elaborado e substitui o antigo. A lei complementar 3.439 de 8 de dezembro de 2016³, institui o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável Urbano e Ambiental de Catalão. Neste segundo momento, agora na gestão do grupo político do PSDB, grupo opositor àquele da elaboração do primeiro Plano Diretor, registrou-se poucos avanços na condução dos expedientes. Os procedimentos para o cumprimento formal dos ritos legais para a reelaboração no novo documento foram pautados, mas sem muita participação popular.

A considerável expansão da malha urbana de Catalão (GO), conforme se observa no mapa apresentado, trouxe problemas importantes. Parte destes problemas poderiam ser combatidos ou mitigados com a aplicação de um Plano Diretor que correspondesse à realidade experimentada pela maioria dos moradores. Problemas relacionados ao transporte público, à pequena quantidade de áreas verdes, ao trânsito, à infraestrutura sanitária e à expansão de novos loteamentos – para citar apenas algumas – são tipicamente orientadas no Plano Diretor e, portanto, o que corresponde a uma primeira fase da resolução dos mesmos.

² Primeiro Plano diretor do município de Catalão(GO):
http://www.catalao.go.gov.br/site/v4/uploads/leismunicipais/Plano%20Diretor%202004/lei_2210-2004_plano_diretor.pdf

³ Plano Diretor – em vigor no município de Catalão(GO):
[http://www.catalao.go.gov.br/site/v4/uploads/leismunicipais/lei_complementar_n_3.439-2016_\(vers%C3%A3o_com_anexos\).pdf](http://www.catalao.go.gov.br/site/v4/uploads/leismunicipais/lei_complementar_n_3.439-2016_(vers%C3%A3o_com_anexos).pdf)

De outra forma, é preciso registrar, também, que os planos estratégicos não resolvem absolutamente as questões oriundas das contradições socioeconômicas presentes na dinâmica urbana das cidades. Mesmo que tais planos fossem construídos da forma como legalmente se prescreve, as contradições ainda se fariam presentes. A importância em fazer esta constatação reside, não no enfraquecimento destas leis – porque de qualquer forma representam avanços – mas na atribuição de máxima importância na continuidade da participação popular e de seguimentos mais progressistas focados na propositura de outros caminhos para as soluções de problemas.

Neste sentido, os problemas gerados por administrações municipais tuteladas por interesses eleitoreiros e pressionados por grupos de pressão econômica não se resolvem pela simples aplicação dos dispositivos legais utilizados no planejamento e gestão urbanos. A própria formulação destes instrumentos, em sua concepção – embora registra-se novamente que tais signifiquem importantes avanços – representam, como se observa na prática da ampla maioria dos municípios, uma corrupção de sentidos presente nos atos, fatos e eventos. Maricato (2008) escreve que:

Apesar da roupagem democrática e participativa, as propostas dos planos estratégicos, vendidos às municipalidades latino-americanas, combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o ajuste das políticas econômicas nacionais por meio do Consenso de Washington. (MARICATO, 2008, p. 57).

A aplicação, conforme prescrevem as leis, dos instrumentos de planejamento e gestão urbanos, deve ser seguida pelo desenvolvimento de canais de participação e escuta que vinculem poder público municipal e população. Esta participação popular, que precisa ser respeitada em suas formas sensíveis de manifestação, pode contribuir para um maior aperfeiçoamento das gestões públicas sobre o espaço urbano e, ampliar as meras demandas por participação exigidas pelo texto legal.

No caso de Catalão (GO), ao longo das últimas gestões – consideradas, como já dito de 2001 até o presente – A construção dos planos estratégicos para o município, seguiram conforme aponta Maricato (2008) e, a participação popular, por outras vias, foi ainda objeto de desarticulação. A definição das estratégias e ações implementadas ao longo da dinâmica de expansão da malha urbana foram definidas por agentes predominantemente políticos e, muito raramente, por técnicos ou políticos com critérios técnicos. A distância construída e mantida

entre órgãos de decisão, planejamento e implementação com relação à população serviu de ponto de agravamento.

Portanto, com a lógica perversa do capitalismo e, sem a aplicação correta dos mecanismos legais de planejamento e gestão urbanos e, ainda, sem a contribuição e participação contínua da população, os problemas oriundos das contradições socioeconômicas foram se avolumando no espaço urbano de Catalão (GO). Com isso, predominou a construção de um espaço urbano que privilegiava as áreas centrais comerciais e os bairros ou condomínios residenciais de maior relevo econômico.

O reforço à desigualdade entre as porções rica e pobre de Catalão (GO) se estabeleceu como cultura na condução da política urbana, em contraposição à necessária cultura de participação popular. Poucos expedientes de iniciativa popular – orientados para romperem esta cultura – foram construídos. O que se gerou, a partir disso, foi uma população que aprendeu a conviver com a realidade de uma cidade cuja riqueza se vê anunciada pela mídia, por documentos oficiais e pelos discursos políticos eleitorais e, ao mesmo tempo, convive com problemas que roubam sua qualidade de vida.

No próximo e último capítulo, o objetivo será a compreensão – pelo viés da etnografia – de como a população percebe seu espaço e suas contradições. A busca será pelas declarações, verbais ou não, dos populares, com relação à experiência urbana num espaço marcado pelo sucesso econômico e por contradições socioespaciais.

3 O ESPAÇO URBANO DE CATALÃO(GO): PERCEPÇÕES ETNOGRÁFICAS

3.1 A OPÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA DE CAMPO

O propósito neste capítulo é apresentar algumas percepções oriundas das incursões etnográficas ocorridas ao longo da pesquisa, as quais ocorreram de forma não estruturadas e, assim, sem a elaboração de formulários de entrevistas. As percepções registradas são, portanto, registros obtidos a partir daquilo que o autor conseguiu depreender em cada situação e contexto, caracterizados, predominantemente, pela informalidade e, pelo anonimato dos sujeitos.

Todos os espaços frequentados, as paisagens consideradas e as dinâmicas notadas foram analisados dentro da perspectiva etnográfica, sendo que a cada incursão, os sentidos do pesquisador e as leituras e visões já acumuladas por este permitiram a elaboração de sínteses descritivas e críticas com vistas à compreensão das interações e conteúdos vividos e aplicados em cada espaço. Versando sobre tais ponderações Bezerra (2010) escreve que:

A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso ponderar sobre o momento certo para perguntas e por vezes esperar mais do que o imaginado. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los e isto pode ajudar significativamente na manutenção do relacionamento estabelecido (BEZERRA, 2010, p. 14).

Neste sentido, sem recorrer à construção de expedientes de pesquisa carregados de formalidade – o que para muitos pesquisados pode significar comprometimento e exposição mediante aquilo que se fala – a pesquisa se avançou de forma mais desenvolta e espontânea, o que possibilitou captar nuances que fogem ou são camufladas pela rigidez das pesquisas formais.

Em grande número, as incursões ocorreram em contexto de vivência e convivência, marcadas por percursos cumpridos pela utilização do sistema público de transporte coletivo; pela espera por atendimentos em instituições públicas de saúde – UPA e Pronto Socorro do Hospital Santa Casa –; pela utilização de espaços privados de prestação de serviços coletivos, tais como as Casas Lotéricas, Agências Bancárias, etc. Enfim, as percepções, com o intuito de perceber as diversas leituras e significados dos diversos espaços urbanos de Catalão (GO) originaram-se de incursões que produziram as variadas análises concebidas pelo pesquisador e apresentadas neste capítulo.

Sato e Souza (2001), embora tecendo considerações sobre o uso do método etnográfico para a pesquisa em Psicologia tecem uma consideração que harmoniza o uso deste método nas pesquisas com intencionalidade geográfica. Para os autores citados a etnografia permite uma compreensão dos aspectos microssociais que, quase sempre, ficam ocultos ou, na melhor das hipóteses, subentendidos nas pesquisas de caráter mais amplo. É nesse sentido que Sato e Souza (2001) estabelecem que:

[...] deslocando-se do eixo das macroanálises para as relações cotidianas que compreendem não somente aspectos microssociais mas que, em sua face local, resgata aspectos da história particular e de sua relação com determinantes sociais e culturais que a cercam (SATO; SOUZA, 2001, p. 30-31)

Assim, a partir da opção metodológica tomada nesta pesquisa foi possível identificar a visão dos usuários sobre complexa malha urbana catalana e, assim, sair da mera constatação generalizante e caminhar para a construção de cenários mais específicos. Tal possibilidade imprimiu as contribuições de atores reais que, por medo de exposição ou excesso de formalidade ou, até mesmo, pela desconsideração destes mediante uma análise mais documental e bibliográfica, ficavam fora do processo científico de composição da realidade social.

Para Lima et al (2010), a aplicação do método etnográfico permite a consideração de aspectos não retratados ao se usar outros métodos. Este, pela sua natureza, oportuniza a leitura de particularidades da comunicação humana não abrangidas pelas demais abordagens. Sendo assim, a riqueza dos conteúdos obtidos e compatibilizados no exercício crítico de composição do ambiente pesquisado é imensa.

A riqueza proporcionada pela abordagem do método etnográfico – na pesquisa de campo – permite uma compreensão de natureza mais abrangente e, que por isso, ultrapassa as questões meramente pontuais, revelando aspectos mais distantes, contudo, intimamente imbricados. Lima et al (2010) ao apresentar a natureza do método etnográfico esclarece que

Implica considerar que a preocupação maior da etnografia é obter uma descrição densa e holística do evento social; em outras palavras, uma descrição criteriosa e detalhada do comportamento dos sujeitos, considerando os olhares, os gestos, o tom da voz, as pausas, as interações, enfim, tudo que seja significativo para a compreensão do mundo social que está sendo investigado (Lima et al, 2010, p.9)

Com isso, aplicando esta opção de método nas pesquisas de campo garante-se o registro pelo olhar do pesquisador sobre as nuances não captadas pelas abordagens mais enrijecidas. Na concepção desta pesquisa a opção, em discussão, para amparar as incursões em campo, surgiu em resposta à necessidade de extrair da dinâmica dos lugares e das paisagens que estabelecem a materialidade e a realidade social rica e complexa do espaço urbano.

O intuito primeiro e último foi o de registrar aquilo que já fora antes registrado – portanto, não há intenção de ineditismo absoluto – mas, soma-se a este, o proceder a tal registro de uma maneira que se permita valorizar as avaliações, as compreensões e as demandas dos cidadãos. A etnografia, por isso, surge como um método que enriquece a pesquisa em geografia, na medida em que – fora da ótica exclusivamente academicista – proporciona a promoção da autonomia do cidadão na qualidade de porta voz primaz de sua própria realidade.

A pesquisa de campo, de onde se constata as impressões expostas na sequência deste trabalho dissertativo, tem como um dos focos a construção de uma nova consciência das contradições do espaço urbano de uma das cidades mais destacadas do Estado de Goiás. A ideia é proporcionar o desvendar das relações sociais e contradições presentes na concomitância da contínua (re)produção de um espaço economicamente pujante, já que todos os espaços se interconectam na construção de um espaço maior, aqui considerado como o espaço urbano de Catalão (GO).

Todos os bairros, que foram surgindo ao longo do período histórico de expansão da malha urbana de Catalão (GO), mesmo aqueles periféricos – não apenas no sentido geográfico, mas, também, no sentido econômico e social – participam da construção e manutenção da ampla realidade urbana municipal. Com isso, a observação da cidade, por meio da percepção desta e a partir destes lugares periféricos, permite e produz uma leitura mais completa e integrada da realidade. Para Suertegaray (2002):

A pesquisa de campo constitui para o geógrafo um ato de observação da realidade do outro, interpretada pela lente do sujeito na relação com o outro sujeito. Esta interpretação resulta de seu engajamento no próprio objeto de investigação. Sua construção geográfica resulta de suas práticas sociais. Neste caso, o conhecimento não é produzido para subsidiar outros processos. Ele alimenta o processo, na medida em que desvenda as contradições, na medida em que as revela e, portanto, cria nova consciência do mundo. Trata-se de um movimento da geografia engajada nos movimentos, sejam eles sociais agrários ou urbanos. Enfim, movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (SUERTUEGARAY, 2002, p. 94)

A etnometodologia aplicada nas incursões realizadas em bairros não previamente determinados – tendo em vista que tais incursões foram realizadas aleatoriamente sobre o espaço urbano – também serviram fundamentalmente para a correção de hipóteses levantadas previamente. A correção das hipóteses se dava no entrechoque daquilo que se pautava nas pesquisas e trabalhos já realizados sobre o espaço urbano catalano e as percepções oriundas destes expedientes.

Foi no sentido de complementação, revisão e, sendo possível inclusive a negação de concepções antes aceitas, que a pesquisa ganhou importância e potencial ao discutir e (re)pensar um objeto já várias vezes e, por muitos, pesquisado. Com tal compromisso, o olhar geográfico, crítico e bibliograficamente amparado – conduzido agora por uma abordagem mais próxima daqueles que experimentam as contradições socioespaciais –, produziu relatos e constatações sutilmente inovadoras. Nessa direção e entendimento, Malinowski (1976) registra que:

Se um homem embarca em uma expedição decidido a provar certas hipóteses e se mostra incapaz de modificar sem cessar seus pontos de vistas e de abandoná-los em razão de testemunhos, inútil de dizer que seu trabalho não terá valor algum. (Malinowski, 1976, p. 65)

Assim, a inovação – que está longe de ser a preocupação desta pesquisa – não está no objeto de estudo, mas sim no método aplicado nas intervenções de campo. Por isso, vale registrar que todas as inferências e menções registradas no presente trabalho geográfico corresponde às percepções do pesquisador, obtidas nas diversas ambiências visitadas, revisitadas e vivenciadas etnograficamente.

Isto posto, ao falar da riqueza econômica e do fantástico incremento demográfico e da, também, fantástica expansão da malha urbana de Catalão (GO) e, registrar as impressões retiradas de incursões realizadas nos bairros mais afastados, dos quais pode-se citar o bairro Pontal Norte – bairro periférico localizado ao sul da BR-050 – fica evidente a existência de mecanismos claros de segregação do espaço e, que proporcionam o encarecimento da cidade para aqueles que menos recursos possuem.

Torna-se enriquecedor a comprovação de que os conceitos críticos acima apontados, quais sejam, a segregação espacial e o encarecimento da cidade – em virtude da centralização dos serviços e equipamentos públicos urbanos – são de conhecimento dos populares e, participam, inclusive, de suas conversas informais. Na verdade, tais contradições pautam boa parte das discussões ocorridas pelos moradores quando se dedicam a pensarem sobre seu espaço.

Embora outros métodos possam demonstrar essa realidade, o etnográfico faz isso com mais desprendimento e espontaneidade e, assim, possibilita a construção de uma narrativa de autoria quase popular, mas que se vê – pelo esforço do pesquisador – inserida no debate científico referente à realidade e às consequências da expansão de uma malha urbana complexa.

Assim, o esforço do presente capítulo é inserir essa percepção de cunho etnográfico na compreensão das implicações socioespaciais decorrentes do crescimento econômico, demográfico e espacial de Catalão (GO). Passar-se-á, a partir de agora, a organizar e descrever, criticamente, as principais constatações obtidas pelas incursões realizadas aos vários espaços randomicamente visitados/pesquisados.

A opção pela não previsão e determinação dos espaços a serem visitados/pesquisados se deu após experimentar as primeiras incursões e, após perceber que as percepções de uma incursão acabavam por determinar a natureza e a própria localidade da próxima. Portanto, ver-se-á, nos relatos e análise subsequentes, que os temas surgidos das incursões não seguem uma ordem locacional/espacial e, tampouco, uma lógica hierárquica no que se refere à importância ou natureza do problema evidenciado pelos populares.

3.2 Problemas sociais percebidos

As incursões proporcionaram a obtenção de registros variados sobre os problemas urbanos vivenciados por parcela significativa da população de Catalão (GO). A cada lugar visitado, as percepções apontavam para aspectos de natureza social e ambiental, o que redundou na única classificação que se estabelece na sequência deste capítulo para, assim, organizar as contradições experimentadas pelos munícipes.

Como um dos resultados padrões e, por isso, direcionadores, obtidos ao longo das agendas cumpridas em campo, está a constatação de um padrão de desigualdade que se verifica em toda a sociedade brasileira – tomada aqui genericamente. Em cada bairro visitado pode-se notar que os conflitos, problemas e contradições são subprodutos de uma desigualdade posta num âmbito maior. Por isso, Ribeiro (2006), escreve que

há uma conexão estreita entre as características das nossas cidades e o padrão de desigualdades prevalentes na sociedade brasileira, que se dá na vigência dos clássicos mecanismos da acumulação urbana, cujos fundamentos são as

próprias desigualdades cristalizadas na ocupação do solo. Vários estudos já mostraram, com efeito, que a dinâmica urbana da cidade brasileira tem como base a apropriação privada de várias formas de renda urbana. (Ribeiro, 2006, p.2)

Cada bairro, cada porção do espaço geográfico urbano, é ocupado a partir de uma lógica e, como consequência de uma relação de poder. Os interesses privados, somados ao intencional abandono político-estatal destes lugares faz perpetuar condições que se tornam escandalosas quando se estabelece um paralelo entre tais condições e a condição econômica que o espaço urbano em sua totalidade e funcionalidade representam para a economia sub-regional e estadual.

Vê-se que o mecanismo explicitado por Maricato (1997), para descrever a produção e apropriação desigual do espaço urbano na década de 1990 continua, em essência, o mesmo. As mudanças que se pode acrescentar ao esquema lógico desnudado pela referida autora dizem respeito, apenas, à sofisticação dos mecanismos de concentração e consolidação das desigualdades. Maricato (1997), afirma que:

[...] os paradigmas que marcam a sociedade brasileira – profunda desigualdade e exclusão social; cidadania restrita a uma minoria; relações sociais no favor, no clientelismo e, portanto, no privilégio; penetração da esfera pública na esfera privada e vice-versa; atribuição de poder baseada no patrimonialismo; concentração do mercado, da propriedade e do poder; dependência externa – explicitam-se muito claramente na produção e apropriação desigual do espaço urbano dos anos 90. O modo arcaico de governar, concentrando os investimentos nas áreas valorizadas pelo mercado imobiliário e nas áreas de moradias de rendas mais altas, é predominante. (Maricato, 1997, p.53)

Outra questão que se faz bem presente na pesquisa e nos relatos, a seguir, descritos e analisados, refere-se ao clientelismo e patrimonialismo, resultados de concepções políticas atrasadas. Nesse sentido é perceptível que várias ações do poder público sobre a malha urbana da cidade se dão sem projetos sérios, cientificamente ou tecnicamente embasados e/ou discutidos. Tais ações são, não raro, pensadas e implementadas como se o erário e a chamada máquina pública pertencessem aos grupos situacionistas, sendo, também, executadas nos lugares onde a população desfruta da simpatia dos mesmos grupos.

Toda essa situação de flagrante contradição planejada – porque não se pode falar em ausência de planejamento – é resultado dos esforços dos grupos políticos tradicionais que representando os mesmos interesses, se revezam, historicamente no poder. Neste sentido, ao longo da expansão da malha urbana que se deu como resultado do crescimento econômico local

e de seu conseqüente incremento demográfico, as gestões públicas implementadas em cada mandato municipal valeram-se da mesma lógica de proteção dos interesses da mesma elite.

Portanto, vê-se que os problemas ou contradições especificadas na sequência, a partir das incursões etnográficas nos bairros, seguem uma mesma lógica de privilégio e exclusão. Ao privilegiar uma camada social da população – sua elite política e econômica – exclui uma camada mais numericamente robusta e geograficamente mais periférica. Com isto, a cidade rica e pujante se vê convertida em um espaço de contradições intensas.

3.2.1 A raiz dos problemas

Os principais problemas sociais percebidos nas interações etnográficas vivenciadas nos pontos mais diversificados da cidade de Catalão (GO) comprovam a alta concentração de renda e a lógica do privilégio e exclusão já apontada. A natureza dos problemas denuncia o aprofundamento dos mecanismos de promoção e consolidação da desigualdade, uma vez que cada espaço passa a ser visto – na lógica do capitalismo – como um espaço de lucro, seja como espaço promotor, ou espaço ensejador.

Nessa visão que privilegia o lucro e, o lucro concentrado e segmentado para uma porção da sociedade, os espaços periféricos, marcadamente habitados por trabalhadores, passam a receber intervenções estruturais e sociais mínimas, tais como a mínima e, até precária, manutenção da malha asfáltica – o que não se aplica a todas as vias dos bairros – e, a manutenção de poucas unidades escolares. Esses bairros, não ocupados pelas elites, contam com o mínimo necessário e, isso, se dá por decisões políticas pensadas na definição da execução do orçamento municipal pela figura do ordenador das despesas do município e pelo grupo político que o mesmo representa.

A população mostra-se ciente das manipulações do orçamento público, ao questionarem as constantes obras de manutenção da infraestrutura urbana das porções centrais da cidade, frente ao abandono das suas necessidades mínimas. Contudo, percebe-se a incapacidade de mobilização destas no sentido de cobrar uma real e efetiva inclusão dos bairros populares na pauta de execução orçamentária da prefeitura municipal. Soma-se a essa incapacidade de mobilização política por parte dos populares – na maioria dos casos – a inexistência de espaços

e fóruns exigidos por lei, mas fraudados, para se debater a distribuição e priorização do orçamento público municipal.

Os problemas percebidos e vivenciados nos bairros mais populares, isto é, destinados e ocupados predominantemente pela grande parcela trabalhadora da população, não são contemplados ou, até mesmo pautados nos expedientes de gestão. Isso acontece porque tais cidadãos são alijados do processo de planejamento, na medida em que os moradores de tais bairros não são convidados ou permitidos, no debate e no recolhimento de proposituras.

Deste modo, um planejamento integrado, que considere a participação da sociedade civil organizada é, não apenas desprezado e vetado pelas autoridades municipais locais, em flagrante descumprimento do ordenamento jurídico brasileiro aplicado à matéria, mas, também, descaracterizado perante à opinião pública. Essa descaracterização, que permite e explica a não qualificação desta omissão do poder público como falta legal grave pelo Ministério Público, por exemplo, acontece a partir da construção de audiências públicas e expedientes assemelhados, realizados para mero cumprimento formal.

Com esta manobra, que ainda carece de tipificação clara no ordenamento jurídico aplicado à administração pública municipal, é responsável direta pelo maior desserviço e desestímulo frente à participação popular como integrante essencial e estratégica no debate do planejamento urbano. Versando sobre a importância desta participação, Souza (1994) registra que:

A Sociedade Civil organizada, os movimentos populares, devem autonomamente elaborar, na medida do possível, (contra) propostas de planejamento. Tais propostas podem ser coadjuvantes dos esforços oriundos das próprias administrações progressistas, ou podem mesmo, dialeticamente, calibrá-los, reafirmando a independência dos movimentos sociais perante o Estado ou o(s) partido (s) (SOUZA, 1994, p. 134)

Portanto, a incapacidade de mobilização e participação popular concernente à discussão e formulação de proposituras sobre temas e problemas que se relacionam diretamente à qualidade de vida urbana, é mantida e incentivada a partir de uma gama de esforços de elementos ligados às elites locais. Vale ressaltar que essa prática não é nova e, nem pertence a um único segmento ideológico do espectro da direita que se reveza no poder municipal de Catalão (GO).

A própria formulação do Plano Diretor no ano de 2004 e sua revisão, no ano de 2016 cumpriu a formalidade estética preconizada, contudo não participou e envolveu – de forma

ampla e democrática – os seguimentos mais interessados na discussão de mudanças da lógica e do planejamento urbano em Catalão (GO). Tal afirmação foi, inclusive, apresentada por muitos cidadãos no momento em que uma provocativa pertinente ao tema era salientada.

3.2.2 Crise da representação política

A crise da representação política tem sido caracterizada como um fenômeno mundial, colocando em dúvida a legitimidade dos partidos políticos, enquanto agentes de representação de interesses, em corresponder efetivamente às demandas societárias. (VIANA, 2015)

Recorrendo à explicação dada em artigo publicado no site do Estadão, pelo professor João Paulo Viana – do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia –, a crise de representatividade consiste na dúvida concernente à legitimidade dos partidos de representarem e corresponderem às demandas apresentadas pela sociedade. Tal crise revela a verdade do jogo político cujas regras se assentam na lógica da mera manutenção do poder do partido no governo.

Verificou-se que uma constante presente em todas as incursões de campo na cidade de Catalão(GO) – pelo viés do método etnográfico, conforme já dito –, sem dúvida nenhuma, a mais perceptível mas não pelo fato de estar concentrada em uma dada localidade e, daí, marca-la em suas dinâmicas – mas por ser, de fato, uma constante diluída e percebida em todos os espaços percorridos, experienciados e observados – foi a denúncia da falta de representação política sentida pela população de menor poder aquisitivo.

Assim, não com os contornos da crítica política sistematizada, mas com a vivacidade das falas populares, a existência de interesses políticos mais fortes e influentes do que aqueles apontados pela própria legalidade do regime democrático do Estado de Direito, foram expostos. Os populares, quando questionados ou provocados a pensarem sobre os motivos dos problemas por eles apontados e as dificuldades relacionadas ao necessário enfrentamento dos mesmos, sempre expressavam o conhecimento de que interesses mais influentes que os da população promoviam a inércia do poder público.

A relevância de obras ou serviços públicos para determinado contingente populacional – circunscrito em um bairro ou loteamento mais periférico – era, na visão dos próprios moradores destes locais reduzidos à irrelevância por aqueles que não experimentam no dia a dia o peso destas demandas. Somado a isso tem o fato, também percebido pelos próprios

moradores, de que os interesses perseguidos pelos representantes políticos eram aqueles que iam ao encontro de suas próprias necessidades eleitoreiras, jamais cessadas, nem mesmo com o fim do pleito eleitoral.

Essa constante – a da crise da representação política – ganha importância e status de um grave problema percebido no espaço urbano de Catalão (GO) pelo fato óbvio de explicar a distância entre poder econômico do município e suas tantas demandas urbanas. Não se trata de um problema que seja marca ou característica exclusiva de Catalão (GO), mas é tomado nesta pesquisa, por constatação, como um elemento gerador de vários problemas sentidos pelos populares da cidade e, quando não apenas gerador, também, dificultador, ao criar empecilhos para as ações necessárias às intervenções esperadas.

De janeiro de 2001 a dezembro de 2012 a cidade de Catalão (GO) foi governada pelo mesmo grupo político, ciclo rompido pelo ínterim de apenas um mandato que se encerra em dezembro de 2016. Após este interlúdio o mesmo grupo político que governou Catalão (GO) na primeira década deste século retorna ao poder municipal. Ao analisarmos a administração pública ao longo destas duas décadas quase completas, percebe-se que – embora possa se registrar importantes diferenças na condução do poder público municipal – pouco foi feito no sentido de reduzir os problemas mais inquietantes e presentes no espaço de vivência dos mais pobres.

A lógica de pensar a cidade a partir do isolamento do gabinete político e da visão de grupos sempre ligados às elites locais tradicionais marcou negativamente a construção de uma cidade que cresceu, firmou-se como uma das mais importantes do Centro-Oeste brasileiro, mas fez-se injusta. O tornar-se injusta sustenta-se no fato de que nestas primeiras décadas do século 21, a cidade experimentou um crescimento econômico importante, conduzido por dois setores bastante pujantes, a saber, o industrial e o terciário, o que não correspondeu a um proporcional aumento na qualidade de vida de todos os catalanos.

Se se considerar a frieza das médias matemáticas, ter-se-ão médias que mostram uma situação melhor do que a percebida na maioria dos municípios brasileiros do mesmo porte que o de Catalão (GO). Mas, se analisar as disparidades internas presentes da malha urbana da cidade percebe-se que a experiência urbana das populações dispersas nos bairros populares de Catalão (GO) é bem distinta e, bem mais limitada, que a experiência urbana das populações dos bairros mais antigos, que correspondem a uma população mais estabilizada economicamente.

Os bairros mais antigos, portanto, mais centralizados ou com melhores infraestruturas de equipamentos e serviços públicos correspondem, também, aos bairros cuja população apresenta uma leve vantagem econômica. Dentre os bairros citados podemos apontar, para efeito de localização, os bairros Nossa Senhora de Fátima, Santa Terezinha, São João, Vila Chaud, Ipanema, Setor Universitário, Pio Gomes, Vila Liberdade, etc. Em tais bairros a população ainda encontra melhor qualidade de vida urbana.

Em áreas como o Loteamento Jardim Paineiras, Setor Aeroporto, Vila Maria, Pontal Norte, Castelo Branco II, Marcone, Maria Amélia e Alvino Albino, por exemplo, a situação experimentada pela população é bem diferente daquela dos bairros citados acima. É importante ressaltar, a esta altura, que os dois conjuntos de loteamentos e bairros aqui apresentados correspondem a lugares de moradia da parcela predominante da população pobre de Catalão (GO), com uma pequena melhora socioeconômica para o primeiro grupo listado.

As ações e obras públicas pensadas e implantadas pelo poder público em favor das populações dos bairros do segundo grupo – mais afastados do centro e, com uma maior presença de pessoas de baixa renda – são em número bem menor do que as pensadas e implantadas nos bairros do primeiro grupo. Ressaltando-se, também, que as obras e serviços públicos presentes nos bairros do primeiro grupo não podem ser contadas como plenamente suficientes em número e qualidade e, ainda, que os bairros mais centrais ou caracteristicamente ocupados por famílias ricas são os que mais infraestrutura apresentam.

Essa absurda alternância de lógica de atendimento da demanda fortalece a tese da crise da representação política, principalmente quando se considera a representação política a partir do seu primeiro postulado, qual seja, o do apelo demográfico e democrático. Complementa-se o raciocínio aqui desenvolvido com a capacidade – e ao mesmo tempo obrigatoriedade – do atual Estado de Direito de atender às necessidades das populações mais vulneráveis.

Com isso, a distância qualitativa entre os bairros de Catalão (GO) – o que se nota nas análises que se seguem a essa – origina-se dessa crise de representatividade política onde os grupos políticos à frente da Prefeitura Municipal sempre optaram por um governo em desfavor das camadas populares mais pobres e, em flagrante favorecimento aos interesses dos mais ricos. A representatividade política em Catalão (GO) desconsiderou e, ainda desconsidera, a realidade urbana dos mais pobres, o que contribui por produzir uma realidade onde se tem uma cidade que se destaca pelo seu grande crescimento econômico e demográfico e, pela manutenção de questões sociais e políticas incompatíveis com sua própria grandeza.

Os antagonismos presentes em Catalão (GO) são típicos da lógica do sistema de produção capitalista, onde os extremos são bem definidos. Há, portanto, o espaço do rico e o espaço do pobre e, pensando a partir da perspectiva lefebvriana da produção do espaço o espaço passa a constituir-se, também, como um produto de consumo coletivo e, de consumo segmentado. Neste espaço as desigualdades não aparecem como problemas resultantes da falta de planejamento, mas como reflexo de um planejamento pensado a partir da lógica de um sistema que produz para ricos e para pobres, isto é, que considera a oferta conforme o poder de compra observado na população demandante.

Sobre essa questão, Gottienner (1993), discutindo sobre a contribuição de Lefebvre, esclarece que o espaço não é apenas constituinte da força produtiva, mas está, também, na condição de produto. Nessa acepção o espaço passa a ser ocupado, destinado e valorizado – a partir da implantação de uma dada infraestrutura – considerando a classe social que o tem como propriedade.

“o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, constitui também um produto dessas mesmas relações. Lefebvre observa que, além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo do espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo” (GOTTDIENER, 1993, p. 129)

Assim, todos os ordenamentos, reordenamentos, funcionalidades e tratamentos arquitetônicos e estéticos aplicados ao espaço urbano seguem a logicidade capitalista aplicada ao espaço. Isso explica não apenas a concentração de espaços destinados a classes sociais distintas formando guetos urbanos, mas, também, a centralização de alguns serviços a princípio mais específicos para o atendimento das camadas populares mais pobres.

Portanto, essa realidade não representa uma falta de planejamento e, tampouco, uma falta de lógica no planejamento do espaço urbano. Até pela impossibilidade de existir um planejamento que não se assente em uma lógica, já pode-se inferir que as desigualdades existentes no espaço urbano de Catalão (GO), ao longo de toda a sua malha urbana, são produtos de um planejamento bem assentado em uma lógica mercadológica e política que há muito persiste.

Isso permite considerar como correta a constatação de que a distância entre o perfil econômico de Catalão (GO) e os vários problemas percebidos nas ruas e vivências da cidade originam-se de uma crise de representatividade política agravada pela lógica assumida pelas elites que se alternam no poder. Muito embora seja possível perceber sensíveis diferenças entre

um grupo e outro, a lógica seguida por todos constitui-se naquela firmada nos pressupostos da estabilização social e na manutenção dos privilégios dos mais ricos em detrimento absoluto das demandas apresentadas pelos mais pobres.

Na sequência mostrar-se-á as principais percepções registradas após um período de incursões em diversos bairros de Catalão (GO) valendo-se da técnica de etnografia de rua. Dos registros abaixo, não apontados por nenhuma forma ou tentativa de hierarquização – tendo em vista que as percepções são subjetivas e livres e, por isso, não podem ser classificadas a partir de critérios de mais ou menos relevantes – ter-se-á a percepção de realidades que comprovam os vários problemas que revelam o descompasso entre crescimento econômico e contradições sociais de um mesmo espaço urbano.

Segundo ECKERT e ROCHA (2003) a observação do espaço urbano a partir da etnografia possibilita compreender as origens das paisagens urbanas. Registra-se que nesta pesquisa a categoria paisagem é tomada em seu sentido pleno, isto é, como não representando imagens estáticas, mas imagens que atuam como testemunhos históricos e que podem ser vistas como camadas; significando, ainda, os sons, cheiros, dinâmicas e interpretações dos diversos signos que a compõem. Para ECKERT e ROCHA (2003):

Através da técnica da etnografia de rua, pode-se argumentar, o antropólogo observa a cidade como objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos, urdidos numa trama de ações cotidianas. Percorrer as paisagens que conformam um território, seguir os itinerários dos habitantes, reconhecer os trajetos, interrogar-se sobre os espaços evitados é evocar as origens do próprio movimento temporal desta paisagem urbana no espaço. (ECKERT e ROCHA, 2003, p. 107)

Portanto, na medida em que as incursões etnográficas eram feitas, os registros foram gerados conforme as percepções oriundas das observações e escutas sobre as diversas paisagens e suas dinâmicas sociais. A vivência etnográfica, que foi sendo construída na própria interação e, sem um itinerário fixo determinado, foi suficiente e profícua para produzir relatos que possibilitam reflexões que ajudam na compreensão da complexidade inerente à produção e reprodução de um espaço urbano complexo como o de Catalão (GO).

3.2.3 Iniciando no Bairro Pontal Norte

Iniciando no bairro Pontal Norte, localizado ao sul da margem da BR-050 e, de predomínio demográfico caracterizado por pessoas de baixa renda, as incursões revelaram demandas gerais por equipamentos de saúde, lazer e educação e, ainda, por mais segurança pública. Contudo, no momento destas incursões a inquietação mais recorrente era referente à não participação da população na definição dos novos traçados de acesso ao bairro em decorrência da obra de duplicação da BR-050.

A população queixava-se por não ter canais permanentes e efetivos de consulta e participação para a apresentação de suas demandas. Esta queixa foi sentida em todos os pontos de observação etnográfica e revelava – na visão dos próprios moradores – um abandono histórico dos representantes públicos em relação ao bairro. Um exemplo dessa queixa foi a manifestação dos moradores do Bairro Pontal Norte, diante da principal consequência vinculada à da duplicação da BR-050.

De acordo com o projeto apresentado pela Concessionária responsável pela duplicação da BR-050, a MGO Rodovias, a principal entrada para o Bairro Pontal Norte será desativada e o acesso ao bairro será desviado para o Bairro Castelo Branco II. Muito mais do que significar um desvio de dois quilômetros de distância – quando comparado à saída atual – terminará por isolar o Bairro Pontal Norte do restante da cidade.

Conforme relatos, esta foi a única temática que mobilizou – de forma política e organizada – uma parcela da população em ato público contra o fechamento do acesso principal para o Bairro. A solicitação, comunicada pela manifestação, cobrava a construção de um viaduto no cruzamento das avenidas L-1 e avenida Luis R. Horta com a BR-050, como forma de não isolar, geograficamente, o Bairro Pontal Norte, do resto da cidade.

Conforme percebido no bairro – nos dias de pesquisa etnográfica – a questão relacionada com o isolamento geográfico do bairro era visto e entendido pela população local como a consolidação de um isolamento político sentido já a bastante tempo. A ausência de um pronunciamento das autoridades públicas, que mostrasse de forma clara e convincente o traçado das obras da duplicação da BR-050 e, sua implicação com relação ao atual acesso ao bairro, já sinaliza o denunciado isolamento político.

Figura 02: Localização da entrada principal do Bairro Pontal Norte



Fonte: Google Earth
Organizador: VIANA, M.G., 2019.

Foto 01: Manifestação pela construção de um viaduto no Trevo do Pontal Norte



Fonte: Blog Zap Catalão

Foto 02: Manifestação pela construção de um viaduto no Trevo do Pontal Norte



Fonte: Blog Zap Catalão

Nas imagens acima e, nas incursões a campo, foi possível perceber a insatisfação dos populares com o anunciado isolamento do bairro. Os populares manifestavam verdadeira indignação pela ausência do poder público nas negociações com a concessionária MGO Rodovias e, pelo pronto consentimento deste poder com a fechamento da referida entrada o que, na visão dos populares significa o expurgo do bairro com referência ao restante da cidade.

A ausência do poder público, também, na manifestação foi vista como um sinal de que aquele era um problema exclusivo dos moradores, o que os fez levar a tese de isolamento a um nível semântico que ultrapassou a questão geográfica e adentrou à esfera política e representacional. Os moradores apresentavam forte descontentamento ao relatarem que o bairro é sempre esquecido e, isso, por todas as gestões que assumiram o Palácio Pirapitinga – sede do poder público municipal.

Nas ruas do Bairro Pontal Norte é comum se ouvir reclamações com relação aos serviços de saúde, relacionados principalmente à saúde da gestante e da criança, tendo em vista que tais serviços são centralizados. Os relatos sobre a segurança pública não são tão significativos e, nem colocam o bairro em destaque nesta pauta, mas a área da saúde, da infraestrutura urbana – no que tange aos equipamentos públicos de lazer – e da educação básica, são recorrentes nas observações realizadas.

Somado às observações acima descritas, a poluição e o mau cheiro originado do terminal da CMOC faz com que a qualidade de vida do referido bairro fica aquém do esperado quando se considera o desenvolvimento econômico experimentado pelo município de Catalão (GO) nas últimas quatro décadas, pelo menos. Assim, esse descompasso evidenciado pelos populares moradores do Bairro Pontal Norte, surge como elemento que aponta – na visão dos mesmos – um uso meramente eleitoral uma vez que se cobra, como já indicado, uma posição dos agentes públicos eleitos.

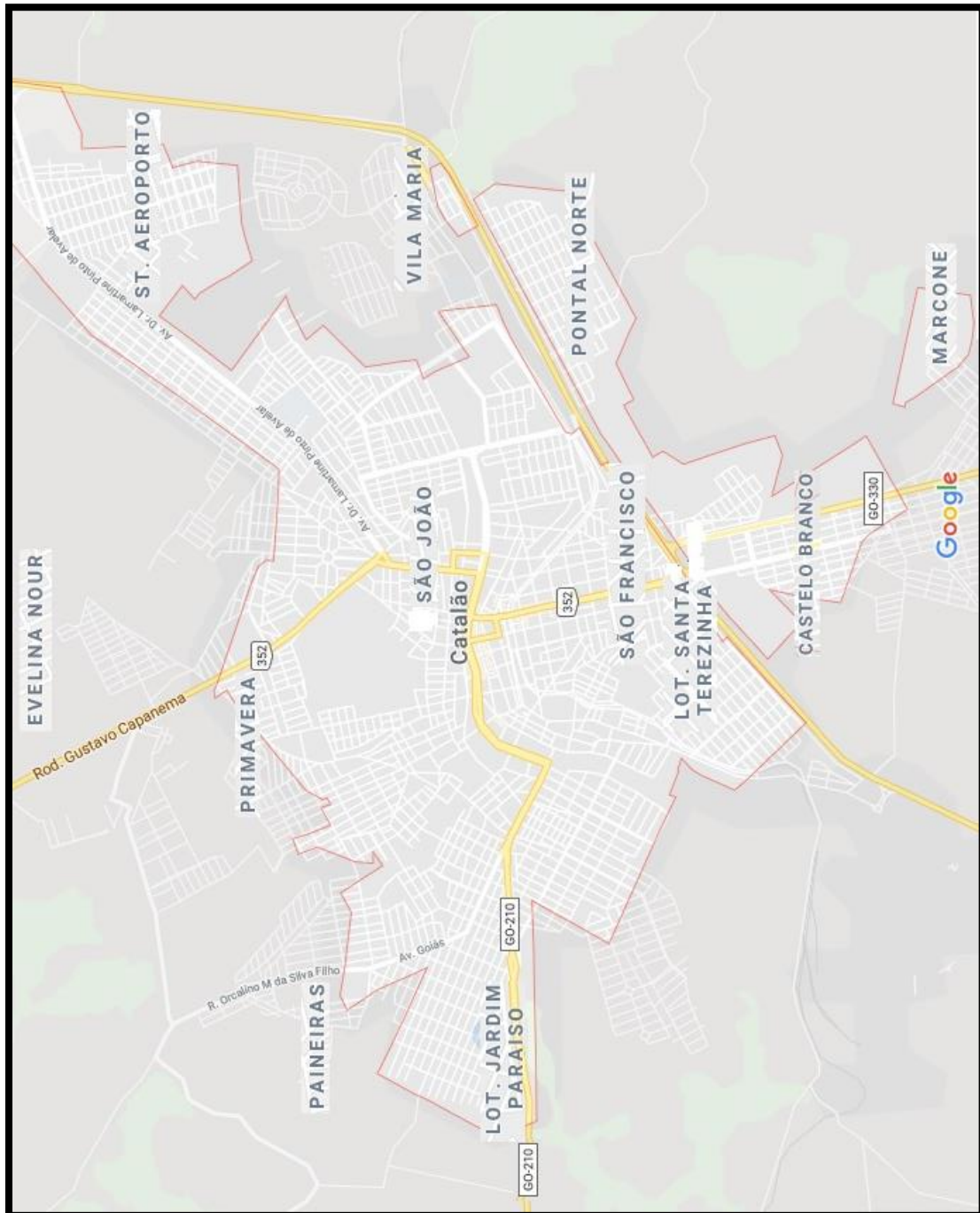
A possibilidade de isolamento do Bairro Pontal Norte – como consequência da obra de duplicação da BR-050 – revela ainda um sentimento de desprestígio sentido pelos moradores locais. Segundo pôde se perceber nas idas e caminhadas etnográficas pelo bairro, a constatação do sentimento do fato de ser um bairro de trabalhadores assalariados de baixa renda explicaria a barreira entre as demandas sempre reivindicadas pela população local e o descaso feito pelo poder público.

3.2.4 Incursões etnográficas em outras áreas periféricas de expansão recente

Nos bairros Setor Aeroporto, Vila Maria, Loteamento Marcone, Primavera, Jardim Paraíso, Paineiras e Evelina Nour – caracteristicamente localizados na periferia geográfica da malha urbana de Catalão (GO) – as incisões indicaram uma série de fatores apontados pela população. Dentre os fatores mais percebidos e, portanto, que mais inquietam tais populações foram: segurança pública, saúde, escolas, transporte coletivo, iluminação pública, limpeza urbana, mau cheiro – conhecido como cheiro de barata e de origem cuja suspeição aponta para as atividades mineradoras.

Os bairros acima identificados se caracterizam, também, por representarem uma área de expansão mais recente da malha urbana de Catalão (GO) e, abrigarem, em sua quase totalidade, uma parcela demográfica composta, majoritariamente, por trabalhadores de baixa renda. Assim, as percepções registradas nos bairros em questão evidenciam um distanciamento de importantes serviços públicos urbanos da parcela demográfica que mais apresenta demanda pelos mesmos. Soma-se a esta primeira constatação a comprovação de que a expansão da malha urbana não acompanha uma expansão dos recursos urbanos necessários a uma qualidade de vida esperada.

FIGURA 03 – BAIRROS EM QUE SE REALIZARAM AS INCURSÕES ETNOGRÁFICAS⁴



Elaborado por: VIANA, M.G., 2019

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-18.1640772,-47.9762634,15z>

A questão da segurança pública foi apontada, como problemática, em todos os bairros alvos da pesquisa. A queixa apresentada pelos moradores não se restringia ao policiamento ostensivo que apontaram como sendo insuficiente – se comparado ao mesmo serviço observado

⁴ Figura cartográfica elaborada a partir do site <https://www.google.com.br/maps/@-18.1640772,-47.9762634,15z>

no centro da cidade ou em bairro mais centrais, conforme observação feita pelos moradores —, mas, também, aos problemas relacionados à precária ou inexistente iluminação pública e a lotes baldios cobertos por matagais.

A sensação de insegurança pública promove alterações que seguem um padrão que se mostra cada vez mais frequente e, revela uma outra forma de classificação social. Uma classificação não tão expressiva, mas reveladora. Percebe-se a existência em número cada vez maior de residências com cercas elétricas, concertinas e monitoramento remoto de segurança. Tal tendência revela, ainda, o descrédito de parte dos populares com relação à reação dos serviços públicos de segurança frente à crescente de roubos em domicílios, fato este apontado pelos populares como algo bastante recorrente.

Para alguns populares a crescente divulgação do crescimento econômico de Catalão (GO) atraiu um alto contingente de pessoas em busca de empregos formais e, outras, em busca da exploração de atividades relacionadas ao crime. Em razão da última crise econômica, mais visível e sentida a partir de fins de 2015, uma parcela significativa de pessoas perde o emprego, tornando-se mais desprotegida frente às ações e assédios de grupos criminosos.

A ausência do Estado (poder municipal, estadual e federal) no sentido de não aumentar o contingente de policiais para coibir a ação de bandidos e, principalmente de não promover a formação e uma nova integração destes jovens e pais de família vítimas de situação de desemprego corrobora, por omissão, para a continuidade e intensificação dos problemas relacionados à segurança pública.

Esta situação é vista e apontada pelos moradores como resultado de um desprivilegio dos poderes públicos constituídos para com os bairros mais afastados e, de menor visibilidade imobiliária, menor concentração de renda e menor poder de influência política. Tal constatação reforça, mais uma vez, a tese da crise de representatividade política apontada, também, pelos moradores do bairro Pontal Norte.

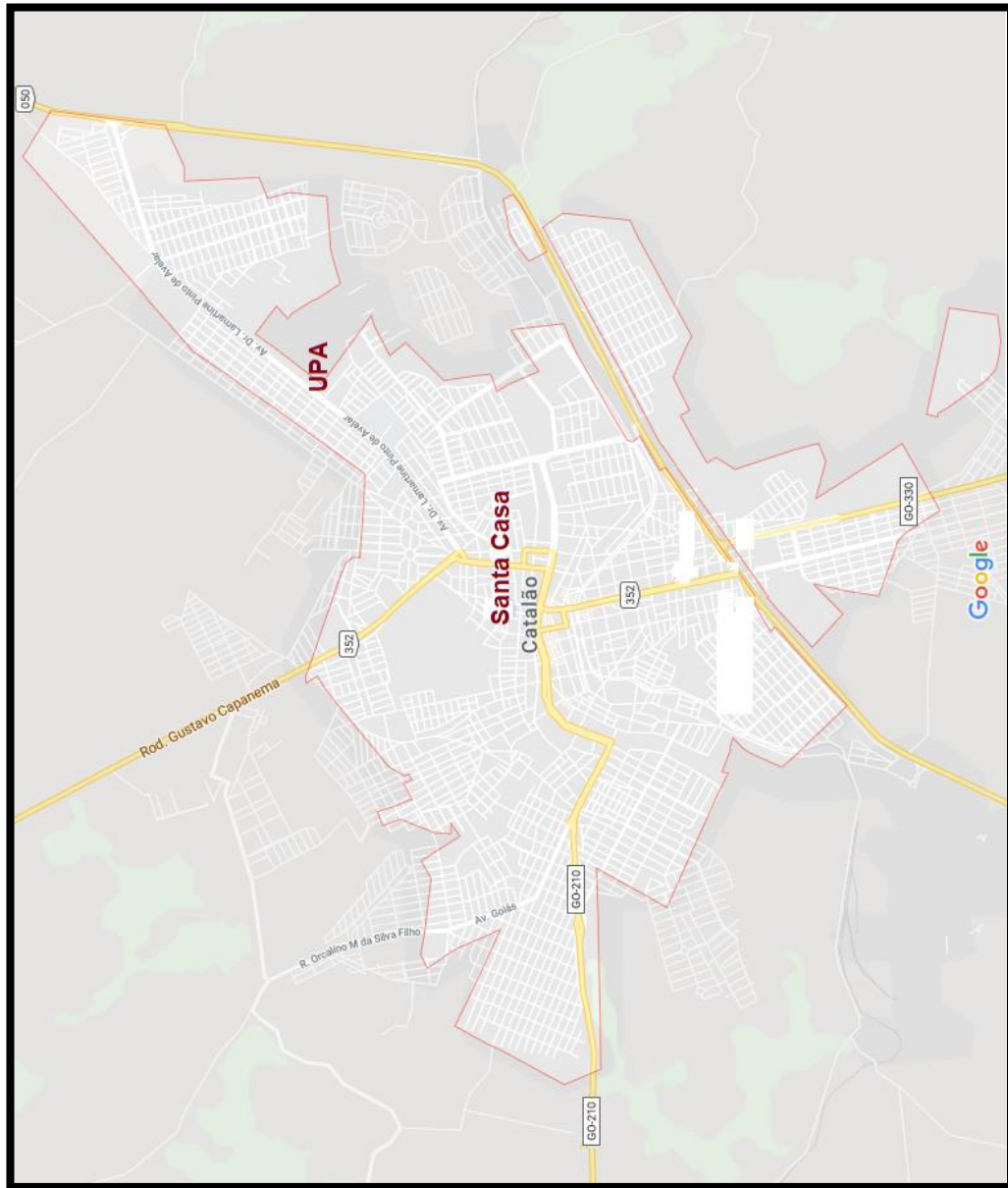
As dificuldades enfrentadas pela população de baixa renda, ao recorrerem aos serviços da rede pública municipal de saúde, também comparecem em todos os bairros pesquisados. A Unidade de Pronto Atendimento (UPA), localizada no Bairro Ipanema e a Santa Casa de Misericórdia de Catalão, são as únicas unidades que atuam com atendimentos mais complexos de emergência pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que além de atenderem toda a população de Catalão (GO), atendem as demandas de toda a microrregião de Catalão (GO).

Relatos evidenciam um verdadeiro caos na saúde pública em Catalão (GO), e um completo desrespeito à população mais carente. A marcação de exames mais complexos ou cirurgias eletivas, são fatos cada vez mais raros na cidade que se destaca por registrar um dos mais espetaculares índices de desenvolvimento econômico e, figurar entre as mais atrativas do Estado de Goiás.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) distribuídas em alguns bairros, funcionam com poucos profissionais e, voltadas apenas para a promoção de consultas de caráter clínico e, como postos de vacinação e solicitação/encaminhamento para exames. Todos os casos mais complexos, como já apontado, recorrem diretamente à UPA e ao Pronto Socorro da Santa Casa.

Somado a este quadro de crise por déficit de serviços públicos de saúde, a gestão municipal atual reduziu o atendimento na UPA sobrecarregando, ainda mais, o Pronto Socorro da Santa Casa. Na opinião dos moradores – conforme percebido nas incursões – tal concentração, seguida de uma redução do potencial de atendimentos já tido como baixo, tem promovido o agravamento dos problemas de saúde daqueles que mais precisam da presença e contrapartida dos serviços públicos ofertados pelo Estado.

Figura 04 – FIGURA COM A LOCALIZAÇÃO DA UPA E SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE CATALÃO(GO)⁵



Elaborado por: VIANA, M.G., 2019

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-18.1640772,-47.9762634,15z>

Verificou-se, ainda, na etnografia de rua, realizada nos bairros destacados, que a oferta de vagas nas escolas públicas – próximas aos bairros e em número suficiente – era outra evidência de um espaço urbano que se expandiu imprimindo muitas desigualdades. Os moradores dos bairros pesquisados apresentaram a distância de suas localidades em relação às escolas de educação básica – predominantemente centralizadas – e a

⁵ Figura cartográfica elaborada a partir do site <https://www.google.com.br/maps/@-18.1640772,-47.9762634,15z>

pouca oferta de vagas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs), como obstáculo à formação dos adolescente e jovens e à manutenção dos empregos, principalmente das mães que não encontram vagas para suas crianças.

Relatos sobre crianças que não conseguiram vagas para as turmas de jardim I e II e, por isso, ficam em casa sob a custódia de irmãos mais velhos ou, ainda, sob os cuidados das mães que tiveram que abandonar os empregos, foram muito comuns. Muitas mães disseram ter recorrido à intermediação de vereadores, recebendo, conforme disseram, pouca ajuda e muita exposição, com finalidades que tipificaram como eleitoreiras. Nesta mesma temática a revolta dos moradores com relação à falta de fiscalização por parte dos vereadores e de outras autoridades foi significativa.

A dificuldade de acesso às escolas que ofertam cursos profissionalizantes como a unidade Senai, o Itego Labibe Fayad e o Itego Agnaldo de Campos Netto foi ressaltada por muitos que entendem – acertadamente – ser dever do Estado não apenas proporcionar vagas em cursos profissionalizantes, mas possibilitar que a parcela mais carente tenha condições garantidas de deslocamento até tais unidades de formação profissional.

Críticas ao patrocínio da Prefeitura de Catalão (GO) ao Clube Recreativo Atlético Catalano (CRAC) foram ouvidas em vários lugares. Moradores mostraram-se contrários aos constantes patrocínios ao CRAC, sempre realizado à revelia de uma consulta pública e sinalizaram ser mais coerente o direcionamento desta verba para a contratação de ônibus a serem utilizados no deslocamento de estudantes para as escolas de cursos profissionalizantes e, para o fomento de novas vagas para as CEMEIs. Percebeu-se, portanto, o interesse dos moradores em participar da gestão dos recursos públicos, alocando-os conforme as reais necessidades sentidas por eles.

Ainda na temática educação foi apontado a existência de uma escola cujas obras estão paralisadas. Os moradores do bairro Paineiras que a creche padrão PNDE, em construção no bairro Jardim Europa, bairro limítrofe ao supracitado teve suas obras abandonadas. Mais uma vez questionou-se a definição de prioridades no ordenamento dos recursos públicos, tendo em vista o descumprimento flagrante – da prefeitura – no que se refere a um direito constitucional.

Foto 03: Vista da Creche padrão PNDE do Bairro Jardim Europa – obra inacabada



Fonte: <https://www.facebook.com/marcelo.mendonca.967>

Em relação ao transporte público a insatisfação também foi observada em todos os pontos de incursão. As principais queixas se concentravam no valor da passagem e na demora entre uma viagem e outra; itinerários de grande percurso e amplas regiões urbanas desassistidas pelas linhas do transporte público urbano formaram a agenda das principais reclamações apontadas pelos usuários.

A realidade do usuário de transporte público urbano em Catalão (GO) foi apontada por muitos como sendo outra questão capaz de interferir na empregabilidade dos moradores dos bairros mais afastados, uma vez que os constantes atrasos e, a impossibilidade de cumprir com o horário de almoço, provocava alto índice de absenteísmo e dificuldade de cumprimento integral do horário de trabalho.

Outra situação levantada pelos usuários do sistema de transporte público foi a exposição dos moradores dos bairros periféricos às intempéries climáticas e ao sol uma vez que nestes bairros as casinhas de proteção e abrigo – normalmente implantadas nos pontos – são inexistentes ou insuficientes. Muitos relataram que nos meses chuvosos além da dificuldade enfrentada pelo deslocamento normal da casa até o ponto, há a dificuldade de esperar por mais

de uma hora em pontos sem abrigos ou em tamanho inadequado para a demanda apresentada pela população do bairro.

Mais uma vez as reclamações eram feitas e muitas delas veiculadas pelas emissoras de Rádios em Catalão (GO) e, levadas ao conhecimento de representantes do setor político, contudo, sem que se produzisse uma resposta favorável às demandas apresentadas. As justificativas apresentadas eram sempre vazias e apoiadas na menção de avaliações técnicas realizadas pela própria empresa prestadora do serviço. Sendo assim, o envolvimento do poder público local, também no papel de fiscalizador dessa concessão de serviços de transporte público urbano, nunca foi efetivamente notado.

Todas as observações acima foram constatadas através das incursões etnográficas de rua e, compiladas para efeito desta pesquisa. Outras observações foram feitas, todavia as que mais se repetiram foram assimiladas e constituíram a urdidura da presente trama, com vista a expor as principais contradições percebidas e vivenciadas pela população. A cada etapa da presente compilação, ficava, progressivamente mais claro o cenário de descompasso entre o desempenho econômico do município de Catalão (GO) e suas complexidades.

Para os moradores, a existência de horários definidos para cada itinerário – amplamente divulgados pela empresa – não garante seu cumprimento, mas apenas fortalece a cultura do desrespeito. Apenas os primeiros horários são cumpridos, os demais sofrem atrasos significativos e não permitem um deslocamento com previsibilidade e qualidade para o usuário, originando desta imprevisibilidade uma série de problemas que afetam diretamente trabalhadores e estudantes das áreas mais periféricas da cidade.

A opção pelo transporte alternativo oferecido pelas empresas de moto-táxi não é uma alternativa uma vez que o valor cobrado não se adequa ao orçamento dos trabalhadores e estudantes. Assim, a única via é a constante tentativa no sentido de conseguir a disponibilização de um maior número em circulação e melhores condições na infraestrutura dos pontos de embarque.

Foi percebido que a disposição em dialogar com a empresa e a Prefeitura para que os problemas do transporte público fossem superados é constante, porém, a falta de organicidade impede que os usuários tenham êxito na formulação de propostas e, inclusive, na construção de uma pauta que envolva representantes da empresa, das várias esferas do poder público e, dos usuários/moradores. Há, também, o receio de que haja exposição política dos indivíduos.

Assim, os problemas relacionados ao transporte público urbano continuam sem resolução e, com pouca ou nenhuma previsibilidade de quando uma melhoria qualitativa e significativa possa ser concretizada neste setor. Os únicos atingidos e, portanto, prejudicados nesta questão continua sendo os moradores dos bairros mais afastados que necessitam deste serviço público para se deslocarem de suas casas para o trabalho e do trabalho para suas casas.

Ao longo das vivências etnográficas pelas ruas da cidade de Catalão (GO) foi possível, também, observar que há um caos na iluminação pública, obviamente, dos bairros mais afastados. Notou-se que muitas ruas estão às escuras e, que esta condição de descumprimento de uma obrigação básica da administração pública, compromete a questão da segurança pública, ampliando, exponencialmente, a ocorrência de ilícitos nos bairros e, a sensação de insegurança nos bairros.

Os moradores apontaram uma dinâmica de vivência e interação no bairro que, aparentemente, respeita um toque de recolher psicológico, imposto pela sensação de insegurança. Em vários estabelecimentos visitados, foi possível perceber a pressa em terminar os atendimentos e fechar o estabelecimento em virtude do avançar da noite. Trata-se de estabelecimentos de pequeno porte que atendem à comunidade local e, portanto, não contam com a mesma visibilidade e poder de pressão dos grandes estabelecimentos comerciais.

A observação de que a desatenção do poder público com relação à situação da segurança pública dos bairros afastados está intimamente relacionada com o porte das empresas instaladas nestes bairros foi apontada, não apenas pelos proprietários, mas, inclusive, pelos clientes destas empresas. Para os populares, observados em suas considerações, o poder público deixou de cuidar da população para tutelar as atividades mais lucrativas do município.

Ainda neste mesmo esforço de compreender as distâncias da cidade rica e desenvolvida, com relação à cidade desassistida pelo poder público, surge a crítica em relação aos serviços de limpeza urbana – claramente funcionais nas regiões mais centrais da cidade e disfuncional ou inexistente nos bairros afastados. Estes bairros mais afastados são de menor importância arrecadadora para os cofres municipais. Contudo, esta condição não justifica a fraca incidência das ações da prefeitura, uma vez que na lógica administrativa e orçamentária, não há a regionalização ou divisão dos recursos arrecadados em um município.

A receita municipal, em toda a sua diversidade – IPTU, ISSQN, taxas, transferências (FPM, ICMS, etc.) e outras receitas – é convertida em orçamento público, destinado às despesas

públicas, isto é, ao atendimento das prioridades de investimento. Excetuando as denominadas receitas carimbadas, isto é, aquelas com destinação reservada e com garantia mínima estipulada por lei federal, a outra fatia das receitas públicas são de livre ordenação.

Neste sentido, os recursos arrecadados pelo município passam a compor o erário público municipal que deve ou, pelo menos deveriam, serem alocados para as áreas e setores mais necessários. Tendo em vista, também, que o critério de necessidade deve ser, a princípio, o critério social. Desta forma, as áreas de maior vulnerabilidade social deveriam ser prioritárias na definição dos recursos públicos a serem destinados às demandas apontadas.

Não obstante ao que se estabelece – nos textos legais relativos à hierarquização das ações orçamentárias de um município – nos bairros visitados e analisados, o que se percebeu foi a constatação do “esquecimento” intencional do poder público local. Embora, pontualmente, as críticas e problemas apresentados pela população foram as mais variadas possíveis – dada a condição de verdadeiro abandono. O resumo das percepções apresentadas nestas páginas prova a existência de uma lógica segregacionista presente na execução de um planejamento urbano.

A falta de uma agenda que se pautasse por um orçamento participativo reduz a zero, a possibilidade de contribuição e reivindicação dos moradores no estabelecimento de prioridades ao orçamento público. Inúmeros populares, mesmo desconhecendo o conceito jurídico e as nuances do orçamento participativo, reivindicavam exatamente a instalação desta cultura. A percepção de que as diversas e importantes pautas explícitas nos bairros mais afastados não serão, espontaneamente, apontadas e debatidas pelos gestores municipais e demais representantes do poder público era evidente não apenas para a pesquisa, mas, também, para os populares.

Muitos populares reivindicavam, nas suas conversas informais, o direito de apresentarem e pleitear a ação do governo municipal nas áreas que estes percebiam – pela vivência cotidiana – como sendo as mais importantes. Havia, portanto, uma menção indireta ao conceito de orçamento participativo definido por Souza (2016) como sendo,

[...] uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população (de um município ou mesmo de unidades territoriais administrativas supralocais) participar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos públicos. (SOUZA, 2016, p. 344)

Em todos os momentos de observação etnográfica desta pesquisa, a reivindicação de um orçamento participativo comparecia, mesmo não sendo anunciada tecnicamente ou

juridicamente por concededores desta matéria. O fato, a ser ressaltado aqui, é o de que há uma clara compreensão por parte da população dos bairros pesquisados de que a gestão dos recursos públicos deve ser realizada com a participação efetiva daqueles que usam e contribuem para a construção da cidade.

O que se observou é que a população – sabendo da preterição por parte dos representantes políticos – deseja apontar suas prioridades para a execução de parte do orçamento público. Todavia, considerando que a construção de canais de participação requer mais do que mobilização e conhecimento, a via mais utilizada pelos moradores é a da insatisfação contida. Em meio a problemas diversos enfrentados nos bairros mais afastados, a notícia de que a poder público municipal sinaliza para efetuar mais um repasse em favor do clube de futebol da cidade – o Clube Recreativo Atlético Catalano (CRAC) – era recebida com muita descrença e revolta.

O investimento público destinado a um clube de futebol de uma cidade rica, mas com problemas sérios na saúde pública, educação, segurança pública, iluminação pública e tantos outros soa como uma afronta das elites políticas locais. Além disso, o clube de futebol – CRAC – na condição de interesse público, muito embora sabe-se que tal entendimento é carente de apoio, tendo em vista que o mesmo não pode ser posto como de todos os catalanos já que a sua relevância está no campo das afiliações.

Assim, chegando à rejeição – por grande parte dos observados – da ideia e prática já historicamente consubstanciada de ajuda financeira da Prefeitura ao CRAC, pode ser notar e reafirmar, mais uma vez, que o distanciamento dos representantes políticos com relação aos eleitores – antes disso, moradores e cidadãos – está no cerne dos principais problemas que imputam sobre a rica cidade de Catalão (GO), uma disparidade social bem visível em toda a sua malha urbana.

A revolta dos moradores – posicionados em frente ao Pronto Socorro da Santa Casa – historicamente mantido a partir de parceria firmadas com a Prefeitura Municipal de Catalão (GO) foi simbólica e suscitou, mais uma vez, o debate em torno das prioridades elencadas pelo poder público municipal. Embora sejam montantes dissemelhantes, o aceno orçamentário da prefeitura em favor do clube de futebol citado foi considerado pelos moradores que presenciavam as portas do Pronto Socorro fechadas, como já se afirmou anteriormente, uma afronta.

Portanto, o primeiro trimestre de 2019, revelou uma crise no sistema público de saúde em Catalão (GO) e, desta crise, evidenciou-se outra, que é mais complexa e situa-se no âmbito das causas. Trata-se da crise do desencontro entre as ações que revelam as prioridades do poder público municipal e as expectativas dos populares, principalmente – mas não somente – na área da saúde. Tais desencontros entre prioridades de um lado e demandas reais e urgentes de outro lado revelam bem a carência de consultas à população e, ainda, a existência de interesses de grupos na orientação das ações do poder público municipal.

Nos bairros Jardim Paraíso, Jardim Primavera e Paineiras as incursões etnográficas revelaram angústias com relação à distância – para os moradores destes bairros – com relação aos principais equipamentos públicos de uso comunitário, tais como escolas, unidades básicas de saúde, praças cuidadas e funcionais, dentre outros. Tendo que se deslocar para regiões mais distantes da cidade, em busca dos equipamentos comunitários acima descritos o custo de vida passa a ser mais caro para esta parcela da população.

As incursões revelaram a insatisfação dos moradores dos bairros citados acima e, ainda, a insatisfação com a qualidade dos serviços prestados. Além da distância, da dificuldade de conseguir uma vaga em unidades educacionais – principalmente para crianças – e vagas para consultas e exames médicos, a reclamação relacionada à qualidade dos serviços prestados também foi bastante notada.

Revoltas relacionadas à qualidade e acesso aos equipamentos comunitários, por parte dos usuários, mostrava a estranheza destes ao tomarem consciência de que a cidade de Catalão (GO) está entre as primeiras economias do Estado de Goiás. Para a maioria dos moradores dos bairros em pauta – quando provocados – não há uma razão para a existência de tantas carências. Alguns moradores mostraram-se também responsáveis pela própria situação de abandono e desconsideração a que estavam submetidos.

Ficou claro que a inexistência de diálogos entre o poder público municipal e a população – fato já apontado como estratégico e dentro de uma lógica de relações de poder – inviabiliza qualquer planejamento ou instrumento de gestão urbana minimamente elaborado e, também, torna ineficiente a grande maioria dos esforços honestos para a resolução de problemas. Para Di Sarno “Na medida em que haja participação popular nestas definições, a possibilidade de eficácia no planejamento urbano será muito maior (DI SARNO, 2004, p. 97).

A desconsideração plena ou, em alguns momentos, a simulação de cumprimento do artigo 43 do Estatuto da Cidade (Lei no 10.257 DE 10 de julho de 2001) que aponta diretrizes básicas para a gestão democrática da cidade não constitui uma falha técnica, mas uma decisão política em claro favorecimento aos grupos de pressão. No Estatuto da Cidade (2001), no seu artigo 43, está registrado que

Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (BRASIL, 2001, p. 2)

Portanto, conforme tornou-se claro em todas as incursões, os desafios/problemas enfrentados na dinâmica cotidiana das populações dos bairros mais pobres de Catalão (GO) não se assenta em supostos problemas orçamentários e, nem no desconhecimento por parte dos representantes do poder público municipal. A continuidade insolúvel dos problemas se assenta no embate de interesses sobre a definição das prioridades, na crise de representação política e no flagrante e intencional descumprimento do artigo 43 do Estatuto da Cidade.

A resolução – ou pelo menos o seu início – de tal quadro de abandono político e, conseqüentemente, orçamentário, começa pela reivindicação de participação popular das instâncias de proposição e debate de plano, programas, projetos e ações imediatas. Tal análise sobre os possíveis expedientes de resolução foram – não desta maneira técnica – apresentados por populares que reconhecem seus direitos no que concerne à participação na discussão e definição de ações com vistas a mitigarem seus problemas locais.

Ficou claro, nas observações etnográficas, que a compreensão dos lugares – embora possa e deve se valer de instrumentos técnicos para facilitá-la – não pode prescindir do parecer de quem vive suas dinâmicas. Desta forma, o enfrentamento dos problemas específicos dos bairros mais pobres de Catalão (GO) só pode começar a ser viabilizado a partir da construção de diagnósticos que incluam as narrativas e observações de seus moradores.

A exclusão dos moradores, na elaboração de políticas públicas reparadoras ou afirmativas já se constitui como claro aceno de manutenção da cultura da gestão de gabinete e, o que é ainda mais sério, representa uma vontade política fraca ou parcial no que se refere ao objetivo concreto de resolução dos problemas constatados. A resolução de problemas

comunitários ou patologias urbanas perpassa pela consulta dos envolvidos, conforme estabelece o citado Estatuto da Cidade.

A redução das atividades e procedimentos realizados na UPA, no Hospital Materno Infantil e a transferência de demanda para as unidades básicas de saúde foi uma decisão que trouxe problemas e mais desassistência aos moradores e usuários do sistema de saúde via SUS. A razão é simples, uma vez que os procedimentos relacionados a exames e pequenos procedimentos cirúrgicos realizados na UPA não são realizados por nenhuma UBS e, o acesso a tais procedimentos no interior da UPA ficou ainda mais restrito.

O encerramento de vários procedimentos no Hospital Materno Infantil trouxe consequências ainda mais sérias, já que o mesmo era o único equipamento público específico, vinculado ao SUS, que promovia atenção básica à gestante e ao recém-nascido. As razões alegadas pelo poder público municipal para justificar as medidas tomadas na rede básica de saúde de Catalão (GO) não convencem a população e, como de praxe, representam atitudes tomadas totalmente à revelia de qualquer tipo de consulta pública.

Em uma manhã de março de 2019, as portas fechadas do único Pronto Socorro credenciado ao SUS – que atende a população de toda a 17ª microrregião de Catalão, que inclui mais outras 10 cidades – mostrou uma das mais terríveis faces das contradições existentes na rica Catalão (GO). As pessoas a esperam de uma notícia sobre quando aquela unidade de saúde reabriria mostravam seu descrédito e perplexidade quanto à insensibilidade dos gestores públicos.

O que se via na frente do Pronto Socorro da Santa Casa de Misericórdia de Catalão era o mesmo que se notava em todos os lugares por onde a pesquisa se desenvolveu. A qualquer provocativa ou mínimo comentário sobre a situação da saúde pública em Catalão (GO), o sentimento era de estarecimento e revolta. As pessoas diziam não conseguirem compreender a situação de um caos no sistema público de saúde em uma cidade como Catalão (GO). Nesse aspecto evidenciavam a riqueza da cidade.

De todos os problemas constatados pelas incursões etnográficas, ao longo da pesquisa, o da saúde era o que mais sensibilizava as pessoas. Muitas suspeitas de casos de dengue não chegaram a ser computadas pelas estatísticas oficiais do município pelo simples fato de não haver acesso às unidades de saúde para um diagnóstico e orientações. Nos bairros visitados os relatos de casos de dengue – não comprovados – eram assustadores.

A menção dos casos de dengue ilustra algumas questões importantes. Em primeiro lugar confirma o caos do sistema público municipal de saúde e, em segundo lugar, pelas características dinâmicas e epidemiológicas desta enfermidade, indica a ausência de serviços públicos preventivos importantes nos bairros. A suspensão da limpeza dos lotes baldios, a reduzida presença dos agentes de combate a endemias e a inexistência de campanhas educativas e de conscientização, evidenciam outros elos que fortalecem o quadro percebido nos bairros e revelam a ação ineficiente das agências públicas.

O que se percebe, portanto, é a clara situação de encarecimento da qualidade de vida aos mais pobres e a perda do direito fundamental a uma cidade justa e funcional. Com o acúmulo dos problemas observados e pontados pelos próprios moradores, dos quais pode-se destacar aqueles ligados à saúde, e educação – sempre distante dos principais usuários – e um sistema de transporte público ineficiente, tem-se uma perda incontestável do direito à cidade.

A cidade de Catalão (GO) tornou-se mais cara para aqueles que menos possuem. A razão para esta realidade consiste na existência de duas visões de lógicas diametralmente opostas acerca da concepção de uma cidade. Para Navarro e Loredó (2014), as duas lógicas consistem na visão da cidade com espaço de desenvolvimento da vida humana, de um espaço digno e a outra visão baseia-se numa lógica mercantilista e de consumo, onde o direito à cidade deixa a condição de direito de todos e assume a caracterização de privilégio adquirido. Sobre isso Navarro e Loredó (2014) escrevem que:

Actualmente las urbes son los sitios en los que se congregan los mayores porcentajes de población a nivel mundial y es en ellas donde los derechos humanos se violentan con mayor frecuencia debido, entre otras cosas, a que se han perfilado con base en una lógica mercantilista y de consumo, lo que ha provocado cierta polarización entre habitantes, autoridades, intereses, etc., y la confronta de la visión de ciudad en cuanto hábitat-espacio de desarrollo, de vida humana y espacio digno. (NAVARRO e LOREDO, 2014, p. 16)

Nas ruas, praças, comércios e demais localidades dos bairros frequentados e analisados etnograficamente, ficou patente a compreensão que os moradores possuem dos direitos que lhes são negados pela própria estrutura e dinâmica urbana determinada. A visão sobre a realidade socioespacial dos bairros pobres em oposição à visão das áreas mais centrais e dos bairros ricos de Catalão (GO) reflete nas relações sociais e na qualidade destas.

Isso significa que a estrutura urbana, sua dinâmica e lógica altamente segregantes – tuteladas pelo poder público municipal –, consequências de um modelo claramente mercantilista de planejamento e gestão aplicados ao espaço urbano, produziram uma cidade

cujo contexto se mescla entre os anúncios de sucesso e destaque econômico no cenários estadual e nacional e, uma realidade de negação de direitos urbanos básicos contra a população das áreas periféricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do crescimento do espaço urbano e das consequências oriundas deste crescimento e, da forma como é gerido pelos poderes públicos e privados, demanda a mobilização e coordenação de diversos campos da ciência contemporânea. Essa complexidade estrutural, econômica e social denominada cidade, só pode ser minimamente compreendida quando se aplica conceitos, categorias e empréstimos pinçados de diversas ciências, tais como a História, Estatística, Economia, Antropologia Filosofia, Psicanálise e tantas mais.

Neste estudo de Geografia, sobre o crescimento econômico e demográfico de Catalão (GO) e, suas consequências antagônicas, isto é, um lado riqueza e destaque e outro pobreza e esquecimento, além dos empréstimos de múltiplas ciências – o que é normal numa pesquisa a partir do olhar de um Geógrafo – houve a busca da experiência e do sentido expressos diretamente pelo próprio morador. A valorização dos relatos dos moradores, sobre suas demandas, angústias e expectativas ao viverem a dinâmica da cidade, garantiu uma narrativa menos técnica e mais sensorial e perceptiva.

Assim, considerando todos os aportes científicos e a importância destes para a construção e conclusão de uma pesquisa, nesta, em especial, destaco a aplicação do método etnográfico. Foi apoiado neste método de inserções informais – o que permitiu escutas e percepções que captaram a espontaneidade dos populares – que se descortinou diversas questões já apontadas em outros estudos, mas aqui apreendidas e constatadas no cotidiano de pessoas simples.

O estudo, após demonstrar o grande crescimento econômico de Catalão (GO) que culminou com uma importante expansão de sua malha urbana e um excepcional incremento demográfico, mostrou a outra face do desenvolvimento segundo o paradigma capitalista, isto é, a face da exploração, da marginalização econômica, política e social. Esta, sem dúvida foi uma visão possibilitada pelo presente estudo: de um lado uma cidade que se destaca pela pujança econômica – mesmo em tempos de crise – e de outro a existência de obstruções, sendo elas econômica e políticas.

A cada incursão etnográfica – no formato de uma caminhada pelas ruas de alguns bairros de Catalão (GO), com o intuito de perceber as incongruências apontadas pelos próprios moradores – ficava mais claro a existência de um planejamento urbano. Obviamente via-se um

planejamento urbano que considerava espaços e classes com suas matizes e importâncias determinadas pela lógica econômica capitalista. Desenvolvimento, fluidez e trato humano aos bairros mais centrais e profundo abandono à realidade dos bairros mais ou majoritariamente habitados por trabalhadores assalariados.

Todos os problemas apontados pelos populares, tais como, deficiências infraestruturais, limpeza urbana, transporte coletivo, sensação de insegurança pública, iluminação pública, inexistência de equipamentos públicos de lazer, inexistência de escolas e creches para toda a demanda, saúde pública deficitária, etc., todo esse quadro tem sua origem e sustentação no modelo de gestão política dominante na história de Catalão(GO). Deste modelo de gestão política e condução do poder público municipal, a consulta aos moradores, como preconiza o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nunca foi considerada.

Desta forma, a política clientelista – marca forte das gestões municipais do município – reforçaram as características negativas da lógica econômica e social do próprio capitalismo e consolidaram a produção de um espaço urbano marcado por um antagonismo econômico, espacial e social cada vez mais nítido. Os embargos políticos e, em decorrência destes, os econômicos e sociais aplicados a uma parcela da população de Catalão (GO) aparecem de forma clara e inquestionável nos lugares e em suas dinâmicas.

Prova destes embargos políticos – produtores desta realidade marcada pelo contraditório econômico e social – são as obras inacabadas de importantes equipamentos públicos necessários aos bairros, tais como creches, escolas e unidades básicas de saúde. Soma-se a isto, todos os problemas aqui já apontados os quais comprovam a existência de desprestígio político em relação a estes lugares, tendo em vista que o orçamento público da cidade é vultoso e, ainda, considerando que obras nas áreas centrais e repasses de verba pública a outras prioridades estão presentes na ordem do dia da Prefeitura Municipal.

Outro ponto importante a ser destacado nestas considerações finais é o desejo, por parte dos populares, de participarem da elaboração da pauta de prioridades para a execução do orçamento público. Conforme se percebeu, a grande maioria dos moradores conhecem a lógica do orçamento público e a necessidade de estabelecer hierarquias para os gastos públicos e, por isso, apontaram o desejo de serem ouvidos uma vez que se sentem não representados pelo quadro político vigente.

Ficou claro, portanto, ao longo deste estudo, que existe em Catalão (GO) uma grave crise de representatividade política e uma postura, já bastante consolidada, de distanciamento dos poderes públicos com relação à população menos economicamente expressiva. Outra questão que pôde ser constatada e confirmada é a dificuldade dos moradores em fazerem-se ouvidos. A construção de canais de transmissão das demandas dos populares para os mandatários políticos e ocupantes de cargos das demais esferas dos poderes públicos, tais como o judiciário, apareceu como um grande desafio.

Ademais, durante a execução da pesquisa – especificamente na vivência das incursões etnográficas – foi possível constatar que a distância politicamente construída entre elite política e a população produz prejuízos sociais gravíssimos. A construção de políticas públicas e o desenvolvimento de obras ou serviços públicos nos bairros mais pobres – em função deste distanciamento – se revelam de duas maneiras: ou ocorrem em períodos eleitorais, ou ocorrem esvaziados do necessário propósito, designe e potência, uma vez que são pensados à revelia da população. De qualquer forma, a não participação da população, na propositura de políticas públicas e serviços, impede que os mesmos sejam eficientes e, com isso, têm-se o mal uso do dinheiro público.

A conciliação do inquestionável sucesso econômico de Catalão (GO) – facilmente comprovado a partir da década de 1970 e, ainda mais nítido após os anos 2000 –, com a construção de canais de escuta e participação da população seria capaz de revolucionar a situação urbana de Catalão (GO) e garantir uma boa qualidade de vida a toda a sua população. Logo se percebe, portanto, que apenas o sucesso econômico, sem que exista uma efetiva participação da população, não é capaz de promover a construção de uma cidade mais igualitária.

Assim, o que se percebeu, para além dos relatos originados das observações e vivências etnográficas, os quais revelaram os principais problemas, demandas e conflitos sentidos pelos moradores dos bairros mais afastados de Catalão (GO), foi existência de uma cidade caracterizada pelos dados econômicos e estatísticos vantajosos – esta experimentada por uma minoria – e, de outra cidade, porém, marcada por carências básicas incompatíveis com as estatísticas apontadas pela primeira.

Esta última cidade – da analogia acima – a que não desfruta dos destacados e impressionantes resultados econômicos e, que responde pela maioria absoluta dos moradores, vive sua dinâmica à mercê de obras ou ações governamentais pontuais, esparsas e

qualificadamente eleitoreiras. Nesta cidade não se observa ações planejadas, sistematizadas e integradas, uma vez que isso denunciaria uma preocupação dos entes políticos com a promoção de justiça através da democratização dos recursos públicos e eleição, não clientelista, das prioridades públicas.

Portanto, verificou-se, no desenvolver deste estudo, que a expansão da malha urbana de Catalão (GO) e seu grande crescimento demográfico – resultado direto do sucesso econômico registrado pelo município de Catalão (GO) – não se constitui como causa para os problemas observados e apontados pela pesquisa etnográfica. A causa deste descompasso origina-se na orientação dos projetos políticos-administrativos implementados na condução da administração pública municipal e, na lógica política mantida para sustentar tais administrações.

Desta forma, não se pode apontar implicações sociais e ambientais que possam ser classificadas como decorrentes, diretamente, apenas da expansão da malha urbana e de seu paralelo incremento demográfico. Sustentar que os problemas sociais e ambientais constatados na cidade de Catalão (GO) sejam apenas implicações de seu crescimento econômico-demográfico seria incorrer em absurdo simplismo e negar o domínio histórico de uma elite econômica e política que conduziu uma sucessão de governos centrados, principalmente, em seus interesse de riqueza, favorecimento, clientelismo e perpetuação no poder.

Assim o presente estudo mostrou, também, que o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social democraticamente acessível a todos – no que se refere às possibilidades de reparação das desigualdades dentro do espectro de ação do poder público – só pode vir se tornar uma realidade através da participação direta da população na propositura e construção de políticas públicas afirmativas e direcionadas a todos os pontos sensíveis apontados por esta mesma população.

A aproximação da população, com suas percepções e vivências, das instâncias de deliberação, elaboração e execução de políticas públicas e demais intervenções do poder público municipal, é a única maneira de se garantir a instauração de uma cultura de planejamento urbano capaz de minimizar – na medida do possível – as amarras exploratórias e classistas do sistema capitalista e, assim, construir espaços urbanos menos desiguais e mais fluidos em relação aos direitos típicos do morador das cidades.

Findada esta pesquisa ficou claro que a distância caracterizada pelos relatos de sucesso econômico e os relatos de abandono e caos, coexistentes em um mesmo espaço urbano, não são

estranhos à ordem econômica vigente, mas assumiram contornos mais acentuados em função da atuação de grupos políticos locais. Mais uma vez ressalto que a pesquisa conduz para a necessidade de criar meios de interação entre população e a administração pública em todas as suas instâncias.

Contudo, a pesquisa aponta, ainda, que a simples construção de canais de comunicação entre os agentes públicos e a população, sem uma revisão e alteração da cultura política, pouco impactaria a dinâmica político-administrativa sobre o espaço urbano. Vê-se, com isso, uma necessária discussão em torno das funções, das atribuições e das expectativas morais e legais daqueles que ocupam cargos públicos estratégicos e, ainda, a conscientização por parte dos moradores sobre do papel de agentes de fiscalização e pressão.

As diversas situações de abandono público e desprivilegio – constatadas em diversos setores públicos importantíssimos para a qualidade de vida urbana – não se assentam no argumento da insuficiência orçamentária. Por essa razão o envolvimento da população, como agentes políticos ativos, é a única garantia de que as políticas públicas de direito e que correspondam a demandas reais, sejam elaboradas e implementadas.

Considera-se, também, que esta pesquisa mostra a necessidade – pelo menos para as ciências humanas e para a Geografia em especial – de se produzir intervenções e pesquisas científicas que se aproximem mais dos moradores. Dar razão e vazão às observações extraídas espontaneamente dos espaços de vivência e convivência dos moradores, através de métodos como a etnografia, ajuda na construção de estudos científicos que não sejam exclusivamente pautados pela simples revisão bibliográfica e permite, pela captura do olhar dos próprios moradores, a construção de diagnósticos sociais mais precisos e, portanto, mais reais.

Assim, entende-se que esta pesquisa contribui para a discussão – sempre inconclusa – das múltiplas realidades da cidade de Catalão (GO) e, aponta um caminho para a obtenção de diagnósticos mais precisos concernentes aos nossos principais conflitos urbanos, permitindo que o poder público, em suas diversas áreas e responsabilidades, possa produzir respostas mais efetivas aos problemas expostos por aqueles que os vivenciam.

Isto posto, conclui-se esta pesquisa compreendendo um pouco mais sobre os problemas que inquietam a parcela mais vulnerável da população catalana e entendendo, também, que um dos caminhos mais seguros e próximos da realidade urbana é aquele que conduz o pesquisador à imersão nos espaços de vivência e experiência cotidiana dos moradores. Com estas percepções

encerra-se este estudo sabendo que sua temática é, por natureza, inconclusa; uma vez que a realidade urbana apresenta uma dinâmica extraordinariamente rápida.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Cidade brasileira: 1870-1930. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001, pp. 35-44.
- ALVES, F. D. **Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana**. Diálogos. Revista das Graduações em Licenciatura em História e Geografia, Ribeirão Preto, v.4, n.1 p.1-402 2008.
- ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Planejamento de pesquisas qualitativas. In: _____. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.
- ANDRADE, A. R. de e SCHIMIDT, L. P. **Metodologias de Pesquisa em Geografia**. Paraná: Gráfica Unicentro, 201-?. 55p.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BEZERRA, A. K. G. **A pesquisa etnográfica e as especificidades da observação participante**. Vinheta, v. 01, p. 01-18, 2010. Disponível em: <http://www.fiponline.com.br/eventos/vinheta/textos/pesquisa%20etnografica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- Blog Zap Catalão. **Fotografia** Manifestação pela construção de um viaduto no Trevo do Bairro Pontal Norte Disponível em: <http://www.zapcatalao.com.br/2018/11/15/manifestacao-solicitacao-construcao-de-viadutos-no-trevo-do-bairro-pontal-norte/>
- BORBA, F. da S. (org.). **Dicionário Unesp do Português Contemporâneo**. Curitiba: Piá, 2011. 1488 p.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da cidade**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Brasília-DF, 2001. 35p.
- BRASIL. LEI DE NO 10.257, de 10 de julho de 2001– **Estatuto da Cidade**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm . Acesso em: 24 nov. 2018.
- BRITO, R.F. de. **A gestão das cidades e sua organização interna: Anápolis 1993-2004**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos Socio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- BUENO, E. de P. **Dinâmica demográfica e conformação sócio-espacial de Catalão: uma análise dos níveis de desenvolvimento humano entre 1970 a 2000**. Doutorado em Geografia (Tese), Universidade Estadual Paulista.
- CAMUS, A. **A peste**. Rio de Janeiro: Record, 2017.288p.

CAMPOS FILHO, C.M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. 4 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

CARLOS, A. F. A. **A virada espacial**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p.7-16, dez. 2015. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0007.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2017.

CARLOS, A. F. A. **Sobre a gestão democrática da cidade**: questões para o debate. GeoTextos, vol. 6, n. 1, jul. 2010. A. Carlos 179-189. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/4311/3170> Acesso em: 10 mai. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial** – São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, P. F. C.; BRAGA, R. **Perspectivas de gestão ambiental em cidades médias**. Rio Claro: UNESP – IGCE – Laboratório de Planejamento Municipal – Ceplan, 2001.

CASQUILHO, J. A. P. e AZEVEDO, R. A. B. **PAISAGEM COMO OBJETO SEMIÓTICO: ECOMOSAICO** (landscape as a semiotic object: ecomosaic). Mercator, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 93 a 100, feb. 2013. ISSN 1984-2201. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/739>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 1ª Ed.

CASTRO, I. E. et al (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CASTRO, Lúcia Rabello de. **A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2004.

CHAUL, N. F. **História Política de Catalão**. Ciências Humanas em Revista, Goiânia, v. 5 n. 2, p. 41-54, jul./dez., 1994.

CHAUL, N. F. **História Política de Catalão**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979. 350p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço**: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

DEUS, J. D. de. **As atuais transformações estruturais na economia goiana e os seus desdobramentos nas mudanças socioespaciais**. In: ALMEIDA, M, G, de. **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002a.

_____. **Catalão e o Sudeste Goiano**: transformações territoriais da descentralização industrial brasileira. 2002b. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas, Universidade De São Paulo, São Paulo.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de Direito Urbanístico**. Barueri, São Paulo: Manole, 2004.

DIAS, D. M. dos S. **O direito à moradia digna**: dificuldades e paradoxos para a implementação dos direitos fundamentais sociais em tempo de globalização. In: A Leitura/Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, vol. 3, n. 5, pp.56- 62, nov. 2010. Belém: ESM-PA.

DUARTE, F. **Planejamento Urbano**. 20 . ed. Curitiba: Ibplex, 2007. 177 p.

ECKERT, C. e ROCHA, A. L. **Etnografia de rua**: estudo de antropologia urbana. Revista Iluminuras - Publicação Eletrônica do Banco de Imagens e Efeitos Visuais - NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS, 2003.

FABIANO, P. C. A. **O Planejamento Urbano e suas Temporalidades**. Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE, Florianópolis - SC, 3 a 5 de setembro de 2003.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Disponível em: [http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA\(1\).pdf](http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/lapnex/arquivos/files/Apostila_-_METODOLOGIA_DA_PESQUISA(1).pdf) Acesso em: 10 mai. 2017.

_____. **Temporalidades e processo de planejamento urbano: uma nova proposta de abordagem teórica**. Anais do III EBER - Encontro Brasileiro de Estudos Regionais, Belo Horizonte - MG, 20 a 22 de junho de 2004.

FREITAS, J. M. F. **Perspectivas do planejamento urbano contemporâneo**. Belo Horizonte: IGC-UFMG, 1996. 212p. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODOY, P. (2008). **A produção do espaço**: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. *GEOUSP: Espaço E Tempo (Online)*, (23), 125-132. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74084>

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Tradução: Geraldo G. De Souza. São Paulo: Edusp,1993. p. 310.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.

HARVEY, D. **Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **Condição Pós-Moderna** (1989). São Paulo: Edições Loyola, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Catalão, estimativa da população 1985**. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popgo.def> > Acesso em: 12 ago. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Catalão, estimativa da população 2003**. Disponível em: < <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popgo.def> > Acesso em: 12 ago. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Catalão, estimativa da população 2017**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=520510&idtema=130>> Acesso em: 12 ago. 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Infográficos: evolução populacional e pirâmide etária**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun=520510>> Acesso em: 12 ago. 2017.

IMB – Instituto Mauro Borges. **Painéis Municipais Catalão 2016**. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/paineismunicipais/00-Catal%C3%A3o201612.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

IMB – Instituto Mauro Borges. **PIB dos Municípios Goianos 2014**. Goiânia: IMB, 2016. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/pub/pib/pibmun2014/pibmun2014.pdf>> Acesso em: 16 ago. 2017.

KAISER, B. **O geógrafo e a pesquisa de campo**. Boletim Paulista de Geografia – BPG. n. 84. p. 94-104, jul., 2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/730/613> Acesso em: 18 jul. 2017.

LEFEBVRE, H. Conversa com Henri Lefebvre. Espaço & Debates. São Paulo: n.30, 1990. p. 61-69.

_____. **Lógica formal / Lógica informal**. 5 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A Revolução Urbana** (1970) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 178p.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. 145p.

LIMA, M. G. S. B.; SILVA, M. O. L.; OLIVEIRA, S. S.; PEREIRA, V. A. **ETNOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA: apontamentos sobre um caminho metodológico de investigação**. Anais do VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, v. 1., 2010, p. 1-13. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.1/GT_01_15.pdf . Acesso em: 11 de novembro de 2015.

LIMA, V. B. de, **Estado de Goiás: cidades criadas a partir da implantação de ferrovias**, 2002.

_____. **Os caminhos da urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**, 2003. 119f; Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia: UFU, 2003.

LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108p. (Série Trilhas).

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAGNANI, J. G. C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749> Acesso em: 20 de nov. 2018.

MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MATOS, P.C.P. **O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA PRODUÇÃO E APRORPIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CATALÃO(GO)**: uma análise do residencial Maria Amélia II – 2011/2016. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, Catalão(GO), 2017.

MATOS, P. F. de. **O meio técnico-científico-informacional e a (re)organização do espaço agrário em Catalão(GO)**: - 1980 a 2013. 178 f. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MELO, N. A. et al. **Dinâmica populacional dos municípios e cidades de pequeno porte da microrregião de Catalão: as adversidades da segunda metade do século XXI**. Caminhos de Geografia - revista on line. Uberlândia v. 8, n. 23 Edição Especial p. 51 – 64. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15658/8857> Acesso em: 18 jul. 2017.

MENDONÇA, M. R. PEDROSA, L. E. **Diagnóstico e monitoramento sócio-ambiental da cidade de Catalão e do entorno**. Catalão: UFG, 2005.

NAVARRO, C. P. A. e LOREDO, C. S. **El derecho a la ciudad como un derecho humano emergente desde las peticiones ciudadanas**. In: Defensor. Revista de Derechos Humanos, Número 10, año XII, OCTUBRE 2014 México, D. F. Disponível em: <https://agendasdh.cdhd.org.mx/wp-content/uploads/2016/09/02-Derecho-a-la-Ciudad.pdf> Acesso em: 20 de jan. 2019.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**, 1996. Disponível em: <file:///C:/Users/nata/Downloads/111579-Texto%20do%20artigo-201293-1-10-20160229.pdf> Acesso em: 11 jan. 2019.

PEDROSA, L. E. **A apropriação do relevo urbano e suas implicações sócio-ambientais: um estudo de caso em Catalão/GO**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PINHEIRO, O. M. **Plano diretor e gestão urbana** / Otilie Macedo Pinheiro. – 2. ed. reimp. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012. 128p. : il Disponível em: <http://cegpm.virtual.ufpb.br/wp-content/uploads/2013/07/PLANO-DIRETOR-E-GEST%C3%83O-URBANA3.pdf> Acesso em: 20 de nov. 2018.

PIRES, C. M. **Catalão(GO)**: uma contribuição no estudo de cidades médias. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia(MG), 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO. **Plano diretor de Desenvolvimento sustentável Urbano e Ambiental de Catalão**, 2004.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: 34, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, C. **Catalão de ontem e de hoje**. Catalão: distribuidora Kalil, 1984.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Cidade, cidadania e segregação urbana**. The Europe Journal of Planning, 2006. Disponível em: Retirado de: <file:///C:/Users/nata/Downloads/Ribeiro.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

ROLNIK, R. **Plano diretor**: desafio para uma gestão democrática da cidade. In: Anais do seminário: Plano Diretor Municipal. São Paulo: 1989. p. 216-221.

SANTOS JR, O. A dos. **Cidade, cidadania e planejamento**: desafios na perspectiva da reforma urbana. 2011. Disponível em: <http://labcs.ufsc.br/files/2011/12/02.-SANTOS-JUNIOR-O.-Cidade-cidadania-e-planejamento-urbano.pdf> Acesso em: 18 jul. 2017.

_____. **Planejamento urbano nos anos 90**: novas perspectivas para velhos temas. In: RIBEIRO, L. C. Q. & SANTOS Jr, O. A.(orgs.). Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994. p. 351-360.

_____. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997. 242p.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. **contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia**. Psicologia USP, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 07 de janeiro de 2016.

SILVA, L. de P. **Catalão**: as transformações sócio-espaciais e seus reflexos na organização espacial urbana nas décadas de 1970/1990. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia/Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia: UFU:2000

SILVA, R. da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão**: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90. 144 f. dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais, UFG/Goiânia, 2002.

SOUZA, M. J. L. **Planejamento Integrado de Desenvolvimento, Natureza, Validade e Limites**. Revista Terra Livre, Curitiba, n. 10, p. 123-139, jul. 1994.

SUERTUEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de Campo em Geografia**. Revista GEOgraphia. Ano IV, nº 7. Niterói, 2002.

VIANA, J. P. **Sobre a crise da representação política**. Política Estadão, 2015. Disponível em: < <https://politica.estadao.com.br/blogs/legis-ativo/sobre-a-crise-da-representacao-politica/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

WILLIS, P. e TRONDMAN, M. **Manifesto pela etnografia**, 2008. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_arquivo.pdf Acesso em: 20 de nov. 2018.